

PAULO VITOR DO VALE CUNHA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MAPEANDO OS ESPAÇOS ESCOLARES DO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS (1930-1964)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Denílson Santos de Azevedo

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

C972h
2020
Cunha, Paulo Vitor do Vale, 1993-
História da educação: mapeando os espaços escolares do município de Viçosa, Minas Gerais (1930-1964) / Paulo Vitor do Vale Cunha. - Viçosa, MG, 2020.

106f.: il. (algumas color.); 29 cm.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.101-106.

1. Educação - História - Viçosa (MG). 2. Ensino primário. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 22 ed. 370.98151

PAULO VITOR DO VALE CUNHA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MAPEANDO OS ESPAÇOS ESCOLARES DO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS (1930-1964)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de março de 2020.

Assentimento:



Paulo Vitor do Vale Cunha
Autor



Denílson Santos de Azevedo
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho, só foi possível, graças ao apoio de muitas pessoas que diretamente ou indiretamente, fizeram parte da elaboração do mesmo.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus! Sua presença em minha vida, sempre foi reconfortante, me dando forças em momentos de incertezas e me guiando pelos melhores caminhos.

Aos meus familiares, pai, mãe, irmãos e sobrinhos que me proporcionaram, com muito esforço, me dedicar exclusivamente a pesquisa.

À minha companheira, Ana Claudia, por todo apoio, carinho e companheirismo, ao longo dessa jornada.

Agradeço imensamente a minha vó Neuza, pela companhia e apoio, principalmente nos momentos mais difíceis. Sem ela, nada disso teria sido possível.

Ao meu orientador Denílson, pela parceria!

À professora Vanessa, pela amizade e ensinamentos ao longo da graduação e por todas as contribuições no decorrer da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

CUNHA, Paulo Vitor do Vale, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2020. **História da Educação: mapeando os espaços escolares do município de Viçosa, Minas Gerais (1930-1964)**. Orientador: Denílson Santos de Azevedo.

Essa pesquisa tem por objetivo mapear as trajetórias dos espaços escolares na região de Viçosa, estado de Minas Gerais, entre 1930 e 1964, abrangendo os aspectos sociais, econômicos e políticos do município e seus possíveis impactos no setor educacional, com o enfoque na criação e funcionamento de escolas primárias, em núcleos rurais, mantidas pelo poder municipal. Logo, a tarefa de construir interpretações sobre o movimento histórico educacional local, se faz na tentativa de contribuir para a história da educação regional, considerando que o município de Viçosa, sedia atualmente uma das setes microrregiões integrantes da Zona da Mata mineira. A delimitação do espaço e do período de análise se fez em função da localização e do acesso às fontes primárias, disponíveis nos arquivos da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal de Viçosa, contendo diferentes registros em atas, resoluções, portarias, decretos e leis, assim como legislações do estado de Minas Gerais, bem como de Revistas de Estatística e Educação acessíveis digitalmente na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de publicações da imprensa periódica local. Diante a pluralidade de fontes analisadas, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter histórico documental, com o intuito de construir uma abordagem consistente sobre as fontes utilizadas. Dividido em três capítulos, o trabalho abrange as diferentes legislações, promulgadas entre 1930 e 1964, com intenções de proporcionar a classe popular, acesso à Educação Básica, mediante abertura de escolas de nível primário. Estas escolas, eram em maioria, localizadas em áreas rurais do município, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a responsabilidade de um único docente. A prefeitura, além de conceder a cadeira, assumia o encargo de prover o salário do professor nomeado, que seria o responsável pelo funcionamento da escola, além de arcar com o aluguel do espaço, fornecendo móveis e materiais didáticos. Contudo, esta era a principal e única responsabilidade do município com a educação, presumindo-se que a instrução primária era terminal para a maioria da população, que não tinha acesso ao ensino ginásial e médio, oferecido por instituições particulares, ficando, portanto, também excluídos do acesso ao nível superior.

Palavras-chave: Educação. História. Viçosa (MG). Ensino primário

ABSTRACT

CUNHA, Paulo Vitor do Vale, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2020. **History of Education: mapping the school spaces in the city of Viçosa, Minas Gerais (1930-1964).** Advisor: Denílson Santos de Azevedo

This research aims to map the trajectories of school spaces in the region of Viçosa, in Minas Gerais state, between 1930 and 1964, encompassing the social, economic and political aspects of the county and its possible impacts on the education sector, with a focus on the creation and operation of primary schools, in rural centres, held by municipal government. Therefore, the task of building interpretations of the local historical educational movement is done in an attempt to contribute to the history of regional education considering that the county of Viçosa currently hosts one of the seven micro regions of the Zona da Mata in Minas Gerais. The delimitation of the space and the period of analysis was made according to the location and access to primary sources, available on the files of Viçosa City Hall and City Hall containing several records in minutes, resolutions, ordinances, decrees and laws, as well as laws of the state of Minas Gerais, as well as Statistics and Education Journals digitally available on the platform of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), besides publications of local newspaper. In view of the plurality of sources analyzed it was decided to carry out a documental historical research, in order to build a consistent approach on the sources used. Divided into three chapters, the work covers the different legislations, enacted between 1930 and 1964, with the intention of providing the popular class, access to Basic Education, by opening primary level schools. These schools were mostly, located in rural areas of the county, constituted by one or more groups of students, from several ages, under the responsibility of a single teacher. The City Hall, besides granting the chair, assumed the responsibility of providing the salary of the appointed teacher, who would be responsible for the functioning of the school, besides paying the rent of the space, supplying furniture and didactic materials. However, this was the main and only responsibility of the county. Assuming that the primary instruction was terminal for the majority of the population, who did not have access to junior high and high school, offered by private institutions, and therefore were also excluded from access to higher education.

Keywords: Education. History. Viçosa (MG). Primary School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa atual da cidade de Viçosa – MG (2020)	21
Gráfico 1 – Níveis de Escolarização (1925-1960)	100

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Número de Unidades Escolares no Brasil (1932 – 1937).....	26
Quadro 2. Matrículas de alunos na escola anexa da ESAV (1932-1935)	33
Quadro 3. Criação de escolas rurais mistas no município de Viçosa em 1936.	43
Quadro 4. Escolas suspensas de seu funcionamento em 15 de julho de 1936.	44
Quadro 5. Escolas primárias municipais (dezembro de 1936).	46
Quadro 6. Escolas primárias municipais (dezembro de 1937).....	48
Quadro 7. Despesas municipais com a instrução pública e privada (1925-1937).....	49
Quadro 8. Ensino Industrial no Brasil (1932 – 1944).....	53
Quadro 9. Número de Unidades Escolares no Brasil (1938 – 1946).....	54
Quadro 10. Novas denominações de ruas e praças na região de Viçosa (1938).....	58
Quadro 11. Contratação de professores na comarca de Viçosa (1938).	61
Quadro 12. Escolas municipais e salário das professoras rurais (1940).....	63
Quadro 13. Escolas mantidas na região de Viçosa em 1943.	65
Quadro 14. Despesas municipais com a instrução pública e privada (1938-1946).....	67
Quadro 15. Escolas públicas primárias na região de Viçosa (1946).	67
Quadro 16. Escolas existentes no município de Viçosa e seus distritos em 1948.	75
Quadro 17. Contratação de pessoal para o cargo de assistente escolar no município de Viçosa e seus distritos.	84
Quadro 18. Escola rurais primárias existentes no município de Viçosa em 1964.....	95
Tabela 1. Valores investidos no setor educacional da região de Viçosa em 1943.	64
Tabela 2. Número de alfabetizados e não alfabetizados no município de Viçosa (1950).	79
Tabela 3. Despesas municipais com a instrução pública e privada (1956-1959).	88
Tabela 4. Valores investidos no setor educacional no município de Viçosa em 1962.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CARPE – Campanha de Reparo e Recuperação de Prédios Escolares do Estado

CMV – Câmara Municipal de Viçosa

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

GECASB – Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IOR – Instituto de Educação Rural

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

PR – Partido Republicano

PRM – Partido Republicano Mineiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: OS ESPAÇOS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (1930-1937)..	23
1.1 O contexto educacional brasileiro (1930-1937)	22
1.2 Um breve relato sobre o passado de Viçosa: o panorama educacional da cidade entre o final do século XIX e início do século XX.	26
1.2.1 As escolas isoladas	28
1.2.2 A criação de novos espaços escolares: a atuação da iniciativa privada e do governo estadual no município de Viçosa	30
1.2.3 O oferecimento do ensino primário no interior de uma instituição de ensino superior ..	32
1.3 A normatização da educação primária no estado de Minas Gerais.....	34
1.4 A instrução no município de Viçosa (1930-1937)	36
1.4.1 A criação de um quadro escolar municipal (1936-1937).....	46
CAPÍTULO II: A CIDADE DE VIÇOSA NO CONTEXTO DO <i>ESTADO NOVO</i> (1937-1946).....	51
2.1 A educação no <i>Estado Novo</i> (1937-1946)	51
2.2 O cenário local por entre as páginas do jornal Gazeta de Viçosa (1938)	55
2.3 Um panorama sobre a instrução pública primária (1938-1946).....	60
CAPÍTULO III: O MUNICÍPIO DE VIÇOSA E SUAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-<i>ESTADO NOVO</i> (1945-1964)	69
3.1 O Brasil pós- <i>Estado Novo</i> (1945-1964)	69
3.2 A organização municipal pós- <i>Estado Novo</i>	74
3.2.1 A administração da educação no município pós-Estado Novo.....	75
3.3 A cidade de Viçosa no início dos anos 1950.....	78
3.3.1 A atuação do estado mineiro na educação pública	81
3.4 A organização da educação no município de Viçosa.	83
3.5 A década de 60 sob a perspectiva do jornal <i>A Cidade</i>	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

A atual pesquisa se propõe a investigar a constituição e trajetórias dos espaços escolares no município de Viçosa¹, Minas Gerais, entre 1930 a 1964. Nesta época, o Brasil buscava se consolidar como uma economia industrial e urbana, tentando deixar para trás o seu passado agrário em prol da modernização, ao mesmo tempo que estendia a regulação do Estado para mais grupos sociais, em virtude de diferentes demandas, no qual, o populismo surge como alicerce do sistema de proteção social brasileiro buscando reduzir a legitimidade das reivindicações populares por serviços sociais coletivos, como a ampliação das oportunidades de escolarização, dentre outras. O presente estudo intenta analisar como este contexto nacional e educacional vai se delineando, a partir de uma perspectiva local, focando como se deu o processo de escolarização neste território. Assim, centrado em conhecer as instituições de ensino no município de Viçosa, o atual trabalho é resultado de inquietações acadêmicas e profissionais.

O interesse por esta temática, encontra-se relacionado ao final de minha graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa², e ingresso como professor temporário na rede estadual de ensino, onde tive a oportunidade, durante as aulas e em encontros com alunos e professores, de ser indagado a respeito da origem das instituições escolares da região. Identifiquei, após pesquisas superficiais, a existência de uma lacuna historiográfica envolvendo a história da educação local. Dessa forma, o atual trabalho surge de um desejo inicial, em contribuir para a reconstrução da história e memória de minha origem e trajetória acadêmica, buscando simultaneamente colaborar com pesquisas que foram e estão sendo desenvolvidas pelo Professor Dr. Denílson Santos de Azevedo e discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa nos últimos anos, tornando esta pesquisa parte de um estudo mais amplo que visa investigar a constituição de grupos escolares na região da Zona da Mata mineira entre 1828 a 1988.

Atualmente, a cidade de Viçosa é formada por três distritos³ e encontra-se localizada na Zona da Mata mineira, entre as Serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade. Pelo último levantamento do IBGE⁴, a cidade conta com aproximadamente 78 mil residentes e se destaca

¹ O município de Viçosa era constituído dos seguintes distritos em 1930: Araponga, Canaã, Coimbra, Erval, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, São Vicente do Gramma e Teixeiras.

² A Universidade Federal de Viçosa (UFV), é uma universidade pública brasileira, com sua sede localizada na cidade de Viçosa, no estado de Minas Gerais.

³ Os distritos são Silvestre, São José do triunfo e Cachoeira de Santa Cruz.

⁴ IBGE. **População estimada**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019.

pelo seu caráter educacional, pois além da UFV, responsável por atrair várias pessoas do Brasil e de outros países devido a educação de qualidade oferecida pela instituição, a cidade também abriga estabelecimentos particulares de ensino superior, tornando-se um polo educativo para a região. O mapa a seguir mostra a delimitação atual do município

Mapa 1: Mapa atual da cidade de Viçosa – MG (2020)



Fonte: Google Maps (2020)

É possível perceber que quase todas as cidades e distritos que aparecem no entorno, já pertenceram a Viçosa. Em 1930, início do período em estudo, a comarca da cidade era formada pelos distritos de Araponga, Canaã, Coimbra, Erval, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, São Vicente do Gramma e Teixeira. Entre as décadas de 1930 e 1960, todos esses distritos foram emancipados ou anexados a outros municípios. Logo, a tarefa de construir interpretações sobre o movimento histórico educacional local, se faz na tentativa de contribuir para a história da educação regional, considerando que o município de Viçosa, sedia atualmente uma das setes microrregiões integrantes da Zona da Mata mineira.

Em seguida, o local e o período de investigação foram se delineando de acordo com o descobrimento e acesso às fontes primárias disponíveis nos arquivos da Câmara Municipal e na Prefeitura Municipal de Viçosa, contendo registros em atas, resoluções, portarias, decretos e leis, da mesma forma como encontramos publicações da imprensa local, leis e decretos do estado de Minas Gerais e Revistas de Estatística e Educação acessíveis digitalmente na plataforma da Biblioteca Nacional ou em plataformas online do IBGE.

A pluralidade de fontes, exigiu uma seleção de documentos em busca de mapear o processo de escolarização na região⁵ de Viçosa ao longo do período proposto. Dessa maneira, utilizamos as produções da imprensa local como os periódicos *Cidade de Viçosa* e o *Gazeta de Viçosa* que circularam entre 1933 a 1938, além do jornal *A Cidade*, publicado a partir de 1961, totalizando a consulta de 94 edições.

Com o objetivo de encontrar o máximo de informações possíveis do período analisado, tornou-se necessário a consulta ao periódico *Cidade de Viçosa*⁶, que era um veículo de imprensa semanal, contendo uma estrutura de quatro páginas, e que tinha como seu diretor e redator, Emílio Jardim de Resende. Desse modo, podemos conceber pelas poucas edições disponíveis do jornal, que ele possuiu três fases ao longo dos anos de 1933 a 1936. Na sua primeira fase, entre julho e dezembro de 1933, encontra-se raras informações sobre a instrução pública municipal, dando enfoque maior aos estabelecimentos particulares de ensino como o Ginásio de Viçosa e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, por meio de notas de festejos e diplomações, enquanto o ensino superior era representado pela ESAV⁷, instituição constantemente enaltecida pelo seu caráter moderno e profissionalizante.

Por razões desconhecidas, o periódico não possui edições no ano de 1934, ressurgindo apenas em junho de 1935, estampando na primeira página a seguinte reportagem: "O nosso reaparecimento"⁸, e expressando ao longo de suas matérias, um posicionamento mais político e informativo em relação aos problemas administrativos locais. Seu novo diretor, Juarez de Sousa Carmo, filiado ao PRM⁹ (Partido Republicano Mineiro), não escondia sua posição contrária ao governo local, encabeçado pelo prefeito interino, Antonelli Bhering.

Desse modo, se na primeira análise em 1933 temos um jornal propagandista e em 1935 um jornal com teor mais político e oposicionista à administração local, em 1936 encontramos o jornal *Cidade de Viçosa*, atuando como órgão oficial do município, responsável por apresentar

⁵ Segundo Gomes (2003), região pode ser entendido como uma unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional, é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos estados.

⁶ Fundado pelo dr. Carlos Vaz de Mello em 1892, o jornal *Cidade de Viçosa* teve ao longo de sua trajetória, diversos diretores, sendo eles figuras locais importantes na época como o Major Mário Vaz de Mello que sucedeu seu pai a partir do ano de 1898, João Ferreira da Silva (1898-1902), Arthur da Silva Bernardes (1903-1910), Emílio Jardim de Resende (1910-1918) e Luiz Carlos Peres (1919-1928).

⁷ A Escola Superior de Agricultura e Veterinária foi criada no dia 30 de março de 1922, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, sendo inaugurada no dia 28 de agosto de 1926, tendo suas atividades iniciadas em 1927. Transformou-se em Universidade Federal Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em 1948, que foi federalizada em 1969, recebendo o nome de Universidade Federal de Viçosa.

⁸ CARMO. J. S. **Jornal Cidade de Viçosa**. Vol. XLIV. ed. 1.860. 09/06/1935, p. 3.

⁹ Segundo Calicchio (2010, p.1) o PRM foi fundado em 1888, antes, portanto, da proclamação da República, constituindo-se, sob a liderança de João Pinheiro, no principal instrumento da campanha republicana no estado de Minas. Seu líder mais expressivo foi Artur Bernardes, que esteve à sua frente de 1919 até sua extinção em 2 de dezembro de 1937, por força do Decreto nº 37, que aboliu todos os partidos do país.

as novas implementações do poder público. Essa nova roupagem, é justificada pela eleição de Juarez de Sousa Carmo, diretor do jornal, para o cargo de vereador, assumindo ao final de 1936 até 15 de novembro de 1937, o cargo de chefe do executivo municipal. Com a implementação do *Estado Novo*, assume seu sucessor, João Braz da Costa Val, diretor de outro periódico local, o *Gazeta de Viçosa*.

Fundado no dia 31 de março de 1912, por Heraclito da Costa Val, o *Gazeta de Viçosa*, passou em 1919 para a direção de João Braz da Costa Val, tendo suas publicações aos domingos, em um formato de 6 páginas. A edição do dia 06 de março de 1938, é a primeira de uma “nova fase” do jornal, após um período inativo, e segundo o próprio veículo, visava “unicamente o bem-estar de todos os viçosenses, sob a bandeira de paz e trabalho, sem ambições inquietadoras e isento de prevenções pessoais”¹⁰. Infelizmente, apenas 6 edições do jornal estão disponíveis para consulta, tornando limitada a visão do pesquisador, para uma análise profunda sobre o documento, ao mesmo tempo, compreendendo-se que por mais exíguo que esse impresso possa ser, acaba expondo um panorama do município, distinto do jornal *Cidade de Viçosa*.

A partir da implementação do *Estado Novo*, os prefeitos dos municípios passaram a ser nomeados pelos governadores de seus respectivos estados. Não diferentemente, o mesmo ocorreu em Viçosa, quando Benedito Valadares, nomeou em 1937, João Braz da Costa Val, então diretor do jornal, para prefeito. Sendo assim, o periódico *Gazeta de Viçosa*, passou a atuar como órgão oficial do município, preocupando-se em divulgar apenas ações políticas, favoráveis a ideologia dominante do período, e não atentando-se em ser um espaço para a voz do povo viçosense.

Já o periódico *A Cidade*, nasceu como uma continuação do jornal *Cidade de Viçosa*, tendo sua primeira edição veiculada no dia 15 de outubro de 1961, sendo lançado quinzenalmente e propondo noticiar os acontecimentos prosaicos do município, deixando claro que não pretendia ser um órgão político. Entende-se nesse sentido, que o jornal não iria se posicionar sobre os assuntos administrativos da cidade e muito menos atacar membros do governo local. Porém, assim como os diretores dos periódicos anteriores, Geraldo Lopes de Faria, tornou-se prefeito de Viçosa no ano de 1967, expondo o alcance que os jornais locais teriam sobre a população.

Todavia, a análise da utilização dos meios de comunicação como propaganda política permite constatar que, apesar da importância desses veículos para divulgação das mensagens do Estado, não se pode maximizar sua importância no que se refere ao controle das consciências.

¹⁰ VAL. J. B. C. **Gazeta de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. I. 1938, p. 1.

E por mais problemático que esse tipo de fonte possa ser, existem informações de cunho oficial que são importantes na compreensão de um cenário político e administrativo, visto que, é a partir desse tipo de documento, que conseguimos compreender as ideologias presentes daqueles que detinham o controle do município.

A imprensa adquire importância como fonte historiográfica e em muito contribui para se historiar as relações políticas expressas no pensamento educacional. No âmbito filosófico epistemológico, a imprensa se faz num espaço privilegiado de disputa pela hegemonia nas sociedades ocidentais, mesmo porque o conhecimento é um dos ambientes onde se travam as disputas pela direção e dominação da formação econômica e social, tornando-se um instrumento de força material utilizada pelos que desejam a consolidação social. Portanto, utilizar-se da imprensa como fonte histórico educacional implica em uma ação que vá além da educação formal ou da instituição escolar, uma vez que as mesmas não se constituem desvinculadas da sociedade onde estão inseridas. (PASQUINI; TOLEDO, 2014, p. 266)

Portanto, compreende-se que por mais breve que os periódicos utilizados sejam, não deixam de ser importantes fontes de pesquisa histórica, a fim de apreendermos diversos aspectos do cenário local, sejam eles políticos, culturais, sociais, econômicos e educacionais.

Enquanto isso, os livros dos poderes municipais contendo regulamentos, leis, decretos, portarias e atas do legislativo, apresentam intenções ou ações capazes de reconstituir parcialmente aspectos de uma organização administrativa, tendo como foco, políticas voltadas aos estabelecimentos de ensino. Como forma de contemplar esse discurso oficial, priorizou-se a análise de leis e decretos municipais entre 1930 a 1964, como condição para compreender o processo de criação e desenvolvimento de escolas na região de Viçosa, assim como forma de identificar possíveis avanços ou rupturas do processo de escolarização em curso, uma vez que:

nas leis da educação estão presentes projetos políticos e de civilização que, por si só, já colocam em contradição a cultura erudita e a popular, a modernidade e a tradição. Nas mesmas leis, também estão presentes, de forma explícita ou implícita, os valores morais, religiosos, cívicos e sociais. Estão presentes identidades étnico culturais, sociais e profissionais. Aparecem também preconceitos, discriminações e exclusões. As leis instituem direitos e deveres dos cidadãos, mecanismos de controle e inspeção, criam estruturas de poder, estimulam a concorrência entre indivíduos e instituições, fortalecem o Estado ou a iniciativa privada, implantam sistemas de financiamento etc. (CASTANHA, 2011, p. 324).

Ao passo que os periódicos muitas vezes servem para manifestar a opinião pública sobre determinado assunto, esperamos encontrar nas atas do poder legislativo, vestígios ou intenções referentes às posições políticas dos vereadores a respeito dos rumos da educação municipal. Já as Revistas de Estatística e Educação de Minas Gerais compostas por edições entre 1920 e 1970, publicadas a cada decênio, tornam-se importantes registros para grande parte das pesquisas

históricas, por conterem informações oficiais, referentes a um contexto social, cultural e econômico dos municípios mineiros.

Nesse sentido, os dados estatísticos possuem presença constante nos debates sobre educação na atualidade, recorridos para denunciar "índices indesejáveis no atendimento escolar, para atestar os progressos no desempenho dos alunos, para exprimir correlações que indiquem a eficácia da escola, entre outros usos, os números do ensino são elementos dos quais não se pode escapar" (GIL, 2019, p. 1). Desse modo, no lugar de evitar a utilização dos números na pesquisa, é melhor compreendê-los, utilizando-os criticamente, indicando-lhes os limites explicativos e suas possíveis armadilhas. Ou seja, as fontes estatísticas, não devem ser assumidas como verdades, utilizadas como comprovações de teorias ou ilustrações das situações estudadas, mas como indícios para a compreensão do passado que, como qualquer outra fonte histórica, passa pelo processo de crítica desenvolvido pelo próprio pesquisador.

Assim, podemos dizer que "as estatísticas não se reduzem a uma enumeração, a uma fotografia quantitativa de uma realidade, que seria a mesma para todos os observadores" conforme demonstra Besson (1995, p.26). Ou seja, as estatísticas não são úteis para a compreensão de totalidades, mas para a constituição de recortes, imagens, com grande poder explicativo de situações complexas.

Em segundo lugar, o período analisado torna-se relevante por todas as problemáticas que envolvem seu contexto político, econômico e social, a partir de um entendimento histórico sobre o oferecimento do ensino público nacional, que segundo Romanelli (1986), por séculos havia sido responsabilidade compartilhada entre as famílias possuidoras de certo capital cultural e a Igreja Católica. Segundo Ribeiro (1993), inicialmente a educação elementar na colônia era voltada à conversão da população indígena a fé católica, estendendo-se posteriormente também aos filhos dos colonos, enquanto a educação secundária era destinada aos homens da classe dominante. Já a educação superior na colônia, era restrita aos filhos dos aristocratas que pretendiam ingressar na ordem sacerdotal e os demais se formariam na Europa.

Desde o século XIX, o ensino havia se descentralizado e tornado responsabilidade das províncias, por intermédio da constituição de 1834, mas, na prática, os rumos da educação nacional estavam nas mãos dos setores mais tradicionalistas da sociedade. Cenário que não se alterou nos primeiros anos da república, conforme demonstra Ribeiro (1993, p. 19):

a elite governante, tendo conhecimento do baixo nível das escolas oficiais e desejando que seus filhos estudassem em níveis elevados, incentivava as escolas particulares. Numa sociedade agrícola onde os meios de produção eram elementares, só a elite dominante necessitava ser letrada. O governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois a economia não exigia nível médio. A elite, tendo o poder aquisitivo

nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atin-gissem o nível superior para serem os futuros administradores do país. Sendo assim, a estrutura educacional não foi alterada neste período.

No início do século XX, principalmente ao longo da década de 1920, foram inúmeras as reformas de cunho educacional no país, destacando a reforma Francisco Campos em Minas Gerais no ano de 1927. Porém, todas as reformas eram regionais e limitadas aos cursos de nível primário, enquanto o nível secundário permanecia nas mãos de setores privados da sociedade, restringindo assim o número de acessos às universidades. Movimento que permaneceu durante as décadas de 1930 e 1940, com a manutenção de discursos oficiais sobre investimentos e melhorias nas condições estruturais do ensino primário, mas que acabou deixando a cargo dos mais ricos, a responsabilização pela educação dos mais pobres.

Desse modo, buscamos identificar essa realidade em âmbito local, por meio do recenseamento mineiro de 1920, quando a região de Viçosa detinha cerca de 32% de sua população sabendo ler e escrever, em um contingente de 55 mil habitantes¹¹. Percentual superior aos 20% do estado de Minas Gerais, que neste período alcançava quase 6 milhões de pessoas, e um pouco acima da média nacional que era de 30%.

Já o censo de 1940¹², apresenta um percentual de escolarização na região de Viçosa próximo aos 34% diante uma população próxima dos 39 mil habitantes, distribuídos em 7.536 residências, localizadas em maior parte na zona rural (70.5%). Estimativa esta, próxima à média do estado que alcançou nesse período, cerca de 33% de alfabetizados para um contingente populacional de aproximadamente 6 milhões e 700 mil, e um pouco abaixo da média nacional de 39%.

Destaca-se nesse período, que 46% dos entrevistados pelo censo¹³, exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, sendo majoritariamente feminino (88%), enquanto 34% da população de Viçosa, se dedicava à agricultura e pecuária. O trabalho na indústria era ínfimo (cerca de 2%), enquanto os inativos representavam cerca de 10% da população¹⁴.

¹¹ De acordo com Gil (2019, p. 7), o censo tem como característica essencial a contagem exaustiva, repertoriando cada indivíduo de uma dada população e as informações são baseadas nas respostas dos próprios recenseados: é o caso dos Censos Populacionais.

¹² O 5º recenseamento demográfico brasileiro, deveria ter ocorrido em 1930, no entanto, por questões políticas, o censo não foi realizado.

¹³ Os entrevistados eram pessoas acima dos 10 anos de idade.

¹⁴ O percentual restante era dividido entre Indústrias extrativas (0.03%); Indústria de transformação (1.9%); Comércio de imóveis e mercadorias (2.1%); Transportes e comunicação (0.7%); Administração Pública (1.3%); Segurança Pública (0.07%); Profissões liberais (0.4%); além de serviços e atividades sociais (2.5%).

No ano de 1950, encontramos dados mais detalhados sobre o número de alfabetizados em Viçosa, sendo possível distinguir o quadro urbano do rural. Segundo o censo, o município contava com 30.519 habitantes, a partir dos 5 anos de idade, sendo 8.000 mil presentes no espaço urbano e outros 22.500 na zona rural. Desses 30.519 habitantes, 13.264 sabiam ler e escrever (44%)¹⁵. Tais números já apresentam uma melhora no quadro de alfabetizados no município em relação ao censo de 1940. Porém, ao compararmos os dados entre o campo e a cidade, percebemos a disparidade entre os dois espaços. O espaço urbano contava com 63% da população alfabetizada, contra 37% da zona rural.

Por fim, no ano de 1960, temos uma evolução no cenário educacional local, com cerca de 65% dos moradores de Viçosa escolarizados, superando a média nacional de 55% e a média estadual de 50%. Vale ressaltar que neste período, Viçosa já havia se desvinculado de seus antigos distritos, possuindo por volta de 21 mil habitantes¹⁶. Assim, por este recorte, percebe-se uma melhora dos números de alfabetizados na cidade ao longo de quatro décadas, acompanhando e superando as médias estaduais e nacionais.

Partindo desta explanação, a indagação inicial, ou melhor, o problema que orientou a presente pesquisa tem em vista mapear as trajetórias dos estabelecimentos de ensino no município de Viçosa, almejando responder as seguintes questões: quais eram as escolas presentes na região de Viçosa anteriormente a década de 1930, e quais eram as escolas estabelecidas nessa mesma região no período de 1964? Sabendo localizar e identificar tais escolas por meio das fontes oficiais, seria possível comprovar uma possível expansão ou redução das instituições de ensino ao longo do período proposto? Haveria como descobrir os valores investidos pelo poder público na educação do município? Como avaliar o impacto do possível valor investido na educação local em relação ao número de escolas de nível primário? E como organizar e comprovar em quais setores da educação se destinavam tais investimentos? E por fim, seria possível relacionar o processo de escolarização da população com as políticas educacionais vigentes no cenário nacional?

A hipótese inicial parte da ideia de que o ensino na região de Viçosa, possa ter se configurado, conforme as diferentes demandas econômicas, políticas e sociais geradas no processo de urbanização e crescimento da área urbana nos municípios a partir da década de 1930, relacionando a formação de uma identidade nacional com a consolidação de um

¹⁵ Dados obtidos pelo IBGE (1954). Censo Demográfico. Série Regional. Volume XXI. Vol I. Minas Gerais.

¹⁶ Informações disponíveis em IBGE (1960). Censo Demográfico: população, famílias e domicílios. Série Regional. Parte IX. Vol. I. Minas Gerais.

imaginário modernizador, advindo de uma formação qualificada necessária para o ingresso no mercado de trabalho.

Neste caso, supomos que diante os distintos planos de governos implementados no período analisado, o município poderia se tornar protagonista na administração, na organização e oferta da instrução pública, na ausência de uma legislação que organizasse a educação no Brasil. Diante disso, temos o entendimento de que não somente a educação, mas, principalmente o ensino primário, se tornaria responsabilidade dos municípios, como inclui-se nesse processo uma apropriação que as elites fazem desse compromisso, utilizando-se dessa lacuna para a materialização de objetivos próprios.

Para atender a finalidade desta pesquisa que visa mapear as trajetórias dos espaços escolares na região de Viçosa durante as décadas de 1930 a 1964, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter histórico documental, pautada pelas análises de autores referenciados em suas áreas de atuação como Jacques Le Goff (2003), Cellard (2008), Jackson Ronie Sá Silva (2009), Menga Lüdke e Marli André (1986), com o intuito de se construir um olhar consistente sobre a relevância de uma análise científica sobre as fontes.

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história. (SILVA; SILVA, 2009, p. 158).

Assim, compreende-se que não são todas as ações históricas que ficaram registradas para a posteridade. São vivências sociais que, apesar de terem existido, não foram de alguma forma documentadas, não podendo assim, serem recuperadas e contadas (LOMBARDI, 2003).

Com isso, surge a necessidade de diferenciar a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica, entendendo-se que a pesquisa documental se utiliza de fontes primárias, contendo informações originais, virgens, onde o pesquisador analisa diretamente os fatos sem nenhum intermediador entre eles. Ou seja, a pesquisa documental se caracteriza por uma procura de dados em documentos que não receberam nenhum olhar científico. Já a pesquisa bibliográfica é “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científicos tais como livros, enciclopédias, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Na verdade, ambas as pesquisas são próximas, e se diferenciam apenas na natureza de suas fontes, onde a pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes secundárias, que são informações já vindas de uma análise científica como aponta Sá-Silva (2009). Nesse sentido, cabe ao pesquisador compreender e indagar as intencionalidades e motivações dos autores e contextos de produção do documento, assim como questionar a seleção e manutenção do mesmo.

A ampliação da noção de fonte, segundo Lombardi (2003), foi também acompanhada por uma guinada na ótica do pesquisador que passou a considerar como documentos históricos dignos de conservação, transmissão e estudo, não somente aqueles referentes à vida dos grandes homens, dos heróis, dos grandes acontecimentos, das instituições, como na perspectiva positivista. Com Engels e Marx, depois com Lucien Febvre e Marc Bloch, entre outros, aprendemos que a vida de todos os homens, todas as formas de relações, todos os agrupamentos e classes sociais constituem objeto de estudo que interessam ao investigador. Torna-se importante o olhar de Jacques Le Goff e sua interpretação do pesquisador enquanto seu papel frente ao documento.

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisado, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Mas, o que seria documento? Cellard (2008), aponta que documento é qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato. Até o século XIX, prevaleceu o conceito positivista de documento, que era estritamente relacionado ao tipo de documento escrito, particularmente aos arquivos oficiais, no qual excluía-se as noções de intencionalidades contidas na ação do pesquisador. O documento tornou-se uma prova científica, dono de uma história factual, capaz de capturar a real história de um acontecimento. Sendo assim, por algum tempo, apenas se deu relevância para os tipos de documentos oficiais.

Como resultado desse pensamento, só se considerava relevante para o campo da História aquilo que estava documentado, dando privilégio para os termos e ações da política governamental: ações do governo, atuações de personalidades, questões ligadas à política internacional, e outros assuntos. (VIEIRA, PEIXOTO e KHOURY, 1995, apud, SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI).

De acordo com Carvalho (2007), a historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências das atividades humanas não podem ser analisadas unicamente a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro de suas particularidades que se manifestam,

principalmente, em nível local. Essa nova postura teórico-metodológica se propagou por meio dos *Annales*¹⁷, possibilitando a abertura de novos caminhos interpretativos, ampliando o leque das fontes documentais, e estabelecendo novos horizontes para as pesquisas no campo da História, especialmente, à História da Educação, que terá seus primeiros trabalhos produzidos na França.

Já a historiografia brasileira teve seu início no século XIX com a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1838, situado na cidade do Rio de Janeiro, onde tornou-se um espaço reservado aos intelectuais que delineavam a perspectiva histórica nacional em torno de dois eixos centrais: o “descobrimento” e a independência do Brasil. O Instituto tinha por objetivo escrever a História Geral e completa do país, mediante uma análise positivista das fontes, ou seja, reconstituíam a História por meio dos documentos “oficiais”, valorizando figuras políticas e determinados acontecimentos.

Observando este modelo de escrita, percebemos a ausência de importantes grupos sociais e suas lutas na construção de uma nação brasileira múltipla em cores, raças e crenças. Apenas com o surgimento de uma “Nova História”, determinados grupos e movimentos culturais e sociais passaram a ser reconhecidos e investigados, permitindo também uma ampliação das noções de fontes. Esse novo padrão de pesquisa, permitiu que a história dos indivíduos, da vida privada, das classes populares, ganhasse relevância no campo historiográfico.

Como apontado por Lüdke e André (1986), cabe ao pesquisador compreender as representações e as intenções existentes por trás dos documentos. A representatividade pode ser contornada pela seleção de um número maior de documentos, de forma aleatória, e as intencionalidades podem ser minimizadas pelo olhar crítico do pesquisador em relação as suas fontes. De acordo com Castanha (2011, p. 324)

Articular a legislação com as fontes mais gerais da educação e as fontes específicas de um determinado processo educativo ou do interior das instituições com as questões mais gerais da sociedade é um fator necessário para se chegar a um conhecimento mais acertado sobre o passado. Ou seja, quanto mais conhecermos do contexto, quanto mais clareza tivermos do que queremos investigar, mais adequadas serão nossas interrogações questionamentos às fontes e, conseqüentemente, melhores serão nossas interpretações.

¹⁷ A Escola dos *Annales* foi uma organização em torno de um periódico francês intitulado (*Anais de história econômica e social*) que tinha como seus interventores, Lucien Febvre e Marc Bloch e seus principais objetivos eram combater as ideias positivistas e desenvolver um tipo de história que ampliasse o conceito de documento.

No caso demonstrado, a utilização dos periódicos, censos, leis e decretos como fontes principais, se mostraram adequadas para atender a proposta deste trabalho. Porém, cabe ressaltar que, a variedade de documentos consultados, resultam em mudanças drásticas na escrita da pesquisa, tornando-se um texto mais quantitativo, ao apresentar os valores utilizados na educação local, ou quando identificado o número de alfabetizados na região, por meio dos Censos Mineiros, e tornando-se mais descritivo, quando exposto à opinião pública sobre os rumos políticos e administrativos do município, revelados nas páginas dos periódicos e atas do legislativo.

Portanto, objetivando refletir sobre as trajetórias dos espaços escolares na região de Viçosa, o trabalho se divide em três capítulos: o primeiro dedicará a apresentar os antecedentes e o cenário político da cidade de Viçosa entre 1930 a 1937, abrangendo aspectos econômicos, sociais e culturais e seus possíveis impactos no setor educacional, assim como as prováveis influências das diretrizes estaduais e nacionais sobre a educação local. Destaca-se que nesse período, o município era formado pelos distritos de Araponga, Canaã, Coimbra, Erval, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, São Vicente do Gramma e Teixeiras.

Já o segundo capítulo, será voltado ao período nomeado como *Estado Novo* (1937-1945), e suas implicações no cotidiano da cidade de Viçosa, procurando compreender possíveis efetivações, ou não, das propostas educacionais presentes nos discursos oficiais do governo Vargas. Nesse segundo momento, o município de Viçosa havia perdido 50% de seus distritos, permanecendo como sede administrativa das localidades de Cajuri, Canaã, Coimbra e São Miguel do Anta.

Por fim, no terceiro e último capítulo, será realizado um estudo do ensino local de 1946, período marcado pela confecção de uma nova constituição nacional e o reinício das lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional, até 1964, onde marca-se uma ruptura do processo democrático brasileiro.

Tal recorte também acompanha as mudanças territoriais e administrativas do município, quando em 1948, a localidade de Coimbra se emancipa, assim como os distritos de São Miguel do Anta e Canaã em 1953. No ano de 1962, Viçosa perde o distrito de Cajuri, e eleva os antigos bairros Cachoeira de Santa Cruz, atual Cachoeirinha, e Silvestre à distritos. Desse modo, justifica-se que a divisão dos capítulos ocorra desta forma, em decorrência das alterações encontradas ao longo da pesquisa, na estrutura territorial e administrativa do município.

CAPÍTULO I

OS ESPAÇOS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (1930-1937)

Neste capítulo se desenvolve uma discussão dedicada a apresentar o cenário político da cidade de Viçosa entre 1930 a 1937, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos e suas influências no setor educacional, assim como os efeitos das diretrizes estaduais e nacionais sobre a educação local. Este capítulo se divide entre relatar a origem e consolidação das instituições de ensino (estaduais e particulares), presentes no município durante as primeiras décadas do século XX, e seus impactos no cotidiano da região viçosense, como também apresentar a partir da década de 1930, a criação e funcionamento de escolas primárias, mantidas pelo poder público local, em um momento conflituoso na história política do país.

Porém, antes de abordar sobre a educação no município de Viçosa, torna-se relevante conceber a conjuntura local, não como um processo isolado, e sim como parte de um contexto governamental mais amplo. Por este motivo, apresentamos brevemente uma revisão bibliográfica sobre o contexto educacional brasileiro durante o *Governo Provisório*. Período este, marcado por grandes contradições na realidade brasileira¹⁸, no qual os direitos sociais surgem no cenário nacional como meio utilizado pelo governo para diminuir as pressões populares por melhores condições de vida. Posteriormente, adentraremos nas considerações a respeito da origem do município de Viçosa, perpassando brevemente pelas mudanças no campo político, e pelo seu desenvolvimento econômico e social, até o início do *Estado Novo* em 1937.

1.1 O contexto educacional brasileiro (1930-1937)

Os acontecimentos que precederam a posse de Getúlio Vargas em 1930, tiveram como base o crescimento de movimentos sociais de contestação do domínio oligárquico, ao longo da década de 1920, que fez com que o fantasma da Revolução Comunista assombrasse setores das elites intelectuais e políticas brasileiras. A questão social passou a ser debatida intensamente e muitos questionaram as instituições liberais vigentes pela incapacidade de vencer o "atraso" e controlar a "desordem" soberana no país. Nesse contexto, a instabilidade da economia brasileira, afetada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, serviu para acelerar o processo de mudança que vinha sendo difundido nos anos anteriores (CAPELATO, 2007).

¹⁸ GUIMARÃES-IOSIF, R. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil**: impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília, Liber Livro, 2009.

Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato da Aliança Liberal¹⁹, Getúlio Vargas, havia sido derrotado. Enquanto alguns apoiadores reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada, outros decidiram tramar uma rebelião para chegar ao poder. O movimento despontou em outubro e no dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assumia a chefia do governo brasileiro. De imediato, o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechadas, os governadores depostos e a Constituição de 1891 revogada.

Inserido nesse novo governo, haviam os tenentes favoráveis a um regime forte e apartidário, com a proposta de implementação de um Estado centralizador com interesses nacionalistas e reformistas. Segundo Pandolfi (2003, p. 02), esses tenentes propunham medidas como a “exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais, além da estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica”. Já os “oligarcas dissidentes”, sobretudo os representantes dos estados mais fortes da federação, como São Paulo, defendiam projetos de caráter liberal, visando limitar os poderes da União e conquistar uma maior autonomia para os estados.

Contudo, as primeiras medidas adotadas pelo *Governo Provisório* foram de natureza intervencionista e centralizadora, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas. No campo social, o governo realizou investimentos buscando ampliar o papel do Estado na área trabalhista, fato este evidenciado pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) em 1930, sendo Lindolfo Collor o responsável pela pasta. Para além das questões trabalhistas em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, com o objetivo de regulamentar o ensino público, delegando aos estados esta responsabilidade, ao mesmo tempo em que se propunham campanhas em prol da defesa social e educação sanitária.

Temos também nesse período, uma transferência de investimentos entre o setor agrário-exportador brasileiro para o urbano industrial, onde foi possível assistir às primeiras ações institucionais da União, em relação ao apoio necessário para o desenvolvimento da indústria nacional. Segundo Versiani e Suzigan (1990), a década de 1930 seria o momento de transição entre a primeira e segunda grande fase da industrialização brasileira, onde teríamos um gradativo processo de substituição da indústria tradicional, produtora de bens de consumo não-

¹⁹ Segundo Pandolfi (2003), no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e diminuição das disparidades regionais.

duráveis (farmacêutico, perfumaria, têxtil, vestuário, alimentação, bebidas, fumo), para uma indústria produtora de insumos ou de bens intermediários²⁰. Todo esse cenário econômico teve implicações no âmbito educacional por meio da expansão de escolas com cursos profissionalizantes, com a intenção de formar mão de obra minimamente especializada para atender um novo modelo de mercado.

Nesse sentido, a educação se tornou parte integrante das políticas sociais brasileiras, devido a sua importante capacidade de ampliar oportunidades no campo trabalhista, sendo parte do progresso econômico de um país a longo prazo (HORTA, 1994). Nesse cenário, a educação surgia dentro do pacote de medidas relativas às questões sociais, tornando-se um dos aparelhos complementares na melhoria das condições de vida da população.

No ano de 1931 temos de acordo com o censo do IBGE, 28.641 educandários por todo o território nacional, sendo eles constituídos em sua maioria por estabelecimentos estaduais (54%) e logo em seguida por instituições particulares (27%). Os estabelecimentos de ensino municipais, constituíam algo em torno de 19%. Consequentemente, presenciamos 60% das matrículas em instituições estaduais, enquanto as escolas particulares (21,5%) e municipais (15,5%) atendiam ao restante das matrículas. Os outros 3%, se dividiam entre as instituições federais e o ensino domiciliar²¹.

Em 1932, temos o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*²², por um grupo de 26 intelectuais, propondo princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro, e que acabou se tornando importante influenciador de ideias presentes na Constituição de 1934. Segundo Guimarães (2009), o *Manifesto* era contrário ao modelo de ensino conservador, de origem católica, e defendia a oferta de um ensino laico, público e gratuito, para ambos os sexos, custeado pelos estados da Federação e coordenado pelo Ministério da Educação. Também se defendia a ampliação progressiva da obrigatoriedade do ensino até os 18 anos, assim como a gratuidade em todos os níveis.

Consequentemente, durante este período, tivemos diferentes forças da sociedade atuando no campo educacional, como os militares que buscavam uma maior interação entre educação e saúde, mediante noções impostas pela disciplina educação física, que tinha por finalidade, promover uma mentalidade disciplinar e posteriormente um conceito de “defesa

²⁰ Bens intermediários são matérias-primas utilizadas na produção de outros bens, como açúcar, plástico, aço, produtos minerais, produtos químicos, componentes elétricos, entre outros.

²¹ Dados obtidos pelo IBGE (1942). **Educação e Saúde**. Comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde: alfabetização e educação-1931. Rio de Janeiro. p. 221.

²² Assinado entre outros por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles, o documento defendia, entre outros pontos, a criação de fundos escolares constituídos de uma percentagem sobre as rendas arrecadadas pela União, os estados e os municípios. (AZEVEDO, 1958).

nacional”, que iria além da área educacional, incluindo a intervenção em setores como a economia e a imprensa. Já a Igreja Católica, buscava manter sua influência e também surgia como força atuante no campo educacional, que segundo Horta (1994, p.3), “luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela garantia da existência de suas escolas”, a partir do conceito de colaboração científica estabelecido pela Constituição de 1934, que tornava facultativo o ensino religioso nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais ou normais. (BRASIL, 1934. Art. 139).

A reorganização das oligarquias cafeeiras no domínio da sociedade política e a posse de Getúlio Vargas como chefe do *Governo Provisório*, redirecionou todo o quadro político nacional e como apontado por Ghiraldelli (1990, p. 40), “deu margem para que vários setores sociais manifestassem o desejo de ver o seu projeto de Brasil adotado pelos novos mandatários”.

Ainda segundo o autor, as Constituições Federais de 1824 e 1891 haviam sido omissas, sendo apenas em 1934 fixado um Plano Nacional de educação que controlasse a execução do ensino de todos os níveis pelo território nacional. Foi apenas a partir da Constituição de 1934, que se tornou obrigatório a realização de concursos públicos para os cargos de magistério, cabendo ao governo a supervisão das instituições públicas e particulares, fixando em 10% o orçamento anual da União para a educação, e 20% para os estados.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE²³, encontramos ao longo do território nacional no ano de 1934, a existência de 33.952 unidades escolares, contando com 84.729 docentes e 2.676.756 alunos matriculados. Essas instituições de ensino se dividiam sobre as responsabilidades estaduais (49.2%), municipais (22%), particulares (27.8%) e federal (0.8%). Consequentemente, podemos apontar que das 33.952 escolas existentes, 30.733 eram voltadas ao ensino primário, que também recolhia boa parte das matrículas, cerca de 89%. Diante desse cenário, percebemos que os estados ainda dominavam o oferecimento da educação no país, principalmente o nível primário.

Já o cenário educacional no ano de 1937 era constituído de 42.627 unidades escolares, sendo 44.5% estaduais, 27.5% municipais e 27.2% particulares. A rede escolar contava com cerca de 103.090 docentes e 3.250.296 discentes. Em comparação com o ano de 1934, tivemos um acréscimo de 17% no número de matrículas, enquanto as instituições de ensino cresceram cerca de 20%. Assim, percebemos que de 1931 a 1937, temos um acréscimo de 48,8% das unidades escolares no território brasileiro, elevando para quase 90% a contratação de professores e 60% o número de novas matrículas, contando todos os níveis de ensino.

²³ IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Aspectos Culturais. Educação: ensino em geral. Ano V. 1939-1940. p. 1939-1403.

Percebemos também uma maior presença contínua dos alunos em seus cursos, com o aumento de 45% da frequência escolar, assim como uma maior proporção de alunos que de fato concluíram seus cursos.

Contudo, identificamos nesses números que o governo priorizou ao longo da década de 1930, a ampliação do ensino primário em detrimento a outros níveis de ensino, visando atender às classes populares, onde os dados demonstram que das 3.250.296 matrículas existentes no ano de 1937, 2.910.441 se concentravam no nível primário, ou seja 89%.

Quadro 1. Número de Unidades Escolares no Brasil (1932 – 1937)²⁴

Ensino em Geral						
Ano	Ensino Primário			Ensino Secundário		
	Escolas	Matrículas	Corpo Docente	Escolas	Matrículas	Corpo Docente
1932	27.662	2.071.437	56.320	394	56.208	5.173
1933	29.553	2.221.904	57.645	417	66.420	5.864
1934	30.733	2.408.446	60.186	474	79.055	6.819
1935	33.251	2.574.751	65.708	520	93.829	7.496
1936	35.561	2.749.090	68.896	552	107.649	8.136
1937	38.829	2.910.441	74.527	629	123.590	9.276

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil (1932-1941)**. Educação: ensino em geral. Organização didática e movimento escolar. 1948, p. 397.

Destaca-se que tais estabelecimentos de ensino, eram em sua maioria instalados em áreas rurais (55,8%). Cenário este, também vislumbrado no município de Viçosa, onde grande parte das escolas públicas municipais, se originaram em áreas rurais, atendendo basicamente apenas o nível primário, enquanto o ensino particular e estadual, era oferecido em áreas centrais. Porém, antes de adentrarmos no sistema de ensino em Viçosa na década de 1930, entende-se a necessidade de se apresentar brevemente a história do município, e o papel social das instituições escolares.

1.2 Um breve relato sobre o passado de Viçosa: o panorama educacional da cidade entre o final do século XIX e início do século XX

O município de Viçosa tem a origem de sua história no início do século XIX, por intervenção do Padre Francisco José da Silva que obteve da diocese de Mariana, permissão para dirigir uma ermida em homenagem a Santa Rita de Cássia, na região onde hoje se estabelece o município. Pela Lei de 14 de julho de 1832, o povoado ali constituído tornou-se distrito denominado Santa Rita do Turvo, pelo então Presidente do Conselho da Regência Trina do

²⁴ Não foram inseridos dados sobre o ano de 1931, por entender que os mesmos, não são claros suficientemente para serem utilizados.

Império, Pe. Diogo Antônio Feijó, no qual ficou subordinado ao município de Ubá até 1871. Em 1873, foram inauguradas a sede da câmara e a cadeia no mesmo edifício, onde hoje se encontra a atual Praça Silviano Brandão. No dia 03 de junho de 1876, pela Lei Provincial nº. 2.216, a vila é elevada à categoria de cidade com o nome de Viçosa de Santa Rita, em homenagem ao Bispo D. Viçoso, da Arquidiocese de Mariana²⁵.

Em 1886, a população presenciou a abertura da estrada de ferro, cuja estação ficava a seis quilômetros da cidade de Viçosa, no local hoje denominado Estação Velha, no bairro Silvestre. Vindo do distrito de Teixeiras, a abertura da estrada representou não somente um escoamento maior da produção cafeeira, como também imagina-se que tenha proporcionado um maior fluxo de pessoas entre a cidade e o então Distrito Federal (RJ), já que em 1890, encontra-se registros de um crescimento populacional em torno de 25% na região, em relação ao ano de 1872.

Na região de Viçosa, sua expansão parece coincidir com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, principal via-férrea da Zona da Mata e grande fator de integração de seus municípios. Isto é bastante compreensível, pois o transporte executado por meio de tropas de mulas e carros de bois, através de caminhos montanhosos, era não só dispendioso como arriscado; gastavam-se meses de viagem para cobrir distâncias relativamente pequenas. Assim, a E.F. Leopoldina, quando galgou a serra de São Geraldo, atingindo Ponte Nova, em 1886, passando por Viçosa, funcionou como incentivo para o aumento da plantação cafeeira na região. (PANIAGO, 1990, p. 30).

Destaca-se que, nesse período, o município de Viçosa tinha sua região administrativa composta por 7 distritos, sendo eles: Araponga, Coimbra, São Sebastião do Erval²⁶, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, São Vicente do Gramma e Teixeiras.

Já no âmbito educacional, a primeira lei veio com a Resolução nº 11, de 11 de agosto de 1894, responsável pela criação da instrução pública municipal gratuita, com a oferta do ensino elementar de primeiras letras. Pelo Art. 3º, delimitou-se que as escolas fossem “criadas em núcleos rurais de população nunca inferior a mil habitantes em um raio de cinco quilômetros, onde haja casa apropriada para escolas oferecida pela população do núcleo”, além de que tais escolas deveriam receber crianças de ambos os sexos e ter a frequência mínima de 20 alunos. Assim, a criação de cadeiras de instrução primária teria prosseguimento nos anos seguintes, principalmente com a fundação de novas escolas.

²⁵ IBGE: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro. 1959. v. 27. p. 426.

²⁶ A confirmação da criação do distrito de São Sebastião do Erval acontece em 1891. Vinte e quatro anos depois, em 1923, o nome foi simplificado para Erval. O distrito foi desmembrado de Viçosa em 1938 e somente em 1943 acontece a modificação para o atual nome: Ervália.

Antes disso, Azevedo (2019) constata que “a educação pública no município permaneceu sendo uma atribuição do governo estadual que até 1893 possuía 20 escolas distribuídas pela cidade, pelos distritos e alguns povoados” (p. 96). De fato, o início do funcionamento das escolas municipais só ocorreu a partir do ano de 1895, com a criação de dez cadeiras em diferentes povoados e núcleos rurais do município, e a instalação de mais sete escolas entre os anos de 1899 e 1900.

A curta permanência no município de alguns estabelecimentos, pode ser comprovada com base no recenseamento escolar divulgado em 1901, em que se constatou “a existência no município de quinze escolas estaduais, nenhuma municipal e quatro particulares, o que indica uma inconsistência no funcionamento das escolas municipais e particulares” (AZEVEDO, 2019, p. 27). Observa-se que o ensino no município de Viçosa, ao longo da primeira década do século XX, manteve um cenário de oscilação com a supressão e instalação de escolas públicas estaduais e municipais, e a abertura e fechamento de estabelecimentos particulares.

Já nas primeiras duas décadas do século XX, a educação no município de Viçosa se constituía principalmente de instituições privadas, subvencionadas pela administração local, enquanto o estado provia cadeiras nas sedes dos distritos e do município, com destaque para a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), instituição isolada de ensino superior e médio, inaugurada em 1926, que mantinha desde 1922 uma escola direcionada para a instrução primária de seus empregos e seus filhos, ao passo que as escolas públicas de nível primário, mantidas pelo município, eram abertas em sua maioria, nas localidades rurais.

Diante disso, coube compreender o processo de criação e organização das escolas mistas, rurais, públicas, de nível primário, concebidas como *escolas isoladas*, e o uso do termo no atual contexto da pesquisa.

1.2.1 As escolas isoladas

O termo escola isolado, surgiu no estado de São Paulo, a partir da Lei nº 88, de 1892, com a finalidade de dar nova designação às escolas de primeiras letras. Segundo Alves (2007), essas escolas foram responsáveis pela organização do ensino primário público brasileiro durante o século XIX, e que de acordo com Viegas (2011), continuou existindo no país mesmo após o processo de implantação dos grupos escolares no início do século XX.

Conforme aponta Faria Filho (1996), as escolas isoladas também eram denominadas de escolas singulares, cadeiras primárias públicas de ensino ou cadeiras isoladas, sendo unidades desassociadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a

responsabilidade de um único mestre, operando em sua maioria, em localidades afastadas dos centros urbanos.

Para criar esse tipo de instituição em determinada localidade era preciso que um(a) professor(a), com ou sem titulação, ou um conjunto de moradores oriundos do local solicitasse, junto aos órgãos competentes, a implantação de uma cadeira de instrução primária. O Estado, além de autorizar a implantação da cadeira primária pública de ensino, precisava reconhecê-la, pois essa era a maneira jurídico-institucional de existência de uma turma de instrução pública em determinada localidade. O(a) docente era tido(a) como proprietário(a) da cadeira em questão e era responsável por ela ante as autoridades estatais. Essas ficavam incumbidas de prover o(a) professor(a) de um salário e fiscalizar a escola. Em alguns casos, o Estado também pagava o aluguel do espaço no qual a instituição funcionava, fornecia móveis e materiais didáticos. (VIEGA, 2011, p. 02).

Com o advento do regime republicano, novos modelos de escola passaram a ser discutidos e novos planos foram traçados, entre eles a formação de uma identidade nacional, para além de uma visão negativa deixada pelo Império de um povo brasileiro apático e refratário ao ofício manual, tão ligado à imagem do trabalho escravo. Em partes diferentes do país, conforme assinala Veiga (2011), projetos de reforma da instrução primária e novos modelos de escola estavam sendo discutidos, sendo nesse momento que surgiram os primeiros grupos escolares implementados em São Paulo e, a partir da reforma do ensino em 1906, os grupos escolares começaram a ser, gradativamente, criados no estado de Minas Gerais, implementados por meio da Lei nº 439.

Gonçalves (2004) evidencia que, o objetivo da reforma era o de alterar o quadro composto por professores despreparados, escolas sem locais adequados para funcionar, aulas sem materiais apropriados, salas sem carteiras e mesas e métodos vistos como arcaicos e ineficientes. Assim, tentava-se constituir uma escola baseada nos padrões da modernidade, isto é, com mobiliário adequado, novo método de ensino, edifício próprio, turmas seriadas, professores habilitados e com um sistema de fiscalização profissional. (GONÇALVES, 2004).

Nessa organização, os alunos seriam separados, de forma mais ou menos homogênea, em classes distintas, com um professor próprio. Faria Filho (1996) destaca que, esse novo modelo escolar, foi pautado pela apreensão com a formação dos professores e pela centralidade dos papéis de diretores e inspetores escolares, que não apenas fiscalizavam as instituições, mas também, eram responsáveis por divulgar os novos métodos e preceitos pedagógicos, além de nortear os docentes quanto ao trabalho que deveriam desenvolver.

Entretanto, Veiga (2011) destaca que os grupos escolares se disseminaram lentamente por todo o estado de Minas Gerais, e que os problemas educacionais oriundos do Império, não desapareceram por completo, fazendo com que as escolas isoladas continuassem existindo,

mesmo que o governo utilizasse de discursos que as caracterizavam como precárias, atrasadas, símbolos da escassez e de um passado que precisava ser superado em prol de uma estratégia mais ampla, cujo objetivo era a tentativa de uma homogeneidade do ensino. Sendo assim, compreende-se que os estabelecimentos de ensino, de nível primário, foram organizados e classificados conforme o número de turmas atendidas: escolas isoladas continham uma turma, escolas reunidas até quatro turmas e o grupo escolar atendia cinco ou mais turmas (GHIRALDELLI JR, 1990).

1.2.2 A criação de novos espaços escolares: a atuação da iniciativa privada e do governo estadual no município de Viçosa

Delimitando-se ao município de Viçosa, temos o setor privado se fazendo presente no campo educacional, por meio do Ginásio de Viçosa, instituição instalada em área central da cidade em 1913, e que adquiriu importância na região com o decorrer dos anos²⁷. Em 1914, foi fundada uma Escola Normal, em um espaço anexo ao colégio, com o objetivo de proporcionar à mocidade feminina, uma formação intelectual e moral em consonância com as exigências sociais da época, sendo instalado no ano de 1917 em espaço próprio sob a direção das Irmãs Carmelitas que rebatizaram a instituição para Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, tornando o estabelecimento em um lugar exclusivo de ensino feminino, elitista e cristão²⁸.

Às irmãs carmelitas parece ter sido reservado importante papel da educação das jovens viçosenses. Deveriam elas consolidar os valores religiosos, éticos e morais inculcados pelos primeiros sacerdotes do município no seio da população. [...] Contudo, no início de seus trabalhos, frequentavam a Escola Normal somente filhas que pudessem arcar com o ônus do pagamento das mensalidades, ficando reservada à outra parte da população a educação no curso primário do Grupo Escolar Cel. Antônio da Silva Bernardes. (PANIAGO, 1990, p.144).

Destaca-se o fato de que, as instituições particulares de ensino, recebiam subvenções²⁹ da prefeitura, por oferecerem às elites, ou aos poucos alunos bolsistas, uma educação que não era ofertada diretamente pelo setor público, como o nível secundário e o magistério.

Nessa mesma década, a construção da estrada de ferro chegou ao centro de Viçosa, conectando o município com as cidades do Rio de Janeiro em 1914. Conforme apontam Ribeiro

²⁷ Pelo Decreto nº 14.961, de 07 de março de 1944, o Ginásio de Viçosa passou a funcionar como Colégio de Viçosa, ministrando os seguintes cursos: Curso de Admissão, com duração de um ano; Ginásial, com duração de quatro anos; Colegial Científico ou Clássico de três anos; Curso de Férias e Datilografia. Sendo que o Curso de Férias seria organizado anualmente durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro (GUIMARÃES, 2007).

²⁸ As escolas normais existem no Brasil desde o século XIX, mas experimentaram um desenvolvimento mais acelerado durante o período republicano (ROMANELLI, 1986).

²⁹ Subsídio ou auxílio financeiro, em geral, conferido pelos poderes públicos; incentivo.

Filho e Arantes “a construção desse ramal da estrada de ferro, que tinha como função principal transportar a produção de café para os centros de exportação, propiciou a intensificação de novas funções, ou seja, transporte de passageiros e o intercâmbio econômico e cultural entre outros” (1999 p.11).

No mesmo período, outros projetos urbanísticos foram implementados visando uma modernização da cidade, o que incluiu a edificação de uma Igreja Matriz e um coreto na praça central. Em 1916, o governo estadual se fazia presente no município por meio do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes (GECASB), que havia sido inaugurado na Praça Silviano Brandão. Já no ano de 1927, visando o acolhimento de menores desamparados, foi criado na cidade o Patronato Agrícola Arthur Bernardes, por iniciativa do próprio, sendo estabelecido na localidade “Fazenda da Vargem”, pelo governo do estado.

Ao lado do ensino básico, a Escola Agrícola Arthur Bernardes mantém cursos profissionalizantes para a formação de sapateiros, bombeiros hidráulicos, mecânicos de automóveis, carpinteiros e outros profissionais, dando sempre muita ênfase ao trabalho agrícola e às noções de agricultura. Inicialmente, a própria condição dos menores recebidos pela escola determinou sua orientação básica – educação para o trabalho – e daí decorreram, normalmente, os valores esposados pela instituição. (PANIAGO, 1990, p.145).

Os Patronatos Agrícolas reuniam objetivos de assistência, recuperação, educação e ensino profissional, representando respostas do governo federal às demandas de ação frente aos problemas sociais. No caso específico da Escola Agrícola Artur Bernardes, em Viçosa (MG), conforme constata Oliveira (2000), os menores eram transportados de trem entre o Rio de Janeiro e Viçosa, com desembarque na pequena estação da Escola.

Assim, compreende-se que a criação e consolidação de novas instituições de ensino no início do século XX, visava atender os anseios de modernidade da população, principalmente da média e alta classe econômica, que tinham acesso ao ensino secundário, normalista ou superior. Portanto, acredita-se que a criação do Patronato Agrícola Arthur Bernardes, do GECASB, o Colégio de Viçosa e a Escola Normal, contribuiu de certa forma para um desenvolvimento do setor educacional no município durante as primeiras décadas do século XX, colaborando para que o nível de escolarização da população se elevasse consideravelmente em relação às outras regiões. Do mesmo modo, a construção de uma instituição de nível superior na cidade, seria capaz de não somente atender os anseios modernistas de políticos como Arthur Bernardes e de uma elite local, como também, promover a instrução básica de jovens e adultos da região.

1.2.3 O oferecimento do ensino primário no interior de uma instituição de ensino superior

Visando a alfabetização de crianças, jovens e adultos, a ESAV, instituição estadual, mantinha desde 1922, uma escola primária, direcionada para a instrução de seus empregados, dos funcionários das fazendas vizinhas e de seus filhos. Ao longo dos anos, a taxa de analfabetos nessa instituição despencava de 80% para apenas 6% como revelam os autores:

ainda no período das construções, Rolfs e Bello Lisboa preocuparam-se com o predominante analfabetismo e criaram uma escola primária diurna para os filhos dos operários. A professora era paga pela Caixa Beneficente, mantida, inclusive, com o desconto de 3 a 4% do salário deles. Mais tarde, a escola foi ampliada com cursos noturnos para os operários e a professora era paga pelo Estado. No fim de 1926 a porcentagem de analfabetos entre os operários havia caído de 80 para 6%. Motivo de orgulho para a Instituição, essa escola foi sendo constantemente ampliada e funciona, até hoje, como escola estadual, no campus da Universidade, com a denominação de Effie Rolfs, uma homenagem à esposa de Peter Rolfs. (BORGES, SABIONI, MAGALHÃES, 200, p. 50).

Movimento este que permaneceu durante as décadas seguintes, como mostrado em um relatório à Junta Administrativa, pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, João Carlos Bello Lisboa, relativo ao início da década de 1930, sobre a instrução dos trabalhadores e seus filhos, indica que as escolas primárias anexas como eram chamadas, e que foram mantidas tanto pelo governo do estado, quanto pela própria instituição, haviam sido alvo de muita atenção e que estava prestando um auxílio valioso à educação da população rural da região, como demonstra o relatório.

As escolas primárias anexas, mantidas pelo governo do Estado e pela Escola, tiveram muita atenção no último ano e vem prestando valioso auxílio à educação de empregados adultos, seus filhos e a população rural das vizinhanças. É das obras mais meritórias que realizemos, notadamente, pelo exemplo que recebem nossos alunos, de preocupação pelo melhoramento das nossas populações rurais. São muitos os casos de que temos conhecimento, de terem ex-alunos nossos organizando escolas em suas propriedades agrícolas. (LISBOA, 1934).

Porém, no final de 1935, a escola sofreu profundos cortes em seus repasses anuais do Estado por motivos políticos, visto que o “propósito do governo, por intermédio do sr. Israel Pinheiro, é afastar da direção da Escola o sr. Bello Lisbôa que, apesar de vir dando à mesma, um excepcional relevo, desenvolvendo-a ano a ano, é considerado bernadista” (CARMO, 1935, p. 01). A reportagem intitulada “A Escola de Agricultura de Viçosa está em crise”, veiculada no jornal local *Cidade de Viçosa*, no dia 24 de novembro do respectivo ano, afirmava que a intenção do governo mineiro era entregar a ESAV ao Ministério da Agricultura, que passaria a ter ali a sua escola modelo, extinguindo a do Rio de Janeiro.

A edição seguinte³⁰, trazia a fala do deputado Jorge Carone intitulada “Em defesa da Escola Superior de Agricultura e Veterinária”, no qual proferia os aspectos históricos sobre a criação da escola, e o oferecimento de cursos de nível elementar, médio e superior, iniciado com apenas 25 alunos, mas, que nos anos seguintes, a escola havia se desenvolvido e tornado uma instituição de referência.

A Escola mantém os cursos especializados superiores, médio e fundamental, subdividindo-os de acordo com o preparo inicial e plano de vida. O curso fundamental confere o certificado de administrador rural e é de natureza prático-técnica, generalizada; o médio, com duração de dois anos, é prático e teórico e confere pericia de uma prática agrícola; o superior de agricultura tem a duração de 4 anos e confere o diploma de Engenheiro Agrônomo e é teórico-prático; o superior de Veterinária gradua médicos veterinários, em 4 anos; os especializados se destinam aos candidatos que tiverem o diploma de engenheiro agrônomo ou médico, veterinário, de preferência, à formação de cientistas e de professores. A Escola tem tido sempre lotados os seus quadros de alunos, o que comprova a sua eficiência. A matrícula, desde 1927 até 1934, podemos apreciar a sua progressão pelos seguintes números: 1927-25 alunos; 1928-50 alunos; 1929-125 alunos; 1930-153 alunos; 1931-173 alunos; 1932-219 alunos; 1933-248 alunos; 1934-340 alunos e 46 professores. A Escola, além de seus alunos do curso fundamental, médio e superior, mantém a instrução primária para crianças e adultos (CARMO, 1935, p. 01).

De acordo com o relatório anual da ESAV, o número de alunos matriculados nas turmas diurnas e noturnas, em nível primário naquele estabelecimento nos anos de 1932, 1934 e 1935, eram:

Quadro 2. Matrículas de alunos na escola anexa da ESAV (1932-1935)

Ano	Matrícula	Diplomados
1932	204	15
1934	175	33
1935	176	37

Fonte: LISBOA, J. C. B. **Relatório administrativo: Instrução para empregador e seus filhos**. Viçosa, Minas Gerais. 1932-1935.

Entre 1934 e 1935, discutia-se a necessidade da construção de um espaço próprio para a instrução desses alunos, tendo em vista que essa *escola anexa*, funcionava no porão do prédio principal, e com a ampliação da ESAV, o espaço seria necessário para outros fins. Por este motivo, Bello Lisboa apresentou como solução a construção de um edifício próprio para o funcionamento das turmas primárias, no qual já havia verba no valor de 4:000\$000, arrecadado pelos próprios funcionários da instituição e pelas vendas de instrumentos musicais adquiridos ainda nos tempos da construção da ESAV. (LISBOA, 1934).

³⁰ CARMO, J. S. **Jornal Cidade de Viçosa**. Vol XLIV. ed. 1.879. 01/12/1935, p. 1.

Por base nos relatórios analisados, compreende-se que este movimento perdurou, pelo menos até o ano de 1948, quando ainda se encontram registros de turmas de nível primário na instituição, antes dela se tornar, no mesmo ano, uma Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)³¹, e explica ao mesmo tempo, a existência de uma escola estadual³², no interior de uma instituição federal. Portanto, partimos da hipótese de que a instrução inicial de jovens e adultos, oferecida no interior de uma instituição superior, pode ter de fato relação com o bom índice de alfabetizados registrados na região, entre 1930 e 1960.

1.3 A normatização da educação primária no estado de Minas Gerais

No cenário local, temos visto poucas informações a respeito do ensino primário sendo oferecido de fato pelo poder público municipal, transparecendo a ideia de que pouco se atuava no desenvolvimento do setor educacional. Segundo Romanelli (1985), o ensino primário, praticamente, não havia recebido qualquer atenção do Governo Federal, nas primeiras três décadas do período republicano, estando os sistemas de ensino ligados à administração dos estados e, portanto, sujeitos às condições destes, para legislar e inovar.

Não havia diretrizes traçadas pelo Governo Federal para esse nível de ensino e isso era uma tradição que estava ligada à nossa herança colonial. Na verdade, a não ser a obra esporádica das ordens religiosas, jamais se tinha cuidado seriamente do assunto. Isso, no entanto, não significava que o ensino primário estivesse em completo abandono pelos poderes públicos. Estes vinham desenvolvendo uma ação sobre a escola primária nos Estados e através deles. Era a administração estadual que cuidava do assunto e a ela estavam afetas até então as reformas por que passara esse nível de ensino. Acontecia, porém, que a ausência de diretrizes centrais criava uma desorganização completa no sistema, já que cada Estado inovava ou abandonava, de acordo com suas próprias políticas. (ROMANELLI, 1985, p. 160).

Compreende-se que várias reformas desenvolvidas pelos estados haviam alcançado a escola primária, desde a década de 1920, porém, eram reformas isoladas, que contribuíam para acentuar ainda mais as diferenças regionais. No estado de Minas Gerais, destacam-se as diretrizes da reforma instaurada em 1927³³, que tinha por finalidade oferecer às crianças uma

³¹ Visando ao desenvolvimento da Escola, em 1948, o Governo do Estado, transformou a ESAV, em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), composta pela Escola Superior de Agricultura, pela Escola Superior de Veterinária, pela Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (Pós-Graduação), pelo Serviço de Experimentação e Pesquisa e pelo Serviço de Extensão.

³² A Escola Estadual Effie Rolfs, é um estabelecimento oficial de ensino, com sede na Universidade Federal de Viçosa, localizada no município de Viçosa, pertencente ao Estado de Minas Gerais, mantida pelo Governo do Estado desde 1965.

³³ Com efeito, reformas da educação estiveram na pauta da política educacional mineira nas primeiras décadas do século passado: em 1906 (João Pinheiro), em 1910 (Wenceslau Brás), em 1910 (Bueno Brandão), em 1915 (Delfin Moreira), em 1924 (Mello Viana), além das modificações educacionais feitas durante o governo Artur Bernardes (1921). Essas iniciativas reformistas antecederam a reforma que se tornaria a mais importante: a

educação para além da instrução básica (leitura e operações matemáticas) e sim conhecimentos práticos para o seu cotidiano.

A escola primária tem o seu fim em si mesma, não visando preparar as crianças para os graus superiores do ensino, mas ministrar-lhes conhecimentos que possam ser utilizadas nas suas experiências infantis, tendo por princípio que só as noções suscetíveis de serem utilizadas nas operações ordinárias da vida se incorporam efetivamente, como hábitos mentais, aos seus conhecimentos. A uniformidade do ensino primário não significa o nivelamento das individualidades, devendo o professor procurar conciliar as exigências da instrução coletiva com os interesses e as particularidades próprias de cada criança. A escola não se destina apenas a administrar noções, mas é também uma forma de vida em comum, cabendo-lhe preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e a compreender a sua participação na mesma. (IBGE, 1942, p. 249).

Podemos compreender o significado desse trecho acima como uma reafirmação dos valores tradicionalistas dos dirigentes do estado mineiro, onde tínhamos uma educação inicial voltada às classes populares, e apenas esse nível de ensino era entendido como suficiente para atender os anseios tanto da população, quanto da elite, que mantinha seus privilégios em continuar seus estudos em estabelecimentos privados, e conseqüentemente galgando as vagas disponíveis nas instituições de ensino superior. Oliveira e Carvalho (2014), salientam que embora Rui Barbosa atribuísse à educação o papel essencial no desenvolvimento da sociedade, seus traços liberais não anulavam em sua obra o espírito de uma época que visava manter a estratificação social, traduzindo-se como um liberalismo ineficaz.

Segundo o Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais³⁴, o ensino deveria se desdobrar entre o fundamental e o complementar, sendo este dividido entre o técnico e o profissional, visando evitar que este nível se tornasse meramente propedêutico, ou seja, permanecesse sendo apenas um meio para atingir o nível superior. Já o ensino fundamental, seria obrigatório para as crianças entre 7 a 14 anos, apenas se houvesse escola pública ou subvencionada num raio de 2 a 3 quilômetros em relação a residência do estudante. Retirava-se a obrigatoriedade do ensino também caso houvesse incapacidade física ou mental do aluno, ou o mesmo recebesse instrução em casa ou em uma instituição particular.

Pelo mesmo regulamento, o ensino primário era oferecido em escolas rurais, onde o regime era misto e tinha a duração de 3 anos; em escolas distritais ou suburbanas em cursos de 4 anos, sendo que a criação dessas escolas dependia de um número mínimo de matrículas, sendo 30 alunos em escolas rurais e noturnas, 35 nas distritais e 40 nas urbanas. Nas localidades com

Reforma Educacional Francisco Campos, levada a efeito pelo governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e seu secretário de Interior, Francisco Luís da Silva Campos. (Carvalho, 2013, p. 147).

³⁴ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamento do ensino primário de Minas Gerais**. Decreto nº 7.970 de 15 de outubro de 1927.

300 crianças, de 7 a 14 anos, seriam instalados grupos escolares, que poderiam funcionar em até dois turnos, dependendo da frequência dos alunos.

Os estabelecimentos particulares, segundo o regulamento (1927), eram livres para atuar na instrução, desde que o ensino fosse ministrado em língua portuguesa e seguissem as disposições prescritas nas leis. Também seria necessário a esses estabelecimentos que obtivessem o registro prévio da Secretaria de Educação, e incluíssem em seus programas o ensino de Português, Geografia e História do Brasil, lecionados por professores brasileiros natos, e ao final, aceitarem se submeter a inspeções das autoridades escolares.

Conforme aponta Oliveira e Carvalho, “a defesa da qualidade e da difusão da instrução primária seguiu a lógica da relação custo-benefício: formar e manter uma força de trabalho estável e qualificada para o futuro: a industrialização” (2014, p. 151). Entende-se que a reforma educacional de 1927, cedeu aos desejos dos setores mais conservadores da sociedade, ao permitir que os colégios particulares, recebessem auxílios financeiros do estado ou dos municípios, ao mesmo tempo em que atendeu os anseios modernistas de uma elite política mineira, com a criação de instituições públicas de nível superior.

1.4 A instrução no município de Viçosa (1930-1937)

Ao passo em que as décadas de 1910 e 1920 haviam proporcionado um clima de progresso, ascensão e aspirações no cotidiano do município de Viçosa, com implementações no campo urbano e rural, econômico e educacional, justificado pela constante presença de Arthur Bernardes³⁵, e sua influência política.

Bernardes foi capaz de conduzir melhorias ao município, desde a inauguração da estação de trem no centro da cidade em 1914, até criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), inaugurada em 30 de março de 1922, durante a sua legislatura, frente ao governo mineiro³⁶. Contudo, ao ser um dos líderes do PRM e oposição declarada ao governo de Getúlio, o laço entre Viçosa e Bernardes fez com que a cidade experimentasse ao longo da década de 1930, um período de represálias e retrocessos nas áreas sociais.

³⁵ Arthur da Silva Bernardes que iniciou sua carreira política no município de Viçosa em 1906 como vereador e presidente da Câmara, tornando-se deputado federal em 1909 e Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais em 1910. Em 1915 foi eleito novamente para o cargo de deputado federal e posteriormente, em 1918 exerceu o cargo de Governador de Minas Gerais, tornando-se um dos líderes do Partido Republicano Mineiro (PRM), antes de se tornar presidente da República em 1922.

³⁶ UFV. **História**. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

Ao iniciar a década de 1930, encontramos o município de Viçosa governado pelo *Agente Executivo*³⁷, João Braz da Costa Val, que exerceu o cargo até 31 de outubro de 1932. Nesse período, encontramos poucos vestígios sobre o quadro educacional municipal, e pouca transparência nas apresentações das arrecadações e despesas municipais, tendo a maioria de seus valores destinado às obras públicas, pagamento de funcionários e bonificações.

De acordo com a resolução nº 527, do dia 04 de novembro de 1929, temos o orçamento total, fixado para o exercício do ano de 1930 em 250:000\$000 contos de réis³⁸. Desse montante, 10:000\$000 (4%), havia sido arrecadado pela caixa escolar. O valor destinado à instrução pública havia sido de 13:500\$000 (5.4%), enquanto as escolas privadas locais recebiam o auxílio de 5:500\$000³⁹, representando cerca de 2.2% sobre os valores totais.

No ano seguinte, temos as despesas gerais do município orçadas em 280:000\$000, sendo destinado a instrução pública municipal cerca de 13:500\$000 (4.8%), enquanto a subvenção destinada ao Colégio de Viçosa⁴⁰, estava detalhada em 5:000\$000⁴¹, cerca de 1.8%.

Se calcularmos a porcentagem desses valores para descobrir a importância do gasto com a educação local, chegaremos à conclusão de que, a instrução pública recolhia cerca de 4.8% do orçamento anual municipal, enquanto as subvenções giravam em torno de 1.8%. Ou seja, no município em 1931, a previsão com o setor educacional era de um investimento de cerca de 6.6%. Estimativa que permanece a mesma no ano de 1932, sem nenhuma escola criada ou, pelo menos, não citada nos livros do poder executivo. Esses números tornam-se ainda menores quando os contrastamos com os gastos do poder público local com a iluminação pública, que no mesmo período alcançava 14.2%.

Em 1933, a verba orçamentada para o município havia sido de 290:000\$000, tendo sido arrecadado pela caixa escolar o valor de 10:000\$000, cerca de 3.4%, do valor total. Porém, diferentemente dos anos anteriores, o livro do executivo não apresenta os gastos com o setor educacional, apenas um “auxílio” a escola Doutor Lúcio Santos no valor de 500\$000, e destinando cerca de 5:000\$000 ao Colégio de Viçosa como subvenção.

³⁷ A Lei nº 110, de 24 de setembro de 1894, instituiu o cargo de Agente Executivo, autônomo do de Presidente da Câmara e os antigos Conselhos Distritais foram extintos posteriormente, pela Lei nº 373, de 17 de setembro de 1903. De 1895 a 1931, o município era administrado por esses tais agentes executivos autônomos.

³⁸ A moeda nesse período era o Real, moeda portuguesa usada no Brasil durante todo o período colonial, porém, devido as constantes desvalorizações da moeda nacional, tudo se contava em réis – plural popular de real. Apenas em 1942, com a inflação durante a 2ª Guerra, o Real vira Cruzeiro e 3 zeros são cortados.

³⁹ De acordo com a resolução nº 527, era destinado como subvenção, os valores de 3:500.000\$ ao Ginásio de Viçosa e 2:000.000\$ a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo. (VIÇOSA. Livro do poder executivo municipal. 1929, p. 115.)

⁴⁰ Entre 1931 e 1935, não se encontra registros de auxílio à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, sendo o Colégio de Viçosa, a única instituição de ensino a receber esse subsídio no período.

⁴¹ VIÇOSA(MG). Decreto nº 07, de 18 de fevereiro de 1931. p. 124.

Em vista disso, podemos conceber que o então prefeito Aurélio Salles⁴², preferiu utilizar metade do valor arrecado naquele ano com o caixa escolar, para subsidiar um estabelecimento privado, e outros 5% destinado como contribuição para um estabelecimento aparentemente público (entendendo-se que este estabelecimento não consta na lista de subvenção da cidade). Em abril de 1933, Aurélio Salles deixa o cargo de prefeito e em maio do mesmo ano, assume José Ricardo Horta.

Ainda em 1933, encontramos informações sobre o funcionamento do Ginásio de Viçosa, por meio de propagandas disponíveis no interior do periódico *Cidade de Viçosa*, que destacava a fiscalização realizada pelo governo federal com o intuito de equiparação ao Colégio Pedro II⁴³. O anúncio ressaltava a estrutura de ensino do Ginásio, que contava com o internato, semi-internato e externato, além de cursos de nível secundário e datilografia. As próximas edições do jornal, apresentam escassas informações a respeito da educação municipal, limitando-se apenas a informes e divulgações de iniciativas particulares na promoção do ensino primário, como o caso da escola instaurada em São Miguel do Anta, no respectivo ano, pela professora Maria Coelho Soares⁴⁴, e o curso de férias promovido por professores do Ginásio de Viçosa, visando à preparação de alunos que se destinavam a ingressar na ESAV, ou em vestibulares de direito e medicina em todo o país⁴⁵.

Ao iniciar o ano de 1934, sob a direção do prefeito Antonelli de Carvalho Bhering, que assumiu o cargo em novembro de 1933, temos o orçamento total anual de 305:500\$000, tendo sido arrecadado no ano anterior cerca de 14:000\$000 (4.6%), para a caixa escolar. Temos ainda o registro de 5:000\$000 (1.6%), destinado ao Colégio de Viçosa. Desse modo, assim como havia sido no ano anterior, não houve indícios de investimento por parte do município na instrução pública, e nem vestígios de que a quantia arrecadada com a caixa escolar teria sido remanejada aos estabelecimentos primários.

No dia 10 de abril de 1934, foi promulgado o decreto nº 11.297, que transferiu para o município o custeio e ordenação dos serviços do ensino primário rural, que até então era de quase total responsabilidade do Estado⁴⁶. Já em julho de 1935, pelo decreto nº 132, o Estado confere aos municípios competência para além da criação, preenchimento, transferência e su-

⁴² Aurélio Salles foi o primeiro prefeito de Viçosa nomeado pelo novo governo, permanecendo até abril de 1933, sendo substituído pelo sr. José Ricardo Horta até o mês de outubro daquele ano.

⁴³ RESENDE. E. M. **Jornal Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. XLI. Ed. 1.833. 16/07/1933.

⁴⁴ RESENDE. E. M. **Jornal Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. XLI. Ed. 1.834. 23/07/1933.

⁴⁵ RESENDE. E. M. **Jornal Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. XLI. Ed. 1.835. 26/09/1933.

⁴⁶ Pela lei nº 898 de 27 de setembro de 1927, a maior parte das escolas primárias rurais eram de responsabilidade do governo estadual.

pressão de escolas rurais; o poder de contratar, remover, licenciar e dispensar quaisquer professores que não fossem efetivos. O decreto ainda determina que os municípios teriam a responsabilidade de custear as escolas rurais com no mínimo 10% do total anual arrecadado, definindo como responsabilidade do estado, a fiscalização dessas escolas.

Por este motivo, temos um avanço ao descobrir a quantia de 32:000\$000⁴⁷, equivalente a 10% do orçamento total anual, destinado ao pagamento de professores, na seção de “Instrução Pública”. Porém, não encontramos nenhum detalhamento especificando o número de professoras e os valores fixados individualmente.

Ainda em 1935, conseguimos visualizar aspectos do cenário local, por meio das edições do jornal *Cidade de Viçosa*⁴⁸, onde encontramos indícios de como as perseguições políticas, tornavam-se parte do cotidiano do município, conforme demonstra o trecho abaixo:

sem a educação política necessária, sem cultura, sem experiência dos homens, sem o senso sequer das suas responsabilidades e até sem critério, entenderam os dirigentes, oficiais, da política do município que haviam de levar tudo a ferro e fogo, e que a apreensão, as ameaças, a violência, as prisões, a busca, o pretexto de porte de armas, e o chamamento continuado à polícia, para humilhar o adversário, constituíam o melhor meio de conquistar adeptos para um partido que, nestes quatro anos, só tem servido para espezinhar Viçosa e seus habitantes, **e reforçam:** os viçosenses não têm alma de escravos nem se deixam escravizar. (CARMO, 1935, p. 2, grifo do autor).

Percebe-se a partir desse exemplar, que após as mudanças ocorridas na direção do jornal entre 1933 e 1935, manteve-se uma linha “bernadista”, ou seja, o jornal optou por manter uma postura mais clara em relação a situações de repressões políticas, tanto nacionais, quanto locais. Tal exemplo pode ser percebido logo em seguida, na terceira página, diante a publicação de uma matéria contrária a emancipação dos distritos de Teixeiras, Coimbra e Erval, enxergado como um jogo político, intencionado a angariar votos dessas respectivas localidades.

Na edição nº 1.858, publicada no dia 23 de junho de 1935, temos na última página da *Cidade de Viçosa*, denúncias proferidas pelo jornal ao prefeito Antonelli Bhering, em relação a administração municipal e a falta de transparência com os gastos públicos. Segundo o periódico, os balancetes publicados pelo executivo apontavam gastos em torno de 320.000\$000, porém, não era encontrado na cidade “vestígios dos usos desses contos, não tendo o município, estradas, pontes, água, higiene, cemitério, escolas e etc”. (p. 4). O editorial ainda aponta possíveis desvios dos funcionários municipais, que haviam enriquecido em pouco tempo de governo, mesmo recebendo pequenos salários mensais.

⁴⁷ VIÇOSA(MG). Decreto nº 71, de 27 de jan de 1935, p. 169.

⁴⁸ CARMO. J. S. **Jornal Cidade de Viçosa**. Vol XLIV. ed. 1.856. 09/06/1935, p. 3.

De um modo geral, as edições do jornal *Cidade de Viçosa* no ano de 1935, apresentam um caráter fiscalizador sobre a administração pública da região, em detrimento de sua ideologia partidária, e como uma forma possível de denúncia às frequentes perseguições policiais. Afinal, o jornal fundado por Carlos Vaz de Mello, não escondia sua aproximação com os ideais do Partido Republicano Mineiro (PRM), consequentemente tornando-se oposição aos denominados “legionários”⁴⁹, que detinham o poder local por nomeações feitas pelo interventor do estado de Minas Gerais. Por este motivo, as próximas edições do periódico estão repletas de acusações de fraudes fiscais, abusos de poder e perseguições políticas.

Logo na edição de nº 1.859, do dia 29 de junho de 1935, encontra-se críticas do jornal ao prefeito de Viçosa, Antonelli Bhering, por sua postura frente a emancipação dos distritos de Teixeiras e Erval, no qual não havia publicamente mostrado posição contrária. Na mesma edição, encontra-se uma reportagem de meia página sobre acusações feitas pelo deputado Tristão da Cunha, ao prefeito interino do município, dias após a sua visita à cidade. Destaca-se em sua fala que:

venho de Viçosa onde fui, levado por uma natural curiosidade, para conhecer a Escola Superior de Agricultura, daquela cidade, justo orgulho da terra mineira. [...] Viçosa é agora uma das mais belas e prósperas cidades de Minas, dotada que está de todo o conforto moderno. [...] Porém, Viçosa que agora se encontra sob a direção humilhante de um profissional do pano verde que ali exerce, interina e ilegalmente cargo de prefeito, na qualidade de membro do conselho consultivo local, hoje extinto, segundo parecer do deputado Levy Carneiro, na Câmara Federal, o que o governo do Estado, por um escrúpulo natural, não quis ainda efetivar naquele cargo. Não há também ali um delegado de polícia que possa coibir os abusos, quase quotidianos, que veem praticando subdelegados de polícia, escolhidos entre indivíduos da pior espécie, e amparados por praças da força pública, distribuídos por todos os distritos. Tenho em meu poder, sr. Presidente, uma lista interminável de violências perpetradas naqueles distritos por essas autoridades, da qual se vê que nem os mineiros do culto divino escapam à sanha da polícia cangaceira que lá impera (CARMO, 1935, p. 03).

A solução apontada pelo deputado para o caso de Viçosa, consistia em nomear para a cidade, um prefeito de fora do município como já se havia feito em Cataguases e Montes Claros. Em seguida designaria para a comarca um delegado digno, impedindo a desordem espalhada pelos capangas dos subdelegados “facciosos”⁵⁰.

O destaque da primeira página da edição nº 1.860, publicada no dia 07 de julho, vai para a inauguração das linhas da Companhia Telefônica Brasileira em Viçosa, que de certa maneira,

⁴⁹ De acordo com Calicchio (2010, p.5), no mês de fevereiro, sempre visando atingir o movimento do PRM, Capanema e Francisco Campos criaram a Legião Revolucionária do estado, organização tenentista destinada a propagar os ideais da Revolução de 1930.

⁵⁰ Segundo Florindo (2014, p. 11) era comum naquela época, as práticas de terror e de prisões a granel, quando o popular detido, sem maiores explicações, após ser atemorizado nas dependências policiais, era solto mediante pagamento.

representava certo desenvolvimento para o município. Nesta mesma edição, temos reportagens inteiras destinadas a falta de cuidado da administração local sobre os lotes e ruas do município, onde:

notam-se, por exemplo, em diversos pontos da cidade, além de extensas áreas cobertas de matos, verdadeiras imundices. Em algumas ruas, e água, oriunda dos quintais, ocorre diariamente, produzindo lama, exalando um mau cheiro insuportável e dando origem a que nelas proliferam os mosquitos que são um tormento e um perigo para a população. Outras são como um verdadeiro depósito de lixo, com animais mortos e um pó insuportável, que é excessivamente prejudicial não só as criaturas humanas, mas aos próprios irracionais (CARMO, 1935, p. 03).

Por fim, temos uma nota intitulada “Os assassinos do povo: Viçosa continua sem água”, apontando o descaso do prefeito em relação a falta de água no município por vários dias, como também falta de ações efetivas do delegado contra seus funcionários, que agrediam cidadãos por serem “Bernadistas”, ou seja, por não compactuarem das mesmas posições políticas⁵¹, tornando-se mais um exemplo da perseguição policial que havia no município.

Na edição nº 1.862, publicada em 21 de julho, temos a primeira página dividida entre os problemas acarretados no município pela cobrança de dívidas dos contribuintes perante o estado, abarcando principalmente, “pequenos lavradores que são os que trabalham com maiores sacrifícios e dos quais o governo só se lembra para arrancar pesados impostos”⁵². A segunda manchete se refere à saúde do município com o título “A população de Viçosa ameaçada”, onde retrata que o clima da cidade, atraía constantemente um contingente de pessoas, que buscavam melhorias para a tuberculose e lotavam os estabelecimentos humildes ou viviam nas ruas, esperando o fim irremediável.

Tais críticas ocorreram em quase todas as edições do jornal em 1935, entrelaçando temas sobre os descasos com as praças e jardins do município, falta de cuidado e higiene com o cemitério local, e desdenho com os prédios públicos como o fórum de Viçosa, o GECASB, e até mesmo com o local onde funcionava a prefeitura. Tornaram-se constantes os comentários envolvendo a falta de água na cidade, como o desleixo em consertar pontes e estradas, essenciais para o transporte de produtos entre as fazendas e as cidades, como também o desinteresse por manter localidades como Teixeira e Erval como parte integrante da divisão administrativa de Viçosa. Todo esse cenário, torna-se importante para entendermos o quanto a cidade estava submissa aos poderes de um governo autoritário, e como isso possa ter contribuído para seu atraso econômico, social e cultural.

⁵¹ CARMO, J. S. **Jornal Cidade de Viçosa**. Vol XLIV. ed. 1.860. 07/07/1935, p. 4.

⁵² CARMO, J. S. **Jornal Cidade de Viçosa**. Vol XLIV. ed. 1.862. 21/07/1935, p. 1.

A partir dessa análise sobre a política local, retomamos a atenção ao setor educacional, onde temos de acordo com as atas do poder legislativo, do dia 21 de outubro, um requerimento elaborado pelo Professor Alberto Álvaro Pacheco, diretor do Ginásio de Viçosa, solicitando o prolongamento do contrato entre o Ginásio e a Prefeitura, com modificações na cláusula 4ª que se refere à subvenção e aos alunos gratuitos, tendo o conselho emitido o seguinte parecer:

cumpra aos municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral (art. 148 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil), salientando-se aos Estados Unidos a reserva de uma fonte dos patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação (art. 157 da Constituição) [...] Ora, no caso, um apreço, cede a Prefeitura de Viçosa um prédio de sua propriedade com o propósito de incentivar o desenvolvimento da cultura geral da paz, mediante um contrato lícito e civilmente legal sob a forma de cessão e com o efeito de ser especial e especificado de ser a cultura municipal, reciprocamente obrigando-se ambos as partes às cláusulas 1/2/3, tendo sido a subvenção elevada a 5:000.000 (CARMO, 1935, p.03).

Conforme consta no parecer, o número de bolsas destinadas à alunos de baixa renda, saltaria de 10 para 15, ao longo de dez anos. Ou seja, compreendemos que os valores repassados pela prefeitura ao Ginásio, anualmente, teriam como retorno à comunidade, a concessão de bolsas de estudo à alunos de baixa renda. O contrato ainda contava com a obrigatoriedade da oferta do Ensino Religioso, para os católicos matriculados no Ginásio, sendo ministrado por sacerdote de renome.

Na edição nº 1.875, do jornal *Cidade de Viçosa*, veiculada no dia 27 de outubro de 1935, localizamos a reclamação de um cidadão, sobre a não criação de uma escola rural na localidade de “Arrudas”.

Há três anos que pedi aos chefes de Viçosa uma escola rural. [...] renovei o mesmo pedido ao chefe de Teixeira. Este mostrou boa vontade, porém, parece que o prefeito não lhe dá a menor importância. [...] A meu ver, o cativoiro perdura até hoje para os habitantes da roça e esse cativoiro é bem pior, pois os escravos do tempo antigo tinham melhores senhores do que os camponeses de hoje (CARMO, 1935, p. 02).

Tal relato demonstra interesse por parte da população na escolarização de seus filhos, e exemplifica as atitudes do governo local com os anseios da sociedade, principalmente, com aqueles que vivem no meio rural.

Já ao final de 1935⁵³, retornamos com os dados disponíveis nos registros da prefeitura sobre os valores orçamentados para o ano de 1936, onde temos a despesa fixada em

⁵³ Em conjunto com os valores disponibilizados anualmente, temos sobre o decreto nº 92, promulgado no dia 21 de dezembro de 1935, a incorporação dos povoados de São José do Triunfo e Estação de Silvestre como espaços urbanos pertencentes ao município.

372:000\$000, sendo 5:000\$000, destinados como subsídio ao Colégio de Viçosa e 2:000\$000, à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo. Ao ensino público temos como único apontamento o valor de 37:200\$000 (10%), atribuído ao pagamento de professores(as)⁵⁴.

Porém, diferentemente de todo o período analisado até o momento, verificou-se ter ocorrido a criação de nove escolas de nível primário no município, entre os meses de janeiro e julho, sendo elas:

Quadro 3. Criação de escolas rurais mistas no município de Viçosa em 1936.

Decreto – 1936	Localidade	Distrito
Decreto nº 93, 1º de janeiro	Mãe Tonica	Distrito de Viçosa
Decreto nº 95, 31 de janeiro	Lima	Erval
Decreto nº 96, 10 de fevereiro	Bom Sucesso	Teixeiras
Decreto nº 97, 10 de fevereiro	Fazenda Monte Sinai	São Miguel do Anta
Decreto nº 101, 1º de abril	Ventania	Erval
Decreto nº 102, 1º de abril	Capivara	Erval
Decreto nº 106, 13 de maio	Boa Vista	Coimbra
Decreto nº 108, 1º de junho	São Francisco das Chagas	Erval
Decreto nº 02, 15 de julho	Paraíso	Distrito de Viçosa

Fonte: VIÇOSA(MG). **Livro do poder executivo municipal**. 1936, p. 17-23.

A partir de uma compreensão do cenário político vivido pelo município ao longo da década de 1930, podemos interpretar tal preocupação a abertura de novas escolas na cidade e em seus distritos, pela aproximação das eleições municipais que ocorreriam no dia 07 de julho de 1936. Ressalta-se também a campanha desenvolvida pelo jornal *Cidade de Viçosa*, contra a chapa do prefeito Antonelli Bhering e a favor dos políticos coligados ao PRM, inclusive ao próprio diretor do jornal, Juarez de Sousa Carmo. Entre janeiro e julho de 1936, são poucas as informações disponíveis nas páginas do periódico que fogem do tema eleitoral.

Por motivos desconhecidos, o jornal *Cidade de Viçosa* não teve suas páginas disponibilizadas entre os meses de junho e julho, retornando apenas no dia 09 de agosto, quando descobrimos que o diretor Juarez de Sousa Carmo, havia sido eleito para o cargo de vereador no município e o PRM tornava-se maioria novamente na região. Entre esse período de escassas informações, encontramos nos livros do poder executivo, a seguinte portaria relacionada à educação primária municipal, assinada pelo novo prefeito, Cyro Bolivar de Araújo Moreira, no dia 6 de julho de 1936.

O Prefeito do município de Viçosa, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve designar o sr. Francisco Vitarelli para inspecionar e informar as condições de instalação das escolas rurais mistas do município, informando unicamente, de cada uma delas, a frequência, as instalações, a assiduidade da professora, a localização, o

⁵⁴ VIÇOSA(MG). Decreto nº 20, de 21 de dez de 1935, p. 9.

material de ensino e se o prédio é próprio, alugado, ou cedido por particulares, além das condições higiênicas do mesmo. (VIÇOSA. Portaria nº 31, p. 18).

Passados nove dias, resolve o prefeito encerrar embasado no decreto estadual nº 132, de 29 de julho de 1935, a atividade das escolas rurais, mistas, mantidas pelo município, justificando-se que:

por falta de material escolar e infraestrutura dos prédios particulares em que foram instalados, e em outros casos, por falta de frequência legal e assiduidade dos respectivos professores, considerando que tudo isso se verificou em inspeção feita pelo funcionário desta prefeitura Sr. Francisco Vitarelli, especialmente designado para tal inspeção, considerando finalmente, que não é justo, nessa explicação, que sejam mantidos e remunerados serviços que não são efetivamente prestados. (VIÇOSA, Decreto nº 3, 15 de julho de 1936, p. 23).

Por este decreto, 15 escolas rurais mistas, de nível primário tiveram suas atividades interrompidas no município, sendo 6 em Viçosa, 3 no distrito de Erval, 2 em Teixeiras, 1 em São Miguel do Anta, 1 em Pedra do Anta, 1 em Cajury e 1 em Coimbra, conforme mostrado no quadro nº 04.

Quadro 4. Escolas suspensas de seu funcionamento em 15 de julho de 1936.

Localidade	Distrito
Silvestre	Viçosa
São José do Triunfo	Viçosa
Fazenda do Turvo	Viçosa
Mãe Tonica	Viçosa
Bom Sucesso	Viçosa
<i>Não identificada</i>	Viçosa
Ventania	Erval
Lima	Erval
Vargem Alegre	Erval
Cachoeirinha	São Miguel do Anta
Fazenda do Paraíso	Pedra do Anta
Cajury	Cajury
Boa Vista	Coimbra
Bom Sucesso	Teixeiras
São Bento	Teixeiras

Fonte: VIÇOSA(MG). Livro do poder executivo municipal. 1936, p. 23.

Porém, conforme mostra o Quadro 04, seis escolas haviam sido criadas recentemente, via decretos, que antecederam à eleição do dia 07 de julho daquele ano. Desse modo, interpretamos o decreto nº 03, como uma medida imediata do novo governo em desfazer ações tomadas pela gestão anterior, provavelmente interessada em angariar votos, e que de fato, essas escolas não estavam aptas a funcionar devidamente, em virtude do número reduzido de alunos

ou pela baixa frequência. Tanto que, no mesmo mês, a escola de Vargem Alegre, no distrito de Erval, teve seu funcionamento reestabelecido.

O prefeito do município de Viçosa, no uso de suas atribuições, e considerando que o ensino ministrado na escola de Vargem Alegre no distrito de Erval, regido pela professora Maria da Glória e Silva, é eficiente, em virtude de haver boa frequência, considerando que a professora é assídua e que são satisfatórias as condições de instalação e de higiene em que a mesma funciona, resolve restabelecer o ensino ministrado na referida escola (VIÇOSA. Decreto nº 04 de 27 de julho de 1936, p. 24).

O mesmo ocorreu com as escolas de “Boa Vista” em Coimbra e “Fazenda do Paraíso” em Pedra do Anta, sendo as docentes Rutencia Veloso e Mariana Brandão de Resende as responsáveis pelas cadeiras nas respectivas escolas. Pelos decretos nº 06 e 07 de 1º de agosto de 1936, tivemos as escolas de “Ventania” e “Lima”, realocadas para os locais de “Govinhas” e “Jatiboca”, pela ausência de alunos suficientes, como também a falta de prédios próprios.

Ao final deste mesmo ano, temos a criação de 3 escolas, sendo a primeira no povoado de “Estouros”, distrito de Araponga, pelo decreto nº 08 de 1º de agosto, e outras duas em Viçosa, nos lugares denominados “Paraíso” e “Colônia Vaz de Mello”, pelos decretos nº 11 e 12 de 11 de agosto e 03 de setembro de 1936. Em particular, a escola mista “Colônia Vaz de Mello”, ganhou destaque na primeira página do jornal *Cidade de Viçosa*⁵⁵, devido a sua reativação, após cerca de oito anos fechada, em virtude da “criminosa aversão dos últimos administradores deste município pela instrução política”. A cadeira havia sido assumida pela normalista Maria de Lourdes Souza Lima.

Infelizmente, o livro do poder executivo municipal se encerra no dia 03 de setembro de 1936, não deixando vestígios sobre os valores arrecadados e orçados para o exercício do próximo ano, retornando apenas no dia 15 de novembro de 1937, quando assume o novo prefeito nomeado, o sr. João Braz da Costa Val.

Buscando preencher essa lacuna, encontramos nos livros de portarias do município, a criação de três cargos para professores rurais, sendo um promulgado no dia 03 de setembro de 1936 para a localidade de Silvestre, ocupado pela docente Julieta Lentini Cunha, e outros dois criados nos dias 10 e 26 de setembro, para as localidades de Cachoeirinha e Piúna, ambos em Viçosa, preenchidos respectivamente pelas professoras Maria da Conceição Rodrigues e Maria Olga Lourdes. Já nas atas do poder legislativo, encontramos no dia 07 de outubro de 1936, a criação de quatro escolas mistas rurais, sendo uma no distrito de São Vicente do Gramma, uma

⁵⁵ CARMO. J. S. **Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Ed 1.911. Vol XLIV. 20 de setembro de 1936.

em Canaã e outras duas em Pedra do Anta. No dia 08 de outubro daquele ano, temos a criação da escola rural, mista, no lugar denominado São Pedro, no distrito de Teixeira.

Na última edição disponível do *Cidade de Viçosa*⁵⁶, localizamos a criação de outras 4 escolas no município, sendo a primeira na Fazenda Santa Izabel, no lugar denominado “Bom Jardim” no distrito de Teixeira, e as outras três em São Vicente do Gramma.

Diante disso, compreende-se que o fato de encontrar informações do poder executivo nas páginas do jornal *Cidade de Viçosa*, após um longo período de oposição ao governo local, demonstra a importância de seu diretor, Juarez de Sousa Carmo, ter vencido as eleições para vereador, transformando o periódico em um órgão oficial do município, ou seja, um veículo da imprensa responsável pela publicação de informações oficiais da prefeitura.

1.4.1 A organização de um quadro escolar municipal (1936-1937)

De todo modo, objetivando mapear as instituições de ensino existentes e criadas na região de Viçosa no período em estudo, concebemos o quadro de escolas municipais ao final do ano 1936.

Quadro 5. Escolas primárias municipais (dezembro de 1936).

Distrito	Localidade	Docentes
Viçosa	Paraíso	-
Viçosa	Colônia Vaz de Mello	Maria de Lourdes
Viçosa	Piúna	Maria Olga Lourdes
Viçosa	Silvestre	Julieta Lentini Cunha
Viçosa	Cachoeirinha	Maria da Conceição Rodrigues
Eral	Vargem Alegre	-
Eral	Govinhas	Afonso Artidoro da Fonseca
Eral	Jatiboca	Sylvia Martins
Teixeiras	Bom Jardim	-
Teixeiras	São Pedro	-
Coimbra	Boa Vista	-
Canaã	Bom Sucesso	Maria Joaquina Viana
Araponga	Estouros	Vicente José de Lana
Pedra do Anta	Fazenda do paraíso	Catharina Vitarelli
Pedra do Anta	Sertão	-
Pedra do Anta	Laranjeiras	-

⁵⁶ CARMO, J. S. **Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Ed 1.916. Vol XLIV. novembro de 1936. p. 3.

Pedra do Anta	Sem denominação	-
São Vicente do Grama	Fazenda da Lage	-
São Vicente do Grama	Pouso Alegre	-
São Vicente do Grama	Boa sorte de Ramos	-
São Vicente do Grama	Sem denominação	-

Fonte: VIÇOSA(MG). **Livro do poder executivo municipal**. 1936.

Tais instituições funcionavam de acordo com as “diretrizes mineiras⁵⁷”, que conferiam aos municípios competência para criação, preenchimento, transferência e supressão de escolas rurais; assim como contratar, remover, licenciar e dispensar quaisquer professores exceto os efetivos, como demonstrado pela seguinte portaria:

o Prefeito do município de Viçosa, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando que a professora da escola rural mista do lugar denominado “Turvo Limpo”, distrito desta cidade, Olga Geruiano, não é assídua; considerando que a escola se acha mal localizada; considerando que diversos moradores do lugar denominado *Piúna*, fizeram uma representação a esta Prefeitura, pedindo que fosse transferido a escola de *Turvo Limpo* para aquele lugar, em virtude da existência ali de grande número de crianças em idade escolar; considerando que a escola mais próxima é a de *Turvo Limpo*, distante 3 quilômetros de *Piúna* e que não é assídua a titular da mesma. Resolve exonerar a professora Olga Geruiano, de acordo com o Decreto estadual de 132 de 29 de julho de 1935 e transferir a escola para o lugar denominado *Piúna* (VIÇOSA. Portaria nº 54 de 26 de setembro de 1936, p. 22).

Em conformidade com o momento de expansão na criação de escolas, temos a autorização concedida pelo prefeito, para o pagamento de gratificações no valor de 40:000\$000, às professoras municipais ou particulares que mantivessem cursos noturnos de ensino primário para adultos. De acordo com as informações disponíveis nas atas do poder legislativo, no dia 10 de outubro de 1936, esse auxílio seria pago após a apresentação dos termos de matrícula e mapas de frequência mensais, disponibilizados pelo juiz de paz do respectivo distrito.

No ano seguinte, temos o preenchimento de 12 novos cargos criados entre 1º de fevereiro à 23 de julho de 1937, contando apenas com uma exoneração na localidade de Boa Sorte do Ramos, no distrito de São Vicente do Gramma, mas, logo preenchida por outro professor, e à abertura de uma turma noturna estabelecida em um prédio no centro da cidade de Viçosa, regida pela professora Carmélia de Sá, como demonstrado no quadro abaixo:

⁵⁷ VIÇOSA(MG). Decreto-Lei nº 0132, de 29 de julho de 1935.

Quadro 6. Escolas primárias municipais (dezembro de 1937).

Distrito	Localidade	Docentes
Viçosa	Paraíso	Maria de Lourdes
Viçosa	Colônia Vaz de Mello	Maria de Lourdes Lopes
Viçosa	Piúna	Maria Olga
Viçosa	Silvestre	Julieta Lentini Cunha
Viçosa	Cachoeirinha	Maria da Conceição Rodrigues
Viçosa	Escola Noturna (Centro)	Carmélia de Sá
Ervál	Vargem Alegre	-
Ervál	Govinhas	Afonso Artidoro da Fonseca
Ervál	Jatiboca	Aguiar Ramos Gomide
Ervál	Casca	Maria da Conceição Lourdes
Ervál	São Francisco das Chagas	Maria de Lourdes Ramos
Teixeiras	Bom Jardim	Maria Aparecida
Teixeiras	São Pedro	Carmen de Toledo Teixeira
Coimbra	Boa Vista	-
Canaã	Bom Sucesso	Sebastião José Batista
Araponga	Estouros	Vicente José de Lana
Pedra do Anta	Fazenda do Paraíso	Catharina Vitarelli
Pedra do Anta	Sertão	Magalhães Pereira Fialho
Pedra do Anta	Laranjeiras	Hilda da Conceição Lopes
Pedra do Anta	Sem denominação	Laura Fialho
São Miguel do Anta	Muqueca	Luzia Saraiva
São Miguel do Anta	Laranjeiras	Hilda da Conceição Lopes
São Vicente do Gramma	Fazenda da Lage	Regina Cali Bittencourt
São Vicente do Gramma	Pouso Alegre	Maria José das Neves
São Vicente do Gramma	Boa sorte de Ramos	Aurélia Lopes

Fonte: VIÇOSA(MG). **Livro do poder executivo municipal**. 1937.

Em comparação com o Quadro 05, percebemos um aumento no número de escolas fixadas na região, saltando de 21 instituições de nível primário em 1936 para 25 ao final de 1937, simultaneamente elevando também o número de novas cadeiras de professores. Porém, tal movimento de ampliação das cadeiras docentes no município, extrapolou as receitas orçamentárias para a instrução pública local, que era estimada em 40:000\$000, ocasionando o não funcionamento das escolas, por falta de pagamento dos salários das professoras entre outubro a dezembro de 1937.

O Prefeito do município de Viçosa, usando das atribuições legais, e entendendo que a verba orçamentária votada para a instrução pública concedida para o exercício seria de 40:000.00 e até a extensão do mandato da prefeitura, já havia atingido a 45:177.800, havendo ainda diversas professoras que não receberam seus vencimentos dos meses de outubro e novembro. Entendendo que se torna necessária uma revisão no quadro das escolas municipais, resolve suspender, provisoriamente, o funcionamento das mesmas, até que em exame descobrisse quais devem ser restauradas, por conveniência do ensino (VIÇOSA. Portaria nº 13, de 01 de dezembro de 1937, p. 31).

Esse pequeno fato, pode ser uma exemplificação de uma falta de planejamento da administração pública com a instrução de um modo geral, a partir do momento em que se abrem escolas e se criam cargos de professores, sem o devido custeio. Diante o cenário apresentado até o final de 1937, concebemos e comparamos os investimentos feitos no setor educacional da seguinte forma:

Quadro 7. Despesas do município com a instrução pública e privada (1930-1937).

VIÇOSA					
Arrecadação			Despesa		
Ano	Valor Total	Caixa Escolar	Subvenções	Instrução Primária	%
1930	250:000\$000	10:000\$000	3:500\$000	13:500\$000	6.6
1931	280:000\$000	10:000\$000	5:000\$000	13:500\$000	6.6
1932	280:000\$000	10:000\$000	5:000\$000	13:500\$000	6.6
1933	290:000\$000	10:000\$000	5:000\$000	-	1.7
1934	305:500\$000	14:000\$000	5:000\$000	-	1.6
1935	320:000\$000	14:000\$000	5:000\$000	32:000\$000	11.5
1936	372:000\$000	-	7:000\$000	37:200\$000	11.8
1937	-	-	7:000\$000	40:000\$000	11.7

Fonte: VIÇOSA(MG). **Livro do poder executivo municipal:** decretos e portarias. 1929-1937.

O Quadro 7 retrata, na segunda coluna, os valores totais orçados para o exercício do município de Viçosa anualmente, quando na terceira coluna temos o montante arrecadado com a caixa escolar. Na quarta coluna temos as subvenções destinadas ao Colégio de Viçosa, e a partir de 1936, soma-se também a quantia de 2:000\$000 a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, enquanto a quinta coluna retrata os valores investidos na instrução pública primárias. A última coluna do quadro, representa a porcentagem dos investimentos educacionais, em comparação com os gastos gerais do município.

Conforme os números apresentados na sexta coluna, identificamos que na região de Viçosa entre 1930 e 1932, os valores investidos na instrução pública eram inferiores a 7% do total orçado anualmente. Se compararmos com os primeiros valores registrados nos livros do

executivo a partir de 1925, iremos identificar um declínio nos recursos investidos na instrução pública, sendo que em 1925 tivemos 11.8% da receita total do município investido no setor educacional, contra 11% em 1926, 9.4% em 1928 e 7.7% no ano de 1929. Entre os anos de 1933 e 1934, os recursos alocados para a instrução pública não foram localizados nos registros do poder executivo e em nenhum outro documento consultado.

A partir de 1935, o município assumiu a execução da instrução pública que até então era compartilhada com o governo do estado, e passa a investir cerca de 11.5% do valor total anual arrecadado, mesmo que não se comprove sua efetivação, mediante a ausência de informações sobre escolas criadas, nomeações de cargos ou abertura de vagas para novos alunos. Diferentemente do ano 1936, onde se encontra a abertura de 9 escolas em 5 distritos, e a consolidação de um quadro escolar com 21 instituições primárias públicas em 8 distritos, alcançando em 1937, o exercício de 25 escolas primárias na região com as suas cadeiras docentes devidamente preenchidas.

Em vista do que foi apresentado, concebemos que o lento desenvolvimento do processo de criação de escolas públicas primárias na região de Viçosa entre 1930 e 1937, se deu principalmente por motivos políticos em um cenário conflituoso, onde tivemos sete prefeitos governando em um período de sete anos, sendo nomeados somente no ano de 1933, 3 prefeitos distintos. Também podemos destacar, que apesar das mudanças ocorridas na chefia do poder executivo local, encontramos permanências políticas, quando iniciamos este capítulo sob o governo do prefeito João Braz da Costa Val (1927-1932), e encerramos com o mesmo, assumindo novamente a chefia da prefeitura em 15 de novembro de 1937, nomeado pelo então interventor do estado mineiro, Benedito Valadares.

CAPÍTULO II

A CIDADE DE VIÇOSA NO CONTEXTO DO *ESTADO NOVO* (1937-1946)

Neste segundo capítulo, trataremos dos efeitos das políticas autoritárias nacionais em um contexto local, e suas implicações no setor educacional entre (1937-1946), período este, compreendido como *Estado Novo*, e que trouxe consigo, mudanças estruturais na sociedade brasileira, com a instauração de um modelo desenvolvimentista, fundamentado na industrialização. Nesta conjuntura, a educação começa a mudar, ao menos em termos legais, como resposta às novas necessidades que surgiam, com o propósito de fomentar uma capacitação da mão de obra, para o exercício de novas funções que se abriam no mercado de trabalho. Será neste período em estudo, que teremos as atenções legislativas do Estado mais voltadas para a educação, de nível primário e profissionalizante, visto que os níveis superior e secundário já haviam sido reformados durante o *Governo Provisório* (1930-1934). Eventualmente, buscaremos identificar ações do poder público local, que porventura tenham proporcionado às classes populares, um maior acesso à educação, mediante abertura de escolas de nível primário.

2.1 A educação no *Estado Novo* (1937-1946)

Por meio de seus discursos, Getúlio Vargas apresentava a Revolução de 1930 e o *Estado Novo* iniciado em 1937, como fases de um mesmo processo (PANDOLFI, 2003). Porém, ao promulgar a Constituição de 1937, foi estabelecido um período ditatorial no país, sob o comando de Getúlio, aprofundando as práticas autoritárias, cassando direitos civis, impedindo ações do poder legislativo e centralizando todo o poder para o executivo nacional. Mediante tais ações, em 1937 a educação passou a não ser mais encargo do Estado.

A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos estados e dos municípios, assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (BRASIL, 1937. Art. 129).

Assim, o que era responsabilidade do Estado em 1934, tornou-se um complemento no ano de 1937, coroando a vitória da mentalidade conservadora do país (ROMANELLI, 1986). O Art. 130 da mesma Constituição, complementou com os dizeres de que o ensino primário seria obrigatório e gratuito, entretanto, não excluiria o “dever e solidariedade dos menos para

com os mais necessitados”. Assim, na ocasião da matrícula, seria exigida aos que não alegassem escassez de recursos, uma contribuição mensal para a caixa escolar.

Porém contraditoriamente, segundo Ribeiro (1993), foi durante o período do *Estado Novo*, que se ampliaram as verbas destinadas à educação, assim como as tentativas em se traçar um Plano Educacional em escala nacional. Neste período, notamos que as atenções governamentais no que diz respeito à legislação da educação, voltaram-se mais para o nível primário e profissionalizante.

De acordo com Capelato (2007), o período correspondente ao *Estado Novo* (1937-1945), não foi homogêneo, no sentido de que, de 1937 a 1942, houveram reformas voltadas para a consolidação do novo regime, onde a política varguista teve como um dos objetivos principais a concretização do progresso dentro da ordem, utilizando-se de duas estratégias: a propaganda política e a repressão aos opositores. Enquanto que os anos de 1942 e 1945, foram marcados pela entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial, sendo necessário uma maior atenção do governo para as classes populares em busca de apoio.

Nesse segundo momento (1942-1945), compreende-se um esforço político de se organizar o ensino público no Brasil de maneira mais centralizada e mais qualificada, buscando a criação de currículos mais integrados entre os estados e uma maior capacitação do corpo docente. O ensino primário em especial, teve sua grade estrutural alterada em 1946⁵⁸.

A lei orgânica do ensino primário, estabeleceu que esse nível de ensino abrangeria duas categorias: o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos; e o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos, com duração de 2 anos, sendo que o ensino primário fundamental seria ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar⁵⁹, com duração de 4 anos, e o complementar⁶⁰, de um ano, que deveria ser um estágio preparatório para o exame de admissão ao ginásio.

Nesta mesma década, importantes decisões também foram tomadas em relação ao ensino técnico-profissional no país, tendo em 1942 a organização do ensino industrial⁶¹, em

⁵⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946.

⁵⁹ De acordo com o Art. 7º, da Lei Orgânica do Ensino Primário, o curso primário elementar, compreenderia as matérias de I) Leitura e linguagem oral e escrita; II) Iniciação matemática; III) Geografia e História do Brasil; IV) Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; V) Desenho e trabalhos manuais; Canto orfeônico (canto coletivo); VII) Educação física.

⁶⁰ O curso primário complementar teria de acordo com o Art. 8º, os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas: I) Leitura e linguagem oral e escrita; II) Aritmética e geometria; III) Geografia e História do Brasil; IV) Ciências naturais e higiene; V) Economia; VI) Desenho; VII) Trabalhos manuais e práticas educativas; VIII) Canto orfeônico; IX) Educação Física. Em parágrafo único, destaca-se que as alunas apreenderiam também noções de economia doméstica e de puericultura (conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional e psicológico de crianças pequenas).

⁶¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

1943, a Lei Orgânica sobre o ensino comercial⁶², e em 1946 ao fim do *Estado Novo*, se organizava o ensino agrícola⁶³, o ensino normal⁶⁴ e o ensino primário⁶⁵.

Contudo, era o ensino médio que conduzia os filhos das classes mais altas, à Universidade, reservando uma posição menos importante ao ensino técnico-profissional. Logo, a elite buscava o ensino médio como meio de adquirir status. Por outro lado, as camadas populares passaram a procurar mais as escolas primárias e as escolas profissionais, pois tratava-se de uma população que tinha urgência de preparar-se para o exercício de um ofício (ROMANELLI, 1986). Mentalidade exercida pela própria constituição de 1946, que exigia que as empresas industriais, comerciais e agrícolas, com mais de 100 funcionários, mantivessem um ensino primário gratuito para os seus servidores e seus filhos.

Quadro 8. Ensino Industrial no Brasil (1932 – 1944).

Ensino Industrial		
Ano	Unidades Escolares	Matrículas
1932	108	14.638
1937	157	13.928
1942	196	17.393
1943	1.190	59.452
1944	1.263	52.924

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1948**. Educação: ensino em geral. Organização didática e movimento escolar., p. 397.

A partir do Quadro 8, compreendemos um salto de aproximadamente 507% no número de unidades industriais funcionando no país a partir de 1943, assim como um aumento de 247% no número de matrículas nesses estabelecimentos. Ou seja, entende-se que os cursos profissionalizantes se tornaram uma formação de segunda categoria, destinada às classes menos favorecidas. Como contraponto, as escolas técnicas⁶⁶, seriam uma das poucas ou únicas oportunidades de ascensão da classe popular, levando em consideração que o ensino profissionalizante era praticamente uma preparação para o mercado de trabalho, enquanto o ensino médio e superior acabava sendo o destino das camadas favorecidas economicamente.

Segundo Romanelli (1986), o antigo regime oligárquico, conseguiu manter um mínimo de coerência interna e externa em seu sistema educacional, já que as escolas profissionais eram

⁶² BRASIL. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

⁶³ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

⁶⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.

⁶⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946.

⁶⁶ A promulgação das leis orgânicas de ensino entre 1942 e 1946, transformou o ensino industrial-técnico em um ensino correspondente ao nível secundário, dividido entre o 1º Ciclo (4 anos) de ensino industrial e o 2º Ciclo (3 anos) em ensino técnico, oportunizando posteriormente ao aluno, à entrada ao ensino superior, somente da área técnica cursada. Cenário que se altera apenas em 1953 com a criação da Lei da Equivalência, onde os egressos dos cursos técnicos passaram a ter direito de frequentar qualquer curso de nível superior.

terminais para as classes populares, pois não davam acesso ao ensino superior, nem possibilitavam mobilidade para o sistema educacional da elite. Atendiam, no entanto, as aspirações de uma conquista rápida de uma profissão e melhores salários.

Esse equilíbrio, se manteve enquanto predominava a ordem social dualista. Foi, porém, quebrado, quando esta ordem passou a sofrer pressão das camadas emergentes que o capitalismo industrial impulsionado pela Revolução de 30 acabou por acarretar. O rompimento da velha ordem trouxe para a pauta das reivindicações sociais das novas camadas a necessidade crescente de educação que acabou rompendo com a velha estrutura dualista da escola, já que cresceu, sobretudo a partir de então, a procura de educação que possibilitasse acesso a posições mais altas, ou seja, a educação das elites. (ROMANELLI, 1986).

O sistema escolar voltado para as classes altas e médias, por sua vez, satisfazia, em certo sentido, a demanda restrita em prol de uma educação de qualidade, visando prepará-los para as carreiras liberais. Assim, as pressões oriundas das classes sociais mais baixas, tiveram de ser atendidas, porém, de maneira precária.

Quadro 9. Número de Unidades Escolares no Brasil (1938 – 1946).

Ensino em Geral						
Ano	Ensino Primário			Ensino Secundário		
	Unidades Escolares	Matrículas	Corpo Docente	Unidades Escolares	Matrículas	Corpo Docente
1938	39.650	3.109.784	77.206	717	143.259	10.292
1939	40.418	3.205.753	78.094	782	155.588	11.136
1940	41.670	3.302.857	80.920	821	170.057	12.026
1941	43.134	3.347.642	83.505	844	182.260	12.686
1942	43.752	3.336.225	86.500	886	199.435	13.562
1943	43.433	3.313.184	86.769	1.304	211.246	18.133
1944	42.952	3.375.737	89.888	1.235	221.199	18.269
1945	44.039	3.496.104	94.528	1.282	256.467	19.105
1946	47.047	3.738.253	99.611	1.344	279.508	19.938

Fonte: IBGE, **Anuário Estatístico do Brasil, 1948**. Educação: ensino em geral. Organização didática e movimento escolar.

Ao analisarmos o Quadro 9, iremos perceber que as unidades escolares de nível primário no Brasil, cresceram cerca de 18% em 8 anos, enquanto as unidades que ofereciam o nível secundário, evoluíram em 87%. Porém, o número de escolas primárias, permanece superior ao número de unidades escolares de nível secundário, assim como o número de matrículas em ambos os estabelecimentos de ensino. Do mesmo modo, objetivando mapear esse processo de expansão das unidades escolares, principalmente de nível primário, no município de Viçosa, utilizaremos de informações disponíveis em atas, leis, decretos, portarias, e especificamente no ano de 1938, iremos recorrer as informações disponíveis nas páginas do jornal *Gazeta de Viçosa*.

2.2 O cenário local por entre as páginas do jornal *Gazeta de Viçosa* (1938)

Fundado no dia 31 de março de 1912, o periódico *Gazeta de Viçosa*, passou em 1919 para a direção de João Braz da Costa Val, que se tornou prefeito do município de Viçosa em 1937, por nomeação do então governador do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. De acordo com o próprio jornal⁶⁷, a edição do dia 06 de março de 1938, é a primeira de uma “nova fase”, após um período inativo. Por este motivo, entende-se que o jornal *Gazeta de Viçosa*, atuava mais como um órgão oficial do município, do que um veículo de imprensa livre e imparcial, demonstrando ao longo de suas páginas, indícios de posicionamento político, próximo ao do governo local, verificado na inauguração da nova sede da prefeitura, que contou com homenagens ao Governador do Estado de Minas Gerais.

Logo depois de ser implantado no país o novo regime, graças ao pulso firme do Presidente Getúlio Vargas, que, inspirado no mais sã patriotismo, com o apoio decidido de todas as forças armadas e do governador Dr. Benedito Valadares, desviou o curso que iam tomando os negócios públicos, e instituiu, para felicidade dos brasileiros, o *Estado Novo*, assumiu o governo do município por delegação do seu devotado amigo, o ilustre Governador do Estado, o dr. João Braz da Costa Val, digno pelas suas tradições de sã patriotismo, e que, desde cedo se pôs ao serviço público, promete realizar criteriosa e eficiente administração. (VAL, 1938, p. 1).

Sobre a nova sede da prefeitura:

tratou então o Dr. João Braz de instalar nova sede para o Governo Municipal, não só em prédio mais central e confortável, como também capaz de conter suas diversas secções, onde os senhores funcionários possam melhor atender as pessoas que têm negócios a tratar ali. Situada na principal rua da cidade, a Prefeitura se acha agora magnificamente instalada, tendo seus serviços perfeitamente organizados e divididos pelas suas seguintes secções: Portaria, Secretaria, Gabinete do Prefeito, Contabilidade, Tesouraria, Inspetoria de veículos, Diretoria de Obras, Diretoria de Higiene, além de ampla sala para reuniões anexado a redação deste periódico, seu órgão oficial, com suas diversas salas de redação, revisão, composição, máquinas e almoxarifado. (VAL, 1938, p. 1).

Já a terceira página, se dedica a complementar informações que não estão disponíveis nos livros do executivo municipal, como por exemplo, os valores orçados para o exercício do ano de 1938, assinado no dia 08 de janeiro, pelo prefeito João Braz da Costa Val. Nesses orçamentos, encontramos o valor total anual disponibilizado para a cidade em 418:000\$000, destinando-se o montante de 32:800\$000, cerca de 7,8% para o serviço de educação pública, abrangendo professores e material, sem maiores especificações. As subvenções aos estabelecimentos particulares também aparecem com valores destinados ao Ginásio de Viçosa (5:000\$000) e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (1:000\$000).

⁶⁷ VAL, J. B. C. *Gazeta de Viçosa*. Viçosa, Minas Gerais. Vol. I. ed. 01. 06/03/1938.

Na edição nº 02, publicada no dia 13 de março de 1938, encontramos na terceira página do periódico, uma nota referente ao Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, relatando o encerramento das matrículas para aquele ano letivo, com o total de 718 alunos matriculados. Deste número, 95% frequentariam assiduamente o estabelecimento, o que não havia sido verificado em 1937, quando 419 alunos dos 837 totais, haviam sido desligados por não comparecimento as aulas, ou transferidos.

Vale ressaltar que na década de 1930, temos uma mudança no olhar pedagógico sobre a criança, e os motivos que as levavam ao fracasso escolar onde, “crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar eram intituladas como anormais e as causas de seu insucesso eram procuradas em alguma anormalidade biológica” (HADDAD, 2011, p. 278).

Posteriormente, de acordo com Patto (1996), de “anormal” a criança que fracassava na escola, passou a ser designada como “criança-problema”. Neste momento, as causas dos dilemas escolares encontravam-se no ambiente familiar instável, e atingiam em grande parte os segmentos das classes sociais mais baixas. Entre os fatores atribuídos à família estavam a ausência dos pais nas reuniões convocadas pela escola, como também o desinteresse frente as tarefas escolares de seus filhos, ou a ausência de hábitos de leitura no lar, em conjunto com a necessidade do jovem da classe baixa, ter que apoiar financeiramente sua família, atrasando ou perdendo dias de aula por conta do trabalho.

Já na última página da edição nº 03, do dia 20 de março, encontramos uma cartilha promovida pela Inspetoria de Higiene do Município, intitulada: “bons hábitos sociais”, apresentando práticas diárias de como o cidadão deveria proceder ao acordar, tomar banho, se alimentar e se portar no dia a dia. Dentre elas, estão práticas simples como tomar banho diariamente com água e sabão, usar roupas folgadas e limpas, beber com copo de uso pessoal, sentar-se corretamente nas escolas, e ao final “não discutir a respeito de política, nem de político, pois, a murmuração que cresce no boato e recrudescer na intriga, é sempre o esboço de qualquer infâmia mais grave⁶⁸”. Essa cartilha pode ser explicada como uma tentativa do poder público de normatizar indesejáveis aspectos da população em geral, considerados ultrapassados pela elite local.

Torreão Sá (2010), elucida que à medida que a cidade se expandia, as diretrizes da vida cotidiana iam delineando-se, havendo padronização para tudo, inclusive para higienização e embelezamento das habitações privadas. Havia a compreensão de que, quanto mais fosse

⁶⁸ VAL. J. B. C. **Gazeta de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. I. ed. 03. 20/03/1938. p, 04.

monitorada a dinâmica da vida particular, mais se poderia controlar o espaço público, sendo possível uma convivência e aceitação dos padrões estabelecidos da modernidade. Esse controle sobre a atividade dos espaços privados e coletivos, deveria ser responsabilidade dos poderes públicos, mas, quando essa gestão é mal gerida, surgem críticas e denúncias, da própria população, expondo a negligência e a corrupção justificada pela pouca importância que o tema da higiene tinha diante dos legisladores.

O disciplinamento do espaço urbano, a escolha da localização e normatização das edificações, o tamanho dos compartimentos, a especialização dos espaços domésticos, o saneamento do solo, nesse sentido, visavam garantir a iluminação natural, a circulação do ar, da água e dos dejetos, impedindo, assim, a constituição epidêmica, a formação de miasmas ou o surgimento de vetores responsáveis pela propagação das doenças. Já as tentativas de parametrização dos hábitos e costumes serviam para instituir uma nova civilidade, alicerçada nos moldes da sociedade europeia, o ideal *brasilis* de civilização (TORRÃO SÁ, 2010, p. 282).

A conservação da “moral e bons costumes” era alvo do interesse público, permeando as relações sociais, determinando os padrões de comportamentos adequados, estabelecidos pelos condicionantes históricos, culturais e políticos, sendo esses alguns motivos que levaram a ter os *Códigos de Posturas Municipais*, capítulos inteiros destinados ao estabelecimento de normas de convivência e sanções indicadas àqueles que descumprissem as leis relativas a essa finalidade. Nesse sentido, a moralidade pode ser compreendida segundo Torreão Sá (2010), como uma espécie de sistema que regula a vida coletiva por meio dos costumes e valores de uma sociedade numa época determinada.

Na edição nº 04, do dia 03 de abril, temos como destaque a matéria intitulada “Apologia da paz pelo trabalho”, onde se compara a situação administrativa do município antes e depois da nomeação do prefeito João Braz da Costa Val, apontando que com a sua posse “todo o ambiente se transformou. O trabalho retomou a sua atividade intensa. Morreu a politicagem de aldeia. Sumiram-se os comentadores de esquina, a língua danada dos tosadores da vida alheia”. Por essa visão, podemos situar que neste período, temos uma sociedade reprimida por medidas do poder público, que buscavam coibir a livre expressão. Essa seria uma das características do governo de Getúlio, que tinha como principal objetivo:

superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico. O tema da modernização ganhou destaque no referido período. Uma das justificativas para o golpe era a necessidade de produzir mudanças capazes de colocar o país num patamar de progresso material que pudesse equipará-lo às nações mais prósperas do mundo. A meta do progresso indicava a ordem como parceira: neste aspecto, a racionalização do mundo do trabalho e o controle social, tido como ameaça pelos agentes da subversão, constituíam outro pilar da política estado-novista. (CAPELATO, 2007, p. 119).

Diante disso, é certo que o lema do governo local, assim como o slogan nacional, girava em torno do trabalho ser dignificador do ser humano. Isso é demonstrado a todo momento nas páginas do periódico, que atuava como órgão oficial do poder municipal, operando quase como um veículo de auto exaltação do prefeito e de sua administração, diferentemente do jornal *Cidade de Viçosa*, que atuava mais como um periódico oposicionista da política local.

No que se refere ao setor educacional, identificamos a partir dos dados disponibilizados pelo jornal, que os valores prestados no ano de 1938 eram de 148:000\$000, chegando em 30 de setembro ao montante de 492:313\$000, graças a “ao êxito das arrecadações, que provem da confiança que os munícipes depositam na pessoa do prefeito e, principalmente, em sua conduta como administrador”.

Contudo, o restante da “prestação de contas” se resumia a promoção da imagem do prefeito, deixando de lado os gastos e investimentos feitos com o dinheiro orçado, apenas expondo que parte da verba havia sido utilizada para amortecer a dívida do município com o estado. Na mesma edição, temos na quarta página, novas denominações para as ruas e praças da região de Viçosa, onde:

o sr. Prefeito, dr. João Braz da Costa Val, pelo Decreto nº 34 hoje assinado, mudou as denominações de diversas ruas e praças do município, em homenagem à grande data 10 de novembro que o Brasil inteiro festeja jubilosamente, a cujas festas o nosso município se solidariza e se associa com o maior entusiasmo⁶⁹.

Por esse motivo, foram alteradas as denominações dos seguintes logradouros do distrito sede e demais distritos do município.

Quadro 10. Novas denominações de ruas e praças na região de Viçosa (1938).

Local	Antiga nomeação	Nova designação
Viçosa	Travessa da Praça Silviano Brandão a Avenida Bueno Brandão	Travessa 10 de Novembro
Eral	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
Eral	Rua Liberdade	Governador Benedito Valadares
Teixeiras	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
Teixeiras	Rua do Comércio	Governador Benedito Valadares
Coimbra	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
Coimbra	Rua da Estação	Governador Benedito Valadares
S. Miguel	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
S. Miguel	Rua do Comércio	Governador Benedito Valadares
Pedra do Anta	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas

⁶⁹ VAL. J. B. C. *Gazeta de Viçosa*. Viçosa, Minas Gerais. Vol. I. ed. 35. 10/11/1938. p, 04.

Pedra do Anta	Rua Direita	Governador Benedito Valadares
Canaã	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
Canaã	Rua de baixo	Governador Benedito Valadares
Araponga	Largo da Matriz	Praça Presidente Getúlio Vargas
Araponga	Rua do Comércio	Governador Benedito Valadares
S. Vicente do Grama	Rua Direita	Praça Presidente Getúlio Vargas
S. Vicente do Grama	Rua de baixo	Governador Benedito Valadares

Fonte: VAL. J. B. C. **Jornal Gazeta de Viçosa**. Vol. I. Ed. 35. 10/09/1938, p. 04.

A mudança das nomenclaturas das praças e ruas do município e seus distritos, demonstram uma clara submissão do governo local para com os órgãos superiores, assim como as publicações sobre as normas de postura higiênica e social. Como demonstrado nas raras edições disponíveis, o periódico *Gazeta de Viçosa*, insere-se em um contexto nacional de repressão social, tornando-se, no ano de 1938, um órgão da imprensa que se preocupava em divulgar apenas questões políticas favoráveis a ideologia do *Estado Novo*, não disponibilizando espaços para a opinião pública.

Conforme descreve Capelato (1999), a utilização dos meios de comunicação objetivava legitimar o *Estado Novo* e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista, conforme aponta a constituição brasileira de 1937, responsável por legalizar a censura prévia aos meios de comunicação.

A imprensa, através de legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista. O art. 1.222 exterminava a liberdade de imprensa e admitia a censura a todos os veículos de comunicação. A lei prescrevia que com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação. (CAPELATO 1999, p. 171).

A propaganda política se transformou em uma estratégia para a execução do poder em qualquer regime, principalmente naqueles que possuem tendências totalitárias, pois assim, o Estado consegue se apropriar dos meios de comunicação, exercendo controle rigoroso sobre as informações e sua propagação, tornando possível sua manipulação. Os discursos proferidos pelos chefes políticos em inaugurações, comemorações e visitas, abasteciam o conteúdo das propagandas, demonstrando haver um controle sobre os veículos de comunicação.

Segundo Capelato (1999), foi por meio desse esquema, que a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se encarregar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem. No governo Vargas,

o esforço em eliminar as vozes discordantes, realizou-se sobretudo por meio da imprensa periódica e, em menor medida, pelo rádio.

Após 1937, ficou estabelecido que a imprensa desempenharia sua função atrelada ao Estado. A justificativa da mudança fundamentou-se na ideia de que o jornal era político por natureza; como, no momento, a política passava a ser a mais alta das atividades públicas, atividade do Estado, a folha impressa, cumprindo sua tarefa natural, passaria a exercê-la dentro do Estado como função pública. [...] Assim, o jornalismo transformou-se numa força coordenada pelo Estado. (CAPELATO, 1999, p. 174).

O plano do governo Vargas era estabelecer uma relação direta com as massas e levar adiante seus desejos de modernização e melhorias sociais, com a finalidade de angariar apoio. Norteados por essa preocupação, o governo instituiu a imprensa como órgão responsável pela divulgação das atividades e qualidades do chefe de estado e seus auxiliares, a fim de que fossem tomados como modelo de virtudes pelos cidadãos. Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias e atos do governo, assim como publicar fotos de Vargas, conforme visto em edições do jornal *Gazeta de Viçosa*.

As atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado. A imprensa foi responsável por desempenhar tarefas que lhe foram atribuídas sem nenhuma independência, e o controle deu-se não apenas pela forte censura, mas também, pelas pressões de ordem política e econômica.⁷⁰ Desse modo, verificamos que por mais problemático que a utilização desse tipo de fonte possa ser, seu uso é recompensado de certo modo, pelo número de informações oficiais disponíveis em suas páginas, sendo também importantes na compreensão de um cenário político local.

2.3 Um panorama sobre a instrução pública primária (1938-1946)

Na contramão da repressão política visualizado pelas páginas do jornal *Gazeta de Viçosa*, a educação pública primária na região de Viçosa, pareceu avançar no início do *Estado Novo*, no sentido de tornar o processo de abertura de escolas e contratação de professores mais transparente, por meio de decretos e portarias, promulgados pela nova administração nos livros do poder executivo.

⁷⁰ CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 175.

Diante desse cenário, destacam-se os efeitos de uma mudança política, encabeçada pela nomeação do prefeito João Braz da Costa Val em 15 de novembro de 1937, acarretando em uma nova administração que, em 1938, foi responsável por alterações no quadro escolar local, principalmente diante a nomeação de professores. Se ao final de 1937 tínhamos 25 cargos preenchidos, iniciaremos o ano de 1938 com apenas 19 educadoras contratadas.

No dia 1º de fevereiro de 1938, por meio do Decreto nº 01, temos a transferência das seguintes escolas: Santa Isabel e São Pedro, transferidas para as localidades de Barrinha e Contendas do distrito de Teixeiras; a escola mista, rural, de lugar denominado “Muqueca”, do distrito de São Miguel do Anta, movida para Bom Jardim, do mesmo distrito, e os estabelecimentos de Piúna e Paraíso, respectivamente, foram transferidos para os lugares denominados Lemos e São Bernardo, em Viçosa.

O deslocamento de escolas rurais entre o mesmo distrito era uma prática regular utilizada pelo poder público, quando determinada localidade não conseguia preencher a cadeira com um número mínimo de alunos, ou deixava de oferecer um prédio para que as aulas pudessem ocorrer, transferindo assim, a escola primária para um outro local.

Já as próximas resoluções, circularam em torno da contratação de professores para os citados estabelecimentos:

Quadro 11. Contratação de professores na comarca de Viçosa (1938).

Docentes	Escolas	Distritos
Edith Campos	Mãe Tonica	Viçosa
Hercúlea Santa	Silvestre	Viçosa
Maria de Lourdes Gouveia	Córrego dos Nobres	Viçosa
Maria de Lourdes Sousa	Colônia Vaz de Mello	Viçosa
Maria da Conceição Silva	São Benedito	Viçosa
Arlinda Bezerra Rego	Lemos	Viçosa
Conceição Gomes	Barrinha	Teixeiras
Cândida Maria das Neves	Contendas	Teixeiras
Maria de Lourdes Ramos	São Francisco das Chagas	Eral
Maria da Conceição Fontes	Casca	Eral
José de Sousa Lopes	Facelo	Canaã
Prudência Velloso	Boa Vista	Coimbra
Ludoumilla Gomes Pereira	Monte Sinai	São Miguel do Anta
Maria da Conceição Cardoso	Cachoeirinha	São Miguel do Anta
Celina	Bom Jardim	São Miguel do Anta
Olímpia da Cruz Dias	Estouros	Araponga
Rita da Conceição Leal	Laranjeiras	Pedra do Anta
Atala Fontes de Resende	Fazenda do Paraíso	Pedra do Anta
Joaquim Gonçalves	Ramos	São Vicente do Gramma

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**: decretos e portarias. 1938.

Temos contabilizadas nesse período 19 instituições públicas, de ensino primário na região. Entretanto, por efeito do Decreto-Lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, Viçosa reduziu seu território e, conseqüentemente o quadro escolar, com a perda do distrito de São Vicente do Grama para o município de Jequeri; os distritos de Erval e Araponga, transferidos para o município de Erval, e ainda o de Pedra do Anta, para recém-formado município de Teixeiras. Por força ainda desse Decreto-Lei, criou-se o distrito de Cajuri com território desanexado do distrito sede de Viçosa. Assim, na divisão judiciário administrativa do Estado, fixada para vigorar de 1939 e 1943, Viçosa passou a constituir-se de 4 distritos: Cajuri, Canaã, Coimbra e São Miguel do Anta⁷¹.

Por esse desmembramento, temos ao final do ano de 1938, a exoneração de 8 professoras das respectivas escolas rurais: Fazenda do Paraíso, Casca, Fazenda Laranjeiras, São Francisco das Chagas, Estouros, Barrinha, Contendas e Ramos, pertencentes aos distritos emancipados, reduzindo o quadro escolar municipal de 19, para 11 escolas públicas de nível primário.

Ao iniciar o ano de 1937, encontra-se pela primeira vez, registrado no livro de orçamentos do município, os valores destinados para o funcionamento destas escolas. Desse modo, a despesa completa do município para o ano de 1939, foi de 345:000\$000, sendo 24:560\$000 destinados ao pagamento de professoras e a compra de material escolar, que correspondeu a 7.1% do montante total orçado. Se somarmos os valores subvencionados aos estabelecimentos privados de ensino, Ginásio de Viçosa (5:000\$000) e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (2:000\$000), teremos 9.1% do orçamento total anual do município de Viçosa utilizado na educação.

Para o funcionamento da máquina pública no ano seguinte, temos o valor total anual de 363:000\$000⁷², sendo destinado 21:120\$000 ao pagamento das professoras rurais, mais uma taxa de 200\$000 destinado à compra de material escolar, totalizando 21:320\$000, cerca de 5.8%. Enquanto isso, o ensino particular continuava presente nas páginas orçamentárias do poder executivo, destinando-se ao Colégio de Viçosa (5:000\$000) e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (2:000\$000), o montante de 7:000\$000 anuais, ou, cerca de 1.9% em subvenções.

De acordo com o Decreto nº 51, promulgado no dia 21 de novembro de 1940, eram mantidas pelo município as seguintes escolas primárias rurais:

⁷¹ IBGE: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. 1959. v. 27. p. 428.

⁷² VIÇOSA(MG). Decreto nº 48 de 11 de dez de 1939.

Quadro 12. Escolas municipais e salário das professoras rurais (1940).

Distrito	Escolas	Salários
Viçosa	Silvestre	1:440\$000
Viçosa	Colônia Vaz de Mello	1:440\$000
Viçosa	Córrego dos Nobres	1:440\$000
Viçosa	Lemos	1:440\$000
Viçosa	Mãe Tonica	1:440\$000
Viçosa	São José do Triunfo	1:440\$000
Viçosa	Cachoeirinha	1:200\$000
Viçosa	Bom Sucesso	1:920\$000
Viçosa	Córrego Fundo	1:440\$000
São Miguel do Anta	Monte Sinai	1:440\$000
São Miguel do Anta	Bom Jardim	1:440\$000
São Miguel do Anta	Capivara	1:200\$000
Canãa	Cachoeira	1:200\$000
Canãa	Facelo	1:440\$000
Coimbra	Boa Vista	1:440\$000
Coimbra	São Venâncio	1:200\$000
Coimbra	Marengo	1:200\$000
Cajuri	Paraguai	1:440\$000

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**. 1940, p. 58.

Entre os anos de 1938 a 1940, período marcado pela nova formação administrativa municipal, percebemos que foram criadas 8 escolas de nível primário em todos os cinco distritos, sendo elas a de São José do Triunfo, Córrego Fundo e Bom Sucesso em Viçosa, Cachoeira no distrito de Canãa, São Venâncio e Marengo em Coimbra, Capivara em São Miguel do Anta (escola que já havia funcionado no distrito de Erval), e Paraguai em Cajuri, enquanto a escola de São Benedito parece nem ter sido de fato estabelecida em Viçosa após sua promulgação em 1938, por não haver mais indícios de sua existência em nenhum dos documentos consultados⁷³.

Dando prosseguimento, temos no ano de 1941 a receita total do município orçada no valor de 375:000\$000⁷⁴, sendo destinado à educação pública o montante de 27.480.000, ou cerca de 7.3%. No ano de 1942, temos a despesa fixa com o município em 400:000\$000⁷⁵, sendo atribuída à instrução pública o valor de 30.280\$000, algo próximo de 7.5% da receita total. Esse valor dividia-se entre: aquisição de imóveis (2:800\$000); aluguel de prédios (600\$000); e pagamento de professoras rurais (26:880\$000)⁷⁶. No entanto, é a primeira vez que

⁷³ Observa-se que a escola de Bom Sucesso já havia sido aberta em Viçosa, porém teve seu funcionamento suspenso em 1936. Outras duas escolas com o mesmo nome também apareceram nas páginas do livro do executivo municipal em Teixeira e Canãa em 1936.

⁷⁴ VIÇOSA (MG). Decreto nº 58, de 28 de novembro de 1940.

⁷⁵ VIÇOSA (MG). Decreto nº 59, de 15 de outubro de 1941.

⁷⁶ Destaca-se pelo Decreto nº 65, de 1942 a fixação do quadro de professoras rurais do município de Viçosa com 19 cadeiras, contendo uma a mais do que o quadro apresentado em 1940, com o vencimento anual de 1:440\$000.

encontramos indícios de compras de imóveis pelo poder público local com destino a instrução pública primária.

Fato este que irá se repetir na folha orçamentária do ano de 1943, onde a despesa fixada para o respectivo ano era de 400:000\$000, o mesmo valor do ano anterior, e o repasse para a instrução havia sido de 35:480\$000, dividindo-se conforme o quadro abaixo:

Tabela 1. Valores investidos no setor educacional da região de Viçosa em 1943.

Receita total	400:000\$000
Valores investidos na instrução do município	35:480\$000
Pessoal Fixo:	26:880\$000
Professores do ensino rural	1:920\$000
Professores do ensino rural A	20:160\$000
Professores do ensino rural B	4:800\$000
Material Permanente:	1:600\$000
Aquisição de Imóveis	1:000\$000
Alugueis de Prédios	600\$000
Subvenções:	7:000\$000
Ginásio de Viçosa	5:000\$000
Escola Normal Nossa Senhora do Carmo	2:000\$000

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**. Decreto nº 71, de 21 de dezembro de 1942.

De acordo com o quadro 13, e a tabela 1, podemos observar que havia uma divisão entre escolas consideradas de 1º e 2º classe, no qual impactava diretamente nos salários dos professores. As escolas consideradas de 1º classe, eram regidas por docentes classe A, ou seja, professoras diplomadas em estabelecimentos superiores, ou em curso, com vencimentos anuais de 1:440\$00, cada uma. Do mesmo modo, eram consideradas escolas de 2º classe, aquelas dirigidas por docentes Classe B, não tituladas, mas com comprovada experiência de serviço, ou aprovadas em exames de suficiência, que recebiam anualmente 1:200\$00. No total, a prefeitura contava com 14 docentes classe A e 04 docentes classe B, além de uma professora responsável pela escola em Bom Sucesso, cujo salário era superior às demais categorias, cerca de 1:920\$00 anuais.

Também podemos observar que os valores investidos na Instrução Pública no ano de 1943, eram de aproximadamente 7.1% em relação ao valor orçamentário total anual, sendo quase todo ele, cerca de 6.7%, utilizado com os ordenados das professoras rurais. Se analisarmos também os valores aplicados no setor privado de ensino, chegaremos próximos a 8.8% da renda total. Desse modo, concluímos que por mais que a educação municipal estivesse avançando, principalmente em relação à transparência das contas públicas, com o registro das ca-

deiras ocupadas e os valores despendidos individualmente (entre salários de professores e aquisição de material escolar), a instrução pública não ocupava nem 10% da folha orçamentária anual.

No mesmo ano, foram criadas 3 escolas rurais, mistas, nas localidades de Cascatinha, Paraíso e Quartéis, nos respectivos distritos de Canaã, Viçosa e Coimbra⁷⁷. Entre tais escolas, evidencia-se a reabertura da escola do Paraíso, que havia sido transferida para outra localidade em 1938. Para o quadro do funcionalismo municipal, foram criados três cargos docentes, sendo dois com o vencimento anual de 1:440\$000 e outro de 1:800\$000. Pelo mesmo decreto, Art. 3º, as escolas mantidas no município passam a ter as seguintes denominações:

Quadro 13. Escolas mantidas na região de Viçosa em 1943.

Distrito	Localidade	Denominações
Viçosa	Silvestre	Barão do Rio Branco
Viçosa	Silvestre	Dr. Francisco Machado de Magalhães
Viçosa	Colônia Vaz de Mello	Dr. José Pacheco
Viçosa	Córrego dos Nobres	Senador Vaz de Mello
Viçosa	Lemos	Dr. Silviano Brandão
Viçosa	Mãe Tonica	Padre Francisco José da Silva
Viçosa	Silêncio	Antônio Francisco Rodrigues
Viçosa	Córrego Fundo	Heráclito da Costa Val
Viçosa	São José do Triunfo	Presidente Getúlio Vargas
Viçosa	Cachoeirinha	Governador Benedito Valadares
Viçosa	Bom Sucesso	Dr. Francisco Leite da Costa
Viçosa	Paraíso	22 de janeiro
São Miguel do Anta	Monte Sinai	Dom Silvério
São Miguel do Anta	Santa Rosa	Manoel Bernardes de Souza
São Miguel do Anta	Capivara	Jose Lopes de Faria Reis
Canaã	Facelo	Joaquim Gonçalves (Torres)
Canaã	Cachoeira	Padre Jose Bonifácio de Souza Barrada
Canaã	Cascatinha	Prof. Alípio Peres
Coimbra	Fazenda Boa Vista	Antônio Pinto Miranda
Coimbra	Marengo	Pedro Nolasco da Fonseca
Coimbra	Quartéis	7 de setembro
Cajuri	Paraguay	Joaquim de Oliveira Ribeiro

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do Poder Executivo Municipal**. 1943, p. 22.

⁷⁷ VIÇOSA (MG). Decreto nº 78 de 6 de novembro de 1943.

No respectivo ano, o município tinha a responsabilidade arcar com os salários de 22 professoras rurais, sendo 11 tituladas que tinham seus vencimentos anuais em 1:800\$000, cada uma, e 10 não tituladas, que recebiam anualmente cerca de 1:440\$000. A educadora da escola de Bom Sucesso era a única exceção, cujo seu vencimento anual era de 1:920\$00.

Percebemos também diante uma análise do Quadro 13, que existiam duas denominações distintas para a localidade de Silvestre, nos levando a interpretar que haviam duas escolas nessa localidade, mas, sem distinções claras entre elas. Também encontramos nos livros de portarias do poder executivo municipal, duas cadeiras preenchidas nessa localidade, sendo uma integrada pela docente Helena Ladeira no dia 07 de janeiro de 1941, e outra ocupada pela professora Suely Gonçalves, na mesma data.

Para o exercício do ano de 1944, temos o orçamento anual por volta de 535:000\$000, o que representa um crescimento de 33% em relação ao orçamento total do ano anterior. Em comparação com os valores destinados ao setor educacional, o poder executivo investiu cerca de 37:620\$000, sendo divididos entre remuneração de 22 professores(as), (36:120\$000) e compra de material escolar (1:500\$000), refletindo um aumento no setor educacional de 6% em relação ao ano de 1943. Ou seja, o mesmo crescimento proporcionado ao município com gastos totais anuais, pode ser observado também no setor educacional. Movimento este que permaneceu no ano de 1945, com os gastos do município orçados em 630.000\$000, demonstrando ter ocorrido uma elevação de aproximadamente 17% nas despesas públicas em relação ao ano de 1944.

Enquanto isso, era investido no setor educacional cerca de 50:500\$000, entre remuneração de professores (48:000\$000) e aquisição de material escolar (2:500\$000), demonstrando uma evolução de 34% aos recursos investidos no ano anterior. Tal investimento se concretiza com a abertura de 11 escolas públicas, mistas, entre 1945 e 1946, sendo uma em Coimbra e uma em São Miguel do Anta, duas em Canaã e outras duas em Cajury, além de 5 escolas em Viçosa, com destaque a duas escolas noturnas: a Escola Noturna da Associação Comercial e Agrícola e a Escola Noturna da Liga Operária.

Entretanto, ao compararmos os valores totais aplicados na instrução pública local em 1945, com as demais despesas, concluímos que os valores alcançavam apenas 8% da folha orçamentária municipal, enquanto a instrução pública no ano de 1946, representava algo em torno de 11.6%, já que foram investidos na educação pública cerca de 77.600\$000, de uma soma de 668:000\$000. Se incluirmos os valores utilizados nos dois colégios particulares de Viçosa, elevaremos os 8% em 1945 para 9.1% e os 11.6% em 1946 para 12.6%, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 14. Despesas municipais com a instrução pública e privada (1938-1946).

VIÇOSA					
Arrecadação			Despesa		
Ano	Valor Total	Caixa Escolar	Subvenções	Instrução Primária Pública	%
1938	418:000\$000	20:000\$000	6:000\$000	32:800\$000	9.2
1939	345:000\$000	12:000\$000	7:000\$000	24:560\$000	9.1
1940	363:000\$000	-	7:000\$000	21:120\$000	7.7
1941	375:000\$000	-	7:000\$000	27:480\$000	9.1
1942	400:000\$000	15:000\$000	7:000\$000	30:280\$000	9.3
1943	400:000\$000	15:000\$000	7:000\$000	35:460\$000	10.6
1944	535:000\$000	16:000\$000	7:000\$000	37:620\$000	8.3
1945	630:000\$000	23:000\$000	7:000\$000	50:500\$000	9.1
1946	668:000\$000	26:000\$000	7:000\$000	77.600\$000	12.6

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**. 1938-1946.

Tomando por base o desmembramento territorial ocorrido no município no final do ano de 1938, verificamos que houve a extinção de 8 cadeiras de instrução pública pertencentes aos distritos emancipados, e a exoneração de 8 docentes, reduzindo o quadro escolar municipal de 19 para 11 escolas de nível primário. Esse impacto não alterou apenas o número de cadeiras registradas no município, tendo também efeitos nas receitas públicas, onde o governo local passou a recolher menos impostos até 1943, e conseqüentemente, investiu menos 25%, na instrução primária

Uma amostragem desse processo, pode ser identificada logo no ano de 1939, quando a quantia total do município, retraiu cerca de 17.5% e a educação sofreu uma perda de quase 25% de seu orçamento anual, conforme exposto no Quadro 14. Contudo, ao analisarmos apenas o movimento de criação de escolas públicas de nível primário na região formada em 1939, constatamos um crescimento, constituindo ao final de 1946, um quadro escolar com 33 unidades, distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 15. Escolas públicas primárias na região de Viçosa (1946).

Distrito	Localidade	Denominações	Docentes
Viçosa	Silvestre	Barão do Rio Branco	Helena Loureiro
Viçosa	Silvestre	Francisco Machado de Magalhães	Hermosina Santa do Carmo
Viçosa	Colônia Vaz de Mello	Dr. José Pacheco	Maria de Lourdes Sousa
Viçosa	Córrego dos Nobres	Senador Vaz de Mello	Maria de Lourdes Gouveia
Viçosa	Lemos	Dr. Silviano Brandão	Terezinha Castro Cabral
Viçosa	Mãe Tonica	Padre Francisco José da Silva	D. Edith Campos

Viçosa	Silêncio	Antônio Francisco Rodrigues	Hilda de Carvalho Fialho
Viçosa	Córrego Fundo	Heráclito da Costa Val	Jaine Calil
Viçosa	São José do Triunfo	Presidente Getúlio Vargas	Olinda Martins Caetano
Viçosa	Cachoeirinha	Governador Benedito Valadares	Maria de Lourdes
Viçosa	Bom Sucesso	Francisco Leite da Costa	Maria Lopes da Silva
Viçosa	Paraíso	22 de janeiro	Maria da Conceição Silva
Viçosa	-	José Valadares da Silva	-
Viçosa	Marreco	Capitão Rafael Da Silva Araújo	Maria da Conceição
Viçosa	-	Padre Álvaro Correia Borges	Marcelina Rosado Fortes
Viçosa	-	Escola Noturna da Associação Comercial e Agrícola	Maria da Conceição Santos
Viçosa	-	Escola Noturna da Liga Operária	Aurora Maria da Conceição
S. M. do Anta	Monte Sinai	Dom Silvério	Ludoumilla Gomes Pereira
S. M. do Anta	Santa Rosa	Manoel Bernardes de Souza	D. Geralda
S. M. do Anta	Capivara	Joaquim Pinto Coelho	Iris de Paula Pinto
S. M. do Anta	Bom Jardim	-	Dona Antonia da Silva
Canaã	Facelo	Joaquim Gonçalves Fontes	José de Sousa Lopes
Canaã	Cachoeira	Padre Jose Bonifácio de Souza	Maria da Conceição Gomes
Canaã	-	Joaquim Pedro de Oliveira	Paulira da Silva Resende
Canaã	Fazenda da Lage	Egídio da Silva Fontes	Maria Aparecida Soares
Canaã	Cascatinha	Prof. Alípio Peres	Hortência Resende Pena
Coimbra	Fazenda Boa Vista	Antônio Pinto Miranda	D. Prudência Velloso
Coimbra	Marengo	Pedro Nolasco da Fonseca	José Ferreira Filho
Coimbra	-	João Toledo da Silva	-
Coimbra	Quartéis	7 de setembro	Maria da Glória Lana
Cajuri	-	Major Sebastião Pereira Santiago	Maria da Conceição
Cajuri	Morro Grande	Antônio Dias Andrade	Terezinha Gonçalves
Cajuri	Paraguai	Joaquim de Oliveira Ribeiro	Aline Sousa Lima

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**: decretos, leis e portarias. 1943-1946.

Não obstante, observamos que, entre 1939 e 1943, houve um crescimento de 100% de escolas públicas criadas no município e em seus distritos, saltando de 11 para 22 unidades existentes, contando com mais 11 instituições até o final de 1946⁷⁸, o que representou um crescimento de 200%, entre 1939 e 1946.

⁷⁸ Destaca-se que os números citados na Figura 1, representam apenas ao período referente a nova divisão administrativa da região, que entrou em vigor a partir de 1938. Se levarmos em conta o número de escolas unicamente da cidade de Viçosa, antes do período delimitado, encontraremos a existência de 05 escolas em 1936, 06 escolas em 1937 e 06 escolas no ano de 1938.

CAPÍTULO III

O MUNICÍPIO DE VIÇOSA E SUAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-*ESTADO NOVO* (1945-1964)

Entre 1945 e 1964, a República brasileira vivenciou uma nova fase com o retorno das eleições diretas e a retomada de um processo democrático. Do ponto de vista político, continuamos a observar nos chefes do poder executivo, práticas “populistas” adotadas anteriormente por Getúlio Vargas. O momento também corresponde ao imediato pós-Guerra e a construção da ordem internacional baseada no modelo de bipolarização política, ideológica e econômica da Guerra Fria. Nessa época, presenciamos o confronto de diferentes projetos de desenvolvimento para o Brasil. Dentre essas propostas, destacaram-se sobretudo as ideais nacionalistas e as ideias liberais. Os nacionalistas defendiam que o país deveria buscar um desenvolvimento autônomo, sem a abertura ao capital estrangeiro, enquanto os liberais acreditavam ser impossível tal desenvolvimento, sendo necessário a abertura à investimentos externos.

Diante desse cenário, compreende-se que a retomada do regime democrático brasileiro pós *Estado Novo*, foi de suma importância para as classes populares e suas aspirações por melhores condições de vida, mediante o acesso e permanência no sistema escolar. Consequentemente, nos cabe investigar e analisar, o possível reflexo desse cenário em âmbito local, a respeito do processo de democratização de acesso em escolas de nível primário.

3.1 O Brasil pós-*Estado Novo* (1945-1964)

No início dos anos de 1940, o governo brasileiro demonstrava sinais de desgastes, tanto com seus apoiadores da área liberal que haviam sido peça importante na revolução de 1930, quanto com os setores populares, após a constante desvalorização do salário mínimo diante à crescente inflação, além de Getúlio estar inserido em um dualismo político internacional, apoiando publicamente os ideais de liberdade e democracia americana durante a Segunda Guerra Mundial, mas vivendo internamente sob um regime autoritário e antidemocrático.

Segundo Carone (1976), além da contradição político-ideológica, a entrada do Brasil na guerra tornou mais difícil a vida dos brasileiros. A manutenção do salário mínimo, enquanto o preço de produtos essenciais aumentava, gerou descontentamentos, e a impopularidade do governo cresceu, favorecendo a organização dos oposicionistas. A partir de 1943, o governo enfraquecido, enfrentou uma resistência sistemática, por boa parte da sociedade.

Para Capelato (2007), o advento do *Estado Novo*, fruto de um golpe apoiado por militares e pelas forças conservadoras da sociedade, não se originou de um movimento de

massas nem se caracterizou pelo aspecto mobilizador, como ocorreu em outros países nesse período. Considerando o povo brasileiro incapaz de participar politicamente, com grande parte da população ainda sendo analfabeta, os ideólogos do poder, que organizaram o Estado pelo alto, tinham a preocupação de conquistar as elites, consideradas peças importantes na construção de um novo país.

No entanto, pouco a pouco, por meio de medidas que atendiam às reivindicações populares, os apelos para que dessem apoio ao governo foram frutificando entre os trabalhadores, gerando à Getúlio muitos adeptos. Capelato (2007), aponta que os apoiadores de Vargas, acusavam os setores divergentes do regime, de tentar retomar antigos privilégios e retroceder certas conquistas, enquanto o bloco oposicionista reconhecia o progresso material adquirido pelo governo, mas entendiam que Getúlio não soubera conciliar a ordem necessária com a liberdade individual.

O período que se seguiu foi de intensa agitação. Em meio às greves contra a alta do custo de vida e os baixos salários, os partidos foram se constituindo e definindo candidatos à Presidência da República. O regime acabou ruindo sem resistências. Ghiraldelli (1990), salienta que as forças que derrubaram Getúlio, nada tinham de democráticas, sendo na verdade, “as mesmas forças que foram suas aliadas no período mais reacionário do *Estado Novo*” (p, 105). Mas, o tempo mostraria que o derrotado foi o *Estado Novo*, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência ampla dos setores populares. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a Presidência da República o seu sucessor e antigo ministro da Guerra⁷⁹, Eurico Gaspar Dutra.

Segundo Ferreira (2010), a eleição de 1945 é considerada a primeira efetivamente democrática ocorrida no Brasil, tendo acontecido por meio de uma votação direta e contando pela primeira vez com a participação das mulheres. As eleições tornaram-se sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nas esferas municipais, estaduais e federal, e contribuíram para consolidar um sistema partidário nacional que expressava as diferentes correntes de opiniões do eleitorado. Na primeira eleição, a de dezembro de 1945, votaram cerca de 7,5 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão no pleito de 1933. Ao longo dos anos, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votando em 1962.

⁷⁹ O Ministério da Guerra foi um ministério criado em 1815, visando proporcionar maior autonomia às forças armadas brasileiras em relação a Portugal. No governo Costa e Silva (1967-1969), teve sua nomenclatura alterada para Ministério do Exército. No mandato de Fernando Henrique Cardoso teve sua denominação novamente alterada para Comando do Exército, pela Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, enquadrado no Ministério da Defesa, ao lado da Marinha e da Força Aérea.

Destarte, o retorno à ordem democrática materializou-se perante a adoção de uma nova Constituição, caracterizada segundo Romanelli (1986), pelo seu espírito liberal, estabelecendo à União, a responsabilidade por legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, assegurando no Capítulo II do Título VI que:

Art. 166: a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. **Art. 167.** O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. **Art. 168.** A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I – O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II – O ensino primário oficial é gratuito para todos, o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III – As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV – As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores. (BRASIL, 1946).

Percebemos então que a Constituição de 1946, se distanciava da sua antecessora e se aproximava da Constituição de 1934, sobretudo quando tratou dos recursos destinados ao setor educacional. O Art. 169 destaca que “anualmente, a União aplicaria nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

De acordo com Romanelli (1986) esses recursos não eram suficientes para efetivar o direito à educação indicados nos aparelhos constitucionais. Contudo, a determinação em lei, perante a obrigatoriedade do poder público de conceder, para esse fim, um mínimo de recursos, já demonstrava, preocupação em estabelecer condições mínimas na oferta da educação.

Sob o regime de governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), o sistema educacional pouco evoluiu no país, sendo necessário em 1950 o retorno de uma figura paternalista como Vargas, que defendia em seus discursos, os ideais nacionalistas atrelados ao trabalho, e o desenvolvimento do capitalismo com o bem-estar-social no Brasil, onde o Estado deveria se responsabilizar pela oferta e distribuição de uma educação de qualidade para as classes populares.

Entretanto, Ghiraldelli (1990) destaca que ao longo de seu governo, o ensino superior acabou sendo mais contemplado do que o ensino primário, além de que não houve profundas alterações no quadro de alfabetizados em sua gestão, demonstrando permanência nas mazelas do sistema educacional nacional com apenas 3% dos alunos matriculados no nível primário, alcançando o quinto e último ano do curso. Ou seja, compreende-se que a atuação de Getúlio no campo educacional, esteve mais presente em sua oratória oficial, do que na efetivação de

uma política voltada para o estado do bem-estar social e uma distribuição menos elitista da educação.

Com a morte de Vargas em agosto de 1954, Café Filho, seu vice, assumiu a presidência da república até novembro de 1955, deixando o cargo sob tutela do presidente da câmara, Carlos Luz, até a posse do candidato eleito, Juscelino Kubitschek em janeiro de 1956. O novo chefe da república, defendia uma plataforma política marcada pelo desenvolvimento nacional, por meio de investimentos estrangeiros. Pautado em metas, o seu programa de governo, tinha como último item, uma proposta de educação voltada para o ensino técnico-profissional, onde até o ensino primário deveria “educar para o trabalho”, colocando o desenvolvimento econômico como prioridade em detrimento do desenvolvimento social, seguindo o ideário proposto pelo ISEB⁸⁰.

Diante desse cenário, visualizamos em nível nacional, propostas voltadas para a criação de escolas capazes de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, reforçando antigos ideias de que a Universidade seria destino natural para as elites. Ghiraldelli (1990), destaca que entre 1957 e 1959, os recursos financeiros destinados ao ensino industrial foram quadruplicados, enquanto metade da população brasileira ainda não tinha sido alfabetizada, não tendo ultrapassado ao fim de sua gestão, a soma de 6,1% de recursos investidos pela União na educação.

Juscelino entregou ao seu sucessor, Jânio Quadros (1961), um sistema de ensino ainda elitista e em apenas 7 meses de governo, pouca coisa pôde ser feita. Seu vice, João Goulart, assumiu a presidência sob regime parlamentarista⁸¹ em setembro de 1961, após diversas tentativas de partidos oposicionistas impedirem sua posse, devido sua aproximação com setores adeptos ao comunismo. Ao final de 1963, metade da população brasileira ainda permanecia analfabeta; o ensino médio acolhia somente 14% dos que prestavam exames e apenas 1% dos estudantes atingiam o ensino superior (GHIRALDELLI, 1990).

Como forma de combater esse cenário, em 1962 criou-se o Plano Nacional de Educação (PNE), que pautado pela LDB de 1961⁸², impunha a União o investimento anual mínimo de 12% de sua arrecadação com os impostos, enquanto os estados, os municípios e o Distrito Federal,

⁸⁰ Fundado no Rio de Janeiro em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), era atrelado ao Ministério de Educação e Cultura do governo JK, sendo responsável pela divulgação e ensino de ideias no campo das ciências sociais, atuando principalmente no tema do desenvolvimento nacional.

⁸¹ Vigente entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, o sistema parlamentarista foi um modelo de governo que interligou o poder executivo ao poder legislativo, restringindo a capacidade de atuação do então presidente Jânio Quadros.

⁸² BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB)**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961.

deveriam obrigatoriamente destinar o percentual de 20% ao setor educacional. Dessa forma, coube ao Conselho Federal de Educação, elaborar normas para a aplicação desses recursos correspondentes aos Fundos do Ensino Primário, Ensino Médio e do Ensino superior, além de definir que os recursos constitucionais vinculados à educação seriam destinados à manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino.

A partir disso, foram elaboradas metas a serem alcançadas até o ano de 1970, sendo voltadas para o ensino primário a matrícula até a quarta série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% dos alunos de 12 a 14 anos. Além de matricular todo o público em idade escolar, deveria o sistema contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% deles em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial.

Já o ensino médio deveria ter a matrícula de 30% da população escolar de 11 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginasial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginasial; e matrícula de 30% do público escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial, enquanto que o ensino médio deveria estender o dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e práticas educativas. Por último, cabia ao ensino superior expandir a matrícula até a inclusão de metade dos alunos que concluiriam o curso colegial⁸³.

Tais propostas abrangiam todos os níveis de ensino, sendo nesse período que se desenvolveu intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública, gratuita e de qualidade, além de campanhas em prol da alfabetização de adultos. Contudo, esses movimentos não perduraram, pois conforme aponta Ghiraldelli (1990), o PNE acabou sendo extinto 14 dias após o Golpe de 1964.

Entre 1965 e 1985, o Plano passa por uma revisão, sendo descaracterizado pelo novo governo, tornando-se um projeto descentralizado e tecnicista, criticado por Aranha (1996), como um planejamento que veio a deteriorar as escolas públicas, “exacerbando a burocratização do ensino com preenchimento de papéis e controle das atividades, além de ignorar as especificidades do processo pedagógico, reduzindo o professor a simples executor de tarefas organizadas no âmbito do planejamento”.

Assim, as mudanças no PNE durante o período da ditadura militar, foram entendidas como uma forma de subordinar o campo educacional às dimensões produtivas do capital ou como aponta Horta (1994), como um “estilo economicista” do processo de desenvolvimento,

⁸³ TEIXEIRA, Anísio. **Plano nacional de educação**. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. RJ, n.8, out. 1962. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano1.html>

que visou somente o fornecimento de mão de obra ao mercado de trabalho. Diante disso, compreende-se que as metas educacionais almejadas em 1962, são rapidamente interrompidas e desfiguradas para não atender mais as classes populares e o seu antigo desejo de democratizar o acesso à educação.

3.2 A organização municipal pós-*Estado Novo*

Com o fim do *Estado Novo* em novembro de 1945, tivemos no cenário local a posse provisória do prefeito José Martins Palhano, substituindo a Sylvio Romeo Cezar de Araújo, na chefia do município, que havia sido nomeado pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares no ano de 1943. O reinício das eleições diretas, ocorreram apenas em 1947, elegendo para o cargo de prefeito de Viçosa, José Lopes de Carvalho e seu vice, Carlos Vaz de Mello Megale, que viria mais tarde a ser deputado estadual por Minas Gerais (1951-1955). Destaca-se que ambos se candidataram pela legenda do PR⁸⁴, Partido fundado por Arthur Bernardes em 1945, figura ainda muito popular no município.

Uma das primeiras medidas do novo governo, foi tentar apagar os resquícios deixados pela gestão anterior, cabendo ao novo prefeito, modificar as denominações dos principais logradouros públicos da cidade. Conforme registrado no livro de Portarias do executivo.

I – A Avenida Governador Benedito Valadares, passará a denominar-se Avenida Professor P.H Rolfs. II – A travessa 10 de Novembro, voltará a ter a sua antiga denominação de Travessa 22 de junho. III – A rua Getúlio Vargas passará a denominar-se Rua Benjamin Araújo. IV – A rua conhecida por Avenida Fialho, terá a denominação de Rua dr. Machado Filho. V – A rua conhecida por Muzungú, passará a denominar-se Rua Presidente Afonso Pena. VI – A rua que tem início junto aos açougues municipais e vai até à entrada da rua conhecida por Mugungá, terá denominação de Rua Coronel Torres. VII – Terá denominação de Rua Verano Faria a que inicia na parte alta da Avenida Bueno Brandão e vai até a casa de residência do sr. Carlos Soares. VIII – A travessa conhecida por Beco dos Solimões, passará a denominar-se Travessa Simonini. (VIÇOSA. 1947, p. 45).

No início de 1948, o mesmo ocorreu com os distritos de Viçosa. As ruas Getúlio Vargas, Benedito Valadares e João Braz de Cajuri⁸⁵, tiveram as nomenclaturas alteradas para Rua Joaquina Toledo, Rua Arthur Bernardes e Rua Dr. Caio Bolívar. Em Coimbra a rua Senador Vaz de Melo passou a se chamar Governador Benedito Valadares⁸⁶, enquanto que São Miguel do Anta e Canaã, tiveram substituído o nome de cinco ruas. Nota-se que as novas denominações se

⁸⁴ O Partido Republicano foi fundado pelo político Artur Bernardes em 1945, substituindo ao antigo PRM (Partido Republicano Mineiro). Com o advento do Regime Militar, o PR foi extinto por intermédio do AI-2 em 27 de outubro de 1965.

⁸⁵ VIÇOSA (MG). Portaria nº 338 de 02 de janeiro de 1948, p. 47.

⁸⁶ VIÇOSA (MG). Portaria nº 340 de 02 de janeiro de 1948, p. 48.

referem aos antigos políticos locais como Arthur da Silva Bernardes, João Lopes de Faria Reis, Juarez de Sousa Carmo e o Senador Carlos Vaz de Melo, sendo todos pertencentes ao extinto Partido Republicano Mineiro.

3.2.1 A administração da educação no município pós-Estado Novo

Após a eleição e posse do novo governo local, foi encomendado um recenseamento ao Fórum da cidade, pela nova administração, tendo como objetivo mapear o território de Viçosa, o número de habitantes e seus registros (nascimentos, casamentos e óbitos), assim como informações referentes ao nível cultural local, especificando-se todas as escolas presentes no município e em seus distritos no ano de 1948. Por esse levantamento, foi possível localizar a presença de 31 escolas municipais⁸⁷, 10 estaduais e 03 particulares na então região de Viçosa.

Quadro 16. Escolas existentes no município de Viçosa e seus distritos em 1948.

Cidade / Distritos	Escolas / Colégios	Atribuição	Nº de alunos
Viçosa	Grupo Escolar Cel. Antônio da Silva Bernardes	Estadual	841
Viçosa	Ginásio e Escola Nossa Senhora do Carmo	Particular	444
Viçosa	Escola Agrícola Dr. Arthur Bernardes	Estadual	465
Viçosa	Colégio de Viçosa	Particular	346
Viçosa	Escola Municipal Padre Álvaro Corrêa Borges	Municipal	45
Viçosa	Escola Municipal Heráclito da Costa Val	Municipal	28
Viçosa	Escola Municipal Dr. Francisco Machado Magalhães	Municipal	70
Viçosa	Escola Municipal Dr. Francisco Costa Belém	Municipal	39
Viçosa	Escola Municipal Barão do Rio Branco	Municipal	34
Viçosa	Escola Municipal Senador Vaz de Melo	Municipal	48
Viçosa	Escola Municipal Antônio Francisco Rodrigues	Municipal	41
Viçosa	Escola Municipal 22 de Janeiro	Municipal	55
Viçosa	Escola Municipal Silviano Brandão	Municipal	35
Viçosa	Escola Municipal José Campos Torres	Municipal	72
Viçosa	Escola Municipal Colônia Vaz de Melo	Municipal	46
Viçosa	Escola Municipal São José do Triunfo	Municipal	50
Viçosa	Escola Municipal Mãe Tonica	Municipal	55
Viçosa	Classe Estadual Anexa ESAV	Estadual	92
Canaã	Escola Municipal Silvestre Lopes de Faria	Municipal	37
Canaã	Escola Municipal Padre José Bonifácio S. Barradas	Municipal	87

⁸⁷ No censo não consta a existência de 02 escolas noturnas mantidas pelo município no centro da cidade.

Canaã	Escola Municipal Posia	Municipal	117
Canaã	Escola Estadual de Canaã	Estadual	80
Canaã	Escola Estadual de Canaã	Estadual	43
Coimbra	Escola Municipal Randolfo Sant'Ana (nova)	Municipal	48
Coimbra	Escola Municipal Quartéis	Municipal	59
Coimbra	Escola Municipal Capitão Rafael Araújo	Municipal	79
Coimbra	Escola Municipal Pedro Nolasco da Fonseca	Municipal	37
Coimbra	Escola Municipal Antônio Pinto Miranda	Municipal	46
Coimbra	Grupo Escolar de Coimbra	Estadual	445
Cajuri	Escola Municipal Joaquim Toledo	Municipal	50
Cajuri	Escola Municipal Joaquim O. Ribeiro	Municipal	75
Cajuri	Escola Municipal Morro Grande	Municipal	50
Cajuri	Escola Estadual Reunidas de Cajuri	Estadual	170
S. Miguel do Anta	Escola Municipal D. Silvério	Municipal	36
S. Miguel do Anta	Escola Municipal João L. Faria	Municipal	47
S. Miguel do Anta	Escola Municipal Sebastião Pereira	Municipal	44
S. Miguel do Anta	Escola Municipal Bom Jardim	Municipal	40
S. Miguel do Anta	Escola Municipal Manoel Bernardes	Municipal	32
S. Miguel do Anta	Escola Municipal Benedito Valadares	Municipal	48
S. Miguel do Anta	Escola Municipal Joaquim P. Coelho	Municipal	75
S. Miguel do Anta	1º Escola Estadual Mista de São Miguel do Anta	Estadual	44
S. Miguel do Anta	2º Escola Estadual Mista de São Miguel do Anta	Estadual	59
S. Miguel do Anta	3º Escola Estadual Mista de São Miguel do Anta	Estadual	75
S. Miguel do Anta	Escola Particular Maria C. Soares	Particular	57

Fonte: MINAS GERAIS. **Recenseamento Geral de Viçosa**. Dados Estatísticos. Nível Cultural. 1948.

Essas escolas eram responsáveis pelo atendimento de 4.786 alunos, ou seja, aproximadamente 13% de toda a população da região, que somava nesse período, 36.588 habitantes, sendo 74% deles localizados em áreas rurais do município. Por meio do Quadro 16, podemos observar que todos os distritos contavam com a presença do Estado, fosse por meio de escolas com turmas únicas (Canaã e S. Miguel); turmas reunidas (Cajuri) ou por meio de um Grupo Escolar (Coimbra). Também podemos constatar, que o número de escolas municipais era superior às escolas ou colégios estaduais e particulares, demonstrando a forte participação do município na educação de seus cidadãos, enquanto o ensino privado, pouco iria além das duas escolas já renomadas de Viçosa, destacando-se apenas a presença de uma terceira instituição em São Miguel do Anta.

Ao final de 1948, teremos a emancipação do distrito de Coimbra pela Lei Estadual nº 336, promulgada no dia 27 de dezembro, reduzindo o quadro territorial e administrativo de Viçosa. A partir disso, a cidade passou a contar apenas com os distritos de Canaã, Cajuri e São Miguel do Anta. Entretanto, esse desmembramento não impactou negativamente nas receitas do município, que já tinha estimado para o exercício do ano de 1949, o montante de 1.240:000\$00, destinando-se o valor de 213:000\$00, ou seja, cerca de 17% para a instrução pública primária.

Ao compararmos esses valores com os dois anos anteriores, iremos descobrir que Viçosa vinha aumentando suas receitas por meio de maiores arrecadações e consequentemente, destinando uma quantia maior ao setor educacional. A título de exemplo, no ano de 1947 o município havia arrecadado 700:000\$00 e investido 93:800\$00 (13.4%), somente na instrução pública, sem considerar as subvenções aos colégios particulares, enquanto que no ano seguinte, o valor total arrecadado salta para 1.132:000\$00, sendo destinado 135:400\$00 (12%) para a educação pública⁸⁸.

Tal acréscimo, pode ser justificado ao compararmos os trabalhos exercidos pela população no final da década de 1930, com as atividades realizadas no final de 1940. Se durante esse período contamos com o mesmo índice de trabalhadores exercendo atividades agrícolas (35%)⁸⁹, o mesmo não ocorreu com os setores de prestação de serviços e atividades sociais⁹⁰ que nos anos de 1930 representou cerca de 2.5% e ao final de 1940 era algo em torno de 7%, assim como presenciemos a queda no número de inativos no município que era de 10% e representava ao final de 1940, cerca de 6%.

Contudo, somente a queda de 4% do número de inativos e o aumento de 4% no ramo de prestação de serviços não pode ser a única explicação sobre o aumento das receitas municipais no período pós-*Estado Novo*. Sendo assim, Baleeiro e Sobrinho (2012), destacam o processo conhecido como Revolução Municipalista presente na Constituição de 1946, constatando que no decorrer do tempo, a República havia sacrificado as finanças dos municípios, não só restringindo-lhes a autonomia, cada vez mais ameaçada pelos estados, como também os desfavorecia na discriminação das rendas públicas.

⁸⁸ Se somarmos os auxílios para os colégios particulares do município, aos valores totais investidos na educação, iremos ter um percentual de 14.8% em 1947, 12.8% em 1948 e 18% em 1949.

⁸⁹ 35% é a média da população que realizava trabalhos agrícolas entre o final de 1930 (34%) e em 1940 (36%).

⁹⁰ A prestação de serviços compreende os serviços de alojamento e alimentação, de higiene pessoal, de conservação e reparação, diversões, atividades domésticas remuneradas, entre outros. As atividades sociais englobam o ensino público e particular, previdência e assistência.

Pouco a pouco, a fatia do leão coube ao Tesouro Federal, que arrecadava mais de 63% dos tributos pagos a todos os brasileiros, ao passo que os Municípios, em 1945, não chegavam a receber 7%, cabendo a diferença aos Estados (mais ou menos 30%). Para melhorar as finanças dos Municípios, deram-lhes todo o Imposto de Indústrias e Profissões (antes tinham só 50% dele); uma quota em partes iguais, no rateio de 10% do Imposto de Renda excluídas as capitais; e quando a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, excedesse, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-ia anualmente 30% do excesso arrecadado. Consciente de que a maior parte do País se empregava na faixa agrícola no interior, sem as oportunidades de tratamento médico, saúde, instrução, transportes e oportunidades de ganho das populações urbanas, insinuava uma política de recuperação das áreas atrasadas. parte das receitas das zonas urbanas industrializadas e prósperas deveria ser canalizada para os municípios do interior, mediante redistribuição de 10% da arrecadação total do imposto sobre a renda por todas as prefeituras, exceto as das capitais (BALEEIRO; SOBRINHO, 2012, p. 13).

Ou seja, percebemos que a partir da Constituição de 1946, houve uma descentralização e democratização nos recursos e receitas geradas pelos municípios, promovendo assim um maior fôlego financeiro. Conforme efeito desse processo, iremos registrar ao longo da próxima década, um maior percentual de investimentos no setor educacional local por parte da prefeitura, ocasionando não somente a abertura de novas escolas, aquisição constante de materiais didáticos ou a contratação de novos docentes, mas também, a admissão de novos profissionais (criação do cargo de Chefe do Serviço de Educação e Saúde em 1947), além de melhorias salariais e frequentes bonificações aos professores do município.

3.3 A cidade de Viçosa no início dos anos 1950

Iniciamos a década de 1950, tendo 74% da população local habitando na área rural, contra 17% vivendo no espaço urbano de Viçosa, e os outros 9% fracionados entre os distritos⁹¹. Por essa conjuntura, temos a agricultura, pecuária e silvicultura como o ramo econômico que reunia o maior número de pessoas no município (36%), sendo o café o produto mais disseminado e exportado, liderando a safra viçosense⁹². Até mesmo a indústria ainda era voltada para o espaço rural, empregando 332 pessoas em 84 estabelecimentos no total, sendo 17 voltados à extração de minérios, 44 para a transformação ou beneficiamento da produção agrícola, enquanto os demais 23 estabelecimentos representavam a indústria manufatureira e fabril.

Segundo Fernandes Filho e Campos (2003), a indústria de transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários, são entendidos como uma indústria rural artesanal, no sentido de que eram realizadas em instalações como moinhos, moendas, casas de farinha, recorrendo-

⁹¹ Em números absolutos: Cajuri (2.5%); Canaã (1.9%) e S. Miguel do Anta (4%).

⁹² IBGE: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. 1959. v. 27. p. 426-432.

se ao uso intensivo de mão-de-obra, utilizando-se de pouca maquinaria ou equipamentos automatizados. Assim, a transformação e beneficiamento de produtos como mandioca, cana-de-açúcar, frutas em geral, eram feitos logo após a colheita para que não se deteriorassem.

Os autores destacam que as atividades relacionadas à transformação e beneficiamento de matérias primas vegetais e animais são partes de atividades relacionadas à indústria rural, importantes em termos de número de unidades de produção, quanto em geração de emprego e renda no meio rural. Se compararmos os três tipos de indústrias locais, iremos identificar que a indústria de transformação ou beneficiamento, era a menos lucrativa (5.5%), mas era a que mais empregava, enquanto o extrativismo vegetal era a prática mais rentável e que menos contratava, englobando 55.7% dos lucros da indústria, seguido pela manufatureira (21.7%).

Ou seja, presenciemos por meio do cenário econômico, que o cotidiano da cidade de Viçosa ao iniciar a década de 1950, ainda se delineava nos espaços rurais. Sendo assim, o cenário educacional não demonstrou ser diferente, conforme exposto na tabela 2.

Tabela 2. Número de alfabetizados e não alfabetizados no município de Viçosa (1950).

Discriminação		NÚMEROS ABSOLUTOS			% SOBRE O TOTAL	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
Meio urbano	Homens	3.610	2.435	1.175	67.5	32.5
	Mulheres	4.413	2.598	1.815	58.9	41.1
	Total	8.023	5.033	2.990	62.7	37.3
Meio rural	Homens	11.648	4.875	6.773	41.9	58.1
	Mulheres	10.854	3.356	7.498	30.91	69.09
	Total	22.502	8.231	14.271	36.6	63.4
Total	Homens	15.252	7.310	7.942	47.9	52.1
	Mulheres	15.267	5.954	9.313	39	51
	Total	30.519	13.264	17.255	43.5	56.5

Fonte: IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico. Série Regional. Volume XXI. Vol I. Minas Gerais, 1954. Rio de Janeiro.

De acordo com os resultados divulgados pelo censo de 1950, o município de Viçosa contava com 30.519 mil habitantes, a partir dos 5 anos de idade, sendo 8 mil presentes no espaço urbano e outros 22.500 na zona rural. Dos 30.519 habitantes, 13.264 sabiam ler e escrever (43.5%) e o restante (56.5%) não. Tais números já apresentavam uma melhora no quadro de

alfabetizados no município em relação ao censo de 1940, quando contava com 60.5% da população analfabeta. Entretanto, é importante ressaltar as pequenas diferenças entre os dois recenseamentos.

Lourenço Filho (1965), assinala que na década anterior a 1950, os critérios para levantamento dos dados estatísticos eram outros e menos rigorosos, sendo considerado alfabetizado todo aquele que simplesmente respondesse a pergunta: “Sabe ler e escrever?”, sendo os casos de dúvida sanados apenas pelo traçado do nome da pessoa recenseada. Já a partir do censo de 1950, foram considerados como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, em um idioma qualquer, não sendo assim consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome.

Ao compararmos os dados entre o campo e a cidade pela Tabela 02, percebemos a disparidade entre os dois espaços. O meio urbano contava com 62.7% de sua população alfabetizada, contra 36.6% da zona rural⁹³. Essa diferença pode ser em parte explicada, pelo número de alunos matriculados na área central do município, cerca de 73.6%, enquanto os demais 26.4% estudavam em localidades agrícolas. Esse movimento se justifica pelo tipo de escola ofertada aos espaços rurais, com turmas únicas de até 50 alunos, enquanto em áreas centrais, as instituições particulares e estaduais abrigavam contingentes maiores de alunos, tendo como exemplo o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes que possuía uma média anual de mais de 800 alunos.

Enquanto isso, umas das primeiras atividades do poder executivo ao iniciar a década de 1950, foi promover ações que regularizassem os critérios da oferta de bolsas de estudo para que alunos de baixa renda pudessem ingressar na UREMG, conforme regulamentou a Lei nº 64, promulgada em 1º de janeiro de 1950. Segundo a lei, a bolsa era destinada aos cursos de Agricultura, Veterinária, Ciências Domésticas ou curso de especialização, tendo o candidato que comprovar não dispor de recursos financeiros para custear as despesas do curso, assim como também residir no município de Viçosa a mais de um ano. Entre os alunos aprovados nos exames aplicados pela Universidade, teriam preferência pela bolsa, aqueles que atuassem ou fossem filhos de operários e agricultores.

Segundo a norma, o valor anual da bolsa seria de 5:000\$00, sendo feito o pagamento diretamente a reitoria da Instituição. A título de exemplo, esse valor era superior ao vencimento anual de um docente do ensino primário, titulado no município (4:560\$00). Dessa forma, teremos a partir de 1950, a presença de uma instituição de ensino de nível superior no quadro

⁹³ 62.7% da população urbana era alfabetizada (5.033 de 8.023 habitantes), contra 36.6% da população rural (8.231 de 22.502 habitantes).

de subvenções do município. Além da UREMG, já recebiam o auxílio a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (5:500\$00), e o Colégio de Viçosa (16:000\$00).

3.3.1 A atuação do estado mineiro na educação pública

Objetivando diminuir o número de analfabetos nas regiões rurais, o município buscou expandir ao longo da década de 1950, sua atuação no campo educacional por meio de investimentos e parcerias com o governo estadual, promovendo melhorias nas estruturas dos prédios escolares, compra e distribuição de materiais didáticos, além de permissões e bonificações para especializações às professoras das escolas isoladas. Se após 1934, o estado de Minas Gerais transferiu a responsabilidade de criar e manter escolas rurais aos municípios, cabendo ao próprio governo, apenas as promoções de diretrizes pedagógicas para essas escolas, o cenário se mostrou outro após a promulgação da Lei Federal nº 59, de 11 de agosto de 1947⁹⁴, quando o estado voltou a atuar juntamente com os municípios, na promoção do ensino primário em localidades rurais.

O Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, que atuou nos anos de 1947 a 1951, Abgar Renault⁹⁵, apoiou a promoção do ensino em localidades rurais, acreditando que era preciso também conter o êxodo rural no estado de Minas Gerais (ANDRADE; PEIXOTO, 2005). Além disso, entendia-se que era preciso mais do que a permanência do homem rural em seu meio: o que se buscava era superar o atraso dessa população, social e economicamente, tornando a escola uma aliada nesse processo⁹⁶.

Desse modo, entre 1947 e 1951, Abgar Renault, em parceria com a psicóloga Helena Antipoff, criou os IOR's, isto é, os "Institutos de Educação Rural", que teriam como objetivo "a formação de indivíduos capazes de agir no meio rural como educadores e orientadores de atividades úteis ao progresso econômico e social"⁹⁷. A partir disso, foram criados no estado não só escolas rurais, mas também cursos de aperfeiçoamento em mais de 315 municípios, visando a atualização de metodologias e conteúdo para professoras da zona rural.

⁹⁴ Autorizava a União a cooperar financeiramente com os Estados e Municípios para a melhoria do sistema escolar nas zonas rurais (Brasil, Lei nº 59, 11 de agosto de 1947).

⁹⁵ Abgar de Castro Araújo Renault, foi secretário de Educação em Minas Gerais no governo Milton Campos (1947-1951), e participou em 1948 da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

⁹⁶ Silva, R. A., & Souza, R. C. **A formação do professor rural em Minas Gerais: casos e (des)casos**. Revista Brasileira de Educação do Campo. 2018.

⁹⁷ ANTIPOFF, Helena. Institutos de Organização Rural ou Centros de Urbanização dos Meios Rurais (1947). In: **Boletim do CDPHA**, Belo horizonte, Ano, 1986, n. 6, p. 59-92, 1986.

Será então, a partir do início de 1950, que teremos uma maior atenção do poder executivo local em relação ao espaço rural, inicialmente por meio da criação do Departamento de Ensino Municipal com atribuições de assistência, fiscalização e melhoramento do ensino, responsável pela origem do cargo de Inspetor Municipal do Ensino Rural⁹⁸. Em seguida, foi assinado um convênio em parceria com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de aperfeiçoar a formação de nível primário oferecida em localidades rurais⁹⁹, assim como foi dada autorização e estímulo às professoras do município, para participarem de cursos de férias¹⁰⁰.

Nesse mesmo período, temos a fundação em Viçosa do Centro de Treinamento para Professores Rurais, pela Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, no local denominado Colônia Vaz de Melo. Segundo Silva (2016), para o ingresso no curso oferecido pelo Centro de Treinamento era necessário passar por um processo seletivo, que exigia os conteúdos de Português, Matemática, Geografia, História, Ciências e uma Redação. O curso era oferecido duas vezes ao ano e em regime de internato. Professoras e estudantes, residiam nos alojamentos durante o curso, devido à dificuldade de deslocamento naquela época.

De acordo com Renault (1952), havia antes uma ausência de atenção e cuidado com a educação rural, ressaltando a falta de meios técnicos e materiais para melhor execução dessa tarefa que estava por conta dos municípios. A proposta apresentada pelo governo, visava criar cursos de especialização para professoras, considerando necessário promover um atualizado programa de formação pedagógica. Desse modo, a recuperação da escola rural viria por meio de “cursos de aperfeiçoamento” para professoras rurais criados ao final da década de 1940, como os cursos oferecidos a partir da década de 1950 pelo Centro de Treinamento na Colônia Vaz de Melo.

Renault acreditava ser preciso preparar um contingente de professoras especializadas em escolarização rural, sendo necessário a formação de um docente consciente da situação histórica do país e do papel do campo na economia e na identidade do povo brasileiro, evidenciando que a parcela maior da população, não se fazia de moradores urbanos, mas, de indivíduos residentes em áreas rurais (NEVES, 2013).

⁹⁸ VIÇOSA(MG). Lei nº 91 de 30 de outubro de 1950. Art. 1º – Ficam criados no quadro do pessoal da Prefeitura Municipal os seguintes cargos: Inspetor Municipal do Ensino Rural, com vencimentos anuais de 7.200\$00, p. 40.

⁹⁹ VIÇOSA(MG). Lei nº 99 de 06 de abril de 1951. Art. 1º Fica o sr. Prefeito Municipal, autorizado a assinar o termo de convênio com o Estado de Minas Gerais para o aperfeiçoamento do curso primário em zona rural, p. 57

¹⁰⁰ VIÇOSA(MG). Lei nº 180 de 10 de julho de 1953. Art. 1º Fica o sr. Prefeito Municipal autorizado a instituir e instalar o curso de férias para professoras rurais municipais nos meses de janeiro e fevereiro de cada exercício. Art. 2º Fica o poder Executivo autorizado a contratar professoras habilitadas para ministrar o curso de acordo com as instruções da secretaria da educação do estado, a fim de dar mais eficiência ao ensino rural do município. Art. 3º Fica aberto o crédito especial na importância de 20.000.00\$ para fazer face as despesas com manutenção do curso autorizado pelos artigos 1º e 2º desta lei no decorrente exercício, p. 100.

Sendo assim, por meio dessa mentalidade, foi requerido, ao longo da década de 1950, pelos vereadores da Câmara Municipal de Viçosa ao prefeito, a nomeação de professoras rurais, que tivessem frequentado e concluído estágio no Centro de Treinamento da Colônia Vaz de Mello¹⁰¹.

3.4 A organização da educação no município de Viçosa

Percebemos que ao iniciar a década de 1950, havia um movimento, tanto do estado, quanto do próprio município, encabeçado pela administração local, em prol de uma organização do ensino público primário. Um exemplo disso, pode ser visto pelo Projeto de Lei que tramitou na Câmara em abril de 1952, assinado pelo prefeito José da Costa Val de Mello, pedindo providências à Câmara de Viçosa, a respeito da nomeação de assistentes escolares nas escolas rurais.

De acordo com o regulamento do ensino primário, aprovado e promulgado pela prefeitura no dia 10 de outubro do mesmo ano, cabia aos assistentes escolares a fiscalização das escolas rurais no mínimo, duas vezes por semana, assim como: assistir ao funcionamento das aulas, podendo ao final fazer arguições aos alunos, a fim de verificar o grau de aproveitamento da classe; anotar as impressões de cada visita, sugerindo à professora encarregada, ações que pudessem ser consideradas necessárias, além de:

encaminhar os livros de matrícula e de chamada, o diário da professora, os cadernos de deveres dos alunos, bem como as condições de asseio dos escolares e a comodidade da sala de aulas. Fazer observar rigorosamente o horário de funcionamento das aulas estabelecido pelo Regulamento do Ensino. Fiscalizar as provas mensais sobre a matéria dada no decurso de cada mês, e as provas semestrais que deverão realizar-se respectivamente na 1º quinzena de junho e 1º quinzena de novembro, as quais, depois de corrigidas pela professora, e visadas pelo assistente, serão enviadas ao Inspetor Municipal para apreciação. Organizar, em cooperação com a professora, programa para as comemorações cívicas, constando estas de palestras sobre datas nacionais, hinos patrióticos, declamação, número de canto, monólogos, diálogos. Promover anualmente a assistência médica sanitárias dos escolares junto ao posto de saúde, solicitando desta, assistência especial em casos de epidemia. Enviar mensalmente ao Prefeito um relatório das atividades da escola, destacando o trabalho e a assiduidade da professora, a frequência escolar, as folhas existentes, com sugestões que julgue necessárias para melhorar a eficiência do ensino (VIÇOSA, 1952, p 18-20).

O regulamento completo, conta com 19 atribuições referentes ao papel dos assistentes escolares, revelando uma conduta de vigilância que eles deveriam desempenhar entre alunos, professores e escola. No dia 15 de setembro de 1952, foram nomeados 35 cidadãos para o cargo de assistentes escolares rurais, conforme demonstra o quadro a seguir:

¹⁰¹ CMV. Ata da 01ª sessão da 3ª reunião ordinária. 11 de agosto de 1955, p. 86.

Quadro 17. Contratação para o cargo de assistente escolar no município de Viçosa e seus distritos.

Assistente	Localidades
Viçosa	
Laurindo Torres Carneiro	Liga Operária Viçosense / Córrego João Mariano
Oriel Moreira Barros	Silvestre
José Braz Fernandes	Turvo Limpo
Oscar Rodrigues Milagres Filho	Cocais
Paulo Santana	Estação Velha
Francisco Soares	Jacutinga
José Leoncio da Silva Ramos	Córrego da Onça
Geraldo Campos	Boa Sorte
Jorge França	Córrego Fundo
José Rodrigues de Freitas	Retiro
José de Paula Lana	Domingos
Carolino de Assis Castro	Colônia
Carlos Borges Barroso	Itaguaçu / Jacinto
José Rodrigues Guimarães	Arrudas
Manoel Lopes de Freitas	Paraíso
Waldemiro Lopes de Freitas	Palmital
José Mendes Cardoso	São Benedito
Francisco de Castro Cardoso	Boa União
Manoel Cupertino Monteiro	Bom Sucesso
César Santana Filho	Bom Sucesso
Abílio dos Reis	Piúna
Leonel Wellarco	Escolas da vila Paraguai
Geraldo Dias de Andrade	Escolas de Cajuri
Vila de Cachoeirinha	
José Expedito de Oliveira	Cachoeirinha
José Lopes da Silva	São José do Triunfo
São Miguel do Anta	
Virgílio Lopes de Oliveira	Bom Jardim
José Evaristo Corrêa	Santa Rosa / “Muqueca”
José Almira	Capivara
Luiz Teófilo Cardoso	Perobas
Hermínio José de Rezende	Monte Sinai
Canaã	
Antônio Andrade de Rezende	Tombos de Cachoeira
José Arsênio Lopes	Limeira
Waldemar Medina Floresta	Não identificada
Antônio Natalício da Silva	Macela
José David	Poaia

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**: portarias. 1952, p. 17-18.

Ainda no ano de 1952, criou-se no município o cargo de Orientador Técnico do Ensino Primário Rural¹⁰², além do dispêndio no valor de 100.000\$00, para a construção de 10 escolas

¹⁰²VIÇOSA (MG). Lei nº 169 de 20 de dezembro de 1952, p. 83.

no município¹⁰³, demonstrando uma maior preocupação do governo local em melhor gerir as escolas rurais, oferecendo as mínimas condições de funcionamento.

Nas receitas orçadas do município para o final de 1952, encontramos implementações no quadro de despesas educacionais, especificando valores destinados à aquisição de material didático, aluguel de prédios escolares, pagamento dos salários e adicionais aos docentes e seus assistentes, além dos dois novos cargos criados: Orientador Técnico do Ensino Rural Municipal e Inspetor Municipal de Ensino.

Ao analisarmos o período de 1950 a 1952, iremos constatar um investimento mínimo no setor educacional público de 15%, e ao somarmos os auxílios as instituições particulares e estadual (UREMG), iremos ter um percentual anual próximo de 17%. Esses valores exemplificam que os investimentos não eram destinados apenas ao pagamento dos docentes, como nas duas décadas anteriores, mas que as aplicações ocorriam em toda sua estrutura, ou seja, o valor também era destinado para a aquisição de imóveis, alugueis de prédios escolares e compra de material didático.

Um exemplo disso, é autorização dada pela Prefeitura no início do ano de 1953, para o funcionamento do curso de férias no Centro de Treinamento para professoras rurais e a abertura de crédito especial para manutenção e despesas com o mesmo¹⁰⁴. Segundo o regulamento, o curso seria destinado a professoras rurais do município de Viçosa e seus distritos, e funcionaria nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano. De acordo com o art. 2º, o poder executivo estaria autorizado a contratar professoras habilitadas para ministrar o curso de acordo com as instruções determinadas pela Secretaria do Estado de Minas Gerais, a fim de proporcionar uma maior eficiência ao ensino rural.

Segundo Renault (1948)¹⁰⁵, um dos defeitos graves do sistema educacional mineiro, era relacionado à precária formação do professor. Nesse caso, melhorar tal formação significaria facilitar a multiplicação dos valores civilizatórios presentes no corpo da nação. Para Renault os professores precisavam estudar continuamente, caso contrário, o trabalho docente não passaria de práticas arcaicas e ineficazes.

¹⁰³ VIÇOSA (MG). Lei nº 170 de 20 de dezembro de 1952. Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar, mediante concorrência pública ou administrativa, a construção de dez casas escolares dentro do município de acordo com o orçamento e a planta padrão elaboradas pelo Serviço de Obras da Prefeitura e aprovados pelo Conselho Municipal de Educação, podendo dispender para cada prédio até a importância de 10.000.00 (cruzeiros). Art. 2º Para atender às despesas decorrentes da presente lei, fica incluída em verba própria no orçamento para 1953 a importância de 100.000.00 (cruzeiros). Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário, p. 82.

¹⁰⁴ De acordo com o art. 3º, da lei nº 180 de 10 de julho de 1953, as despesas com manutenção do curso seriam na importância de 20:000\$00.

¹⁰⁵ Fala proferida em discurso no dia cinco de janeiro de 1948, em Belo Horizonte, na instalação do curso de férias» para treinamento de professores.

Desse modo, de acordo com a *Revista de Ensino Mineira*, periódico impresso da Secretaria de Educação do Estado do Minas Gerais, o curso de férias se voltava a oferecer disciplinas como Matemática, Português, Geografia, História e Ciências Naturais, disponibilizando também aulas de Psicologia, Estatística e Sociologia. Além disso, haviam cursos complementares como Técnica de Elaboração e Avaliação de testes e Fundamentos de educação Pré-Primária.

Diante disso, a escola havia se tornado um local com a proposta de disseminar ideias “modernas” e “científicas” no meio rural. Contudo, era necessário investir na capacitação de professores, para que fossem capazes de propagar no campo, os conhecimentos e hábitos necessários para um modelo idealizado de civilização. Silva (2016) destaca que, em “nome do discurso de reverter o atraso da agricultura, de fixar o homem rural no campo, de diminuir o analfabetismo existente, bem como modernizar o país, foram criadas instituições específicas para a formação do professor rural em alguns estados brasileiros” (p. 30). Entre eles, destacou-se o estado de Minas Gerais, que criou escolas normais rurais, cursos intensivos de férias, e cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professoras rurais.

Ao final de 1953 teremos a modificação do quadro de vencimento do magistério primário do município de Viçosa¹⁰⁶. Dentre alguns pontos, destacam-se a normatização dos salários, que segundo a lei, obedeceriam a seguinte ordem: orientadora técnica com vencimentos mensais de 1.200:00; inspetor escolar municipal com vencimentos mensais de 600.00; professoras normalistas com vencimentos mensais de 500:00; professoras com curso ginásial ou de aperfeiçoamento, com vencimento mensal de 500.00; professoras não formadas com mais de 10 anos de serviços e de merecimentos comprovados pelo conselho de ensino, com vencimentos mensais de 500.00¹⁰⁷.

Caso alguma professora atuasse em um segundo turno, mediante autorização do prefeito, seria pago um adicional de 20% sobre seus vencimentos mensais. A nova regulamentação do quadro de magistério também normatizava as funções dos docentes que iriam ser responsáveis por lecionar quatro horas de aula por dia, com intervalos de 20 minutos; dar três horas de aula por dia com intervalos de, somente, 10 minutos, em tratando de 2º turno; observar rigorosamente a frequência de pelo menos 25 alunos para o primeiro turno e de 20 para o segundo e não se ausentar da escola ou deixar de dar aula sem conhecimento ou licença do assistente escolar, salvo casos especiais devidamente justificados.

¹⁰⁶ VIÇOSA (MG). Lei nº 198 de 16 de dezembro de 1953. Regulamento que modifica o quadro de vencimento do Magistério Primário do Município de Viçosa.

¹⁰⁷ Os valores referentes aos vencimentos das Assistentes Escolares do município, não estão registrados no livro do poder executivo.

Dentre outras regras da lei¹⁰⁸, destacam-se que as escolas rurais, cuja frequência não atingisse no fim de cada ano letivo o número de 25 alunos, seriam consideradas extintas, cabendo ao prefeito promover a transferência da professora, por sugestão do conselho de ensino, para local que oferecesse condições de assiduidade necessária. Já as escolas públicas de nível primário, localizadas no perímetro urbano seriam todas fechadas durante o exercício do ano de 1954, devendo as professoras, por deliberação do conselho e a juízo do prefeito, ser transferidas para escolas rurais à medida que se houvessem instalações adequadas. Logo após a sua promulgação, a presente lei foi integrada ao Regulamento do Ensino Primário do município de Viçosa.

Com efeito, ao final do ano de 1953, teremos outro desmembramento do território de Viçosa, agora com os distritos de São Miguel do Anta e Canaã, em virtude da Lei Estadual nº 1.039, promulgada no dia 12 de dezembro. O distrito de Canaã foi anexado ao recém elevado município de São Miguel do Anta. Pela mesma lei, a cidade de Viçosa passou a contar apenas com o distrito de Cajuri. As estimativas do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, apontam que Viçosa passou a contar com 23.600 habitantes após este desmembramento.

Contudo, essa separação não afetou as receitas do município, no sentido de que o orçamento para o ano de 1954 foi de 2.400.000\$00, o maior até então alcançado, sendo destinado ao ensino rural o valor de 307.360.000 (12.8%) e 26:500\$00 às instituições subsidiadas, totalizando o percentual de 13.9% do orçamento destinado a instrução.

Os próximos anos ficaram marcados pela presença cada vez mais constante do município em organizar e promover o ensino primário em localidades rurais, assim como oportunizar o acesso e a permanência de estudantes pobres no ensino médio em instituições privadas, por meio de concessões de bolsas de estudo, além da oferta constante de capacitações às professoras rurais, possibilitando que elas frequentassem cursos de aperfeiçoamento em outros municípios, como o caso de Leoncio José de Freitas, que recebeu a importância de 1:000\$00 (mil cruzeiros), para custear as despesas de sua filha Helênica de Moraes Freitas na Escola Normal Regional, “Sandoval de Azevedo”, em Ibitiré, Minas Gerais.

Entre 1954 e 1956, o município de Viçosa abriu 03 novas escolas, sendo uma delas em Cajuri, denominada Escola São Sebastião, sob responsabilidade da docente Maria da Penha Resende. Segundo os dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação do Estado de

¹⁰⁸ Art. 4º) O pagamento as professoras, só serão efetuados mediante atestado do assistente escolar, devidamente visado pelo Inspetor municipal. Art. 5º) Só gozarão dos privilégios ou benefícios da presente lei, as professoras que tenham preenchido as formalidades previstas nos artigos 1, 2 e 4, desta lei.

Minas Gerais¹⁰⁹, ao final do ano de 1956, o município de Viçosa, em conjunto com o distrito de Cajuri, contava com a presença de 41 unidades escolares em seu território, possuindo um quadro docente com 86 professores e uma matrícula efetiva de 2.844 alunos. Tais números representam uma média de um pouco mais de 2 docentes e aproximadamente 69 alunos por escola.

Segundo o Serviço de Estatística da Educação do Estado de Minas Gerais, a porcentagem de alunos matriculados em idade escolar, entre 07 e 11 anos, foi de aproximadamente 52,37%. Contudo, ao compararmos as informações expostas com os números registrados no livro do poder executivo de Viçosa no mesmo período, iremos encontrar sob a administração local, o exercício de 33 unidades escolares em 1954, 34 em 1955 e 36 no ano de 1956.

Essa diferença significava a existência e funcionamento de instituições de primeiras letras mantidas pelo estado de Minas Gerais, como o Grupo Escolar Edmundo Lins que havia sido instalado em área central do município no ano de 1955, o Grupo Escolar Cel. Antônio da Silva Bernardes e a Escola Estadual de Cajuri, além da existência de estabelecimentos particulares como o Colégio de Viçosa e a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo.

Entre 1956 e 1959¹¹⁰, iremos observar que a administração local não se preocupou em criar novas escolas, mantendo ao longo desse período, o funcionamento das escolas rurais já existentes. A partir disso, o governo local buscou preservar e aprimorar uma estrutura de ensino criada ao longo da década de 1950, sustentando uma média anual de investimentos no setor educacional de cerca de 14% (somando valores destinados às escolas rurais e auxílios aos colégios particulares).

Tabela 3. Despesas municipais com a instrução pública e privada (1956-1959).

VIÇOSA				
Arrecadação		Despesa		
Ano	Valor Total	Subvenções	Instrução Primária Pública	%
1956	2.470:000\$00	27:000\$00	329:400\$00	14.4%
1957	4.090:000\$00	27:000\$00	496:800\$00	12.8%
1958	4.200:000\$00	27:000\$00	647:800\$00	16%
1959	5.000:000\$00	27:000\$00	622:400\$00	13%

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**: decretos e portarias. 1956-1959¹¹¹.

¹⁰⁹ Dados disponíveis na Enciclopédia dos municípios mineiros, 1959, p. 431.

¹¹⁰ Nesse período, Viçosa era governada pelo prefeito João Francisco da Silva e seu vice, Arnaldo Dias de Andrade (1955-1959), ambos membros da coligação PR (Partido Republicano).

¹¹¹ Destaca-se que no mês de setembro de 1959, a Câmara Municipal de Viçosa recebeu um ofício de Pedro Braga, então Secretário de Interior, comunicando o repasse pela União no valor de 120:000\$000 (cento e vinte mil cruzeiros), destinado ao equipamento das Escolas Rurais do município.

Buscando manter uma proporção de repasses à instrução, relativo à arrecadação do município, foi necessário um aumento constante ao longo de 04 anos, tendo ao início de 1959, praticamente investido 89% a mais do que havia sido utilizado na educação em 1956, enquanto a arrecadação local aumentou 102%.

Por meio da tabela 03, visualizamos um crescimento nos valores destinados à instrução, em comparação com os recursos arrecadados anualmente. Ou seja, quanto maior era a quantia recolhida, maior era o investimento. Porém, esse capital não era atribuído somente à abertura de escolas, mas também voltado para compra de prédios, com o intuito de que as escolas já existentes, pudessem funcionar em espaços próprios, tornando-se independentes de aluguéis ou doações de terceiros.

Ao final do ano de 1959, temos uma reorganização dos serviços prestados pela prefeitura, com destaque ao Capítulo VII referente ao serviço promovido pela Secretaria de Educação e Assistência¹¹², cabendo ao município a responsabilidade de ministrar o ensino primário, por intermédio das escolas municipais; conduzir o ensino médio, complementar e superior, aos estabelecimentos que forem criados pela prefeitura; dirigir os serviços administrativos dos estabelecimentos de ensino; organizar a estatística relativa ao ensino, além de propor a criação de escolas e cargos de professores; realizar atividades culturais e fiscalizar a aplicação de auxílios concedidos pela prefeitura¹¹³, enquanto que os art. 40º e 41º propunham regulamentar as responsabilidades da Secretaria de Educação e dos Estabelecimentos de Ensino.

Diante disso, cabia a Secretaria de Educação dirigir a administração das escolas municipais; estabelecer os programas a serem observados no ensino a cargo das escolas municipais, orientar a sua execução; efetuar inspeção periódicas nas escolas, planejando os tipos de provas a serem utilizadas, como também propor ao prefeito a criação, localização, transferência e reabertura de escolas, quando tais medidas se fizerem necessárias.

Já os estabelecimentos de ensino eram responsáveis por providenciar o abastecimento do material necessário à escola; elaborar mensalmente boletins demonstrativos dos trabalhos executados; atestar o comparecimento do pessoal docente e administrativo; executar todos os trabalhos administrativos que forem necessários ao normal funcionamento das escolas; estabelecer os horários e turnos, de acordo com a preposição feita e previamente aprovada pelo prefeito. Desse modo, buscou-se organizar de maneira eficiente, a educação primária no município, mediante investimentos constantes de recursos do governo local.

¹¹² Em 4 de junho de 1948, o governador Milton Campos sancionou a lei nº 152, que separou a educação da saúde, criando então, a Secretaria de Saúde e Assistência.

¹¹³ Viçosa. Lei nº 348, art 38º de 28 de abril de 1939, p. 359.

3.5 A década de 60 sob a perspectiva do jornal *A Cidade*

Por meio de uma edição comemorativa para o nonagésimo aniversário do município, no dia 30 de setembro de 1961, o jornal *A Cidade de Viçosa* retornou após um intervalo de duas décadas, sendo dirigido por Aníbal José Alves Tôres¹¹⁴ e Geraldo Lopes de Faria. Por intermédio desta edição comemorativa, conhecemos as impressões e opiniões de moradores, sobre o desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade ao longo dos anos, como o relato apresentado na primeira página do periódico¹¹⁵:

A cidade está crescendo, e o povo para felicidade nossa, acredita que o seu desenvolvimento somente poderá efetivar-se com segurança, através do esforço de cada um, nos variados campos da atividade humana. Faltava-nos, para incrementar aquilo que já havia sido feito, alguns dos elementos básicos e imprescindíveis ao progresso material de uma comunidade. As pequenas fábricas que sobreviveram nos últimos vinte anos, conseguiram chegar até os dias de hoje por teimosia e esforços inéditos de seus donos. Mas, aumentou o potencial elétrico; germinou a generosa semente da criação da companhia telefônica; maior foi a dinâmica financeira, com o aparecimento de nova agência bancária; as pequenas indústrias se encorpam, surgiu mais entusiasmo e confiança, e as construções não se contam mais pelos dedos das mãos (p.1).

Sobre o cenário educacional, o jornal ressaltou a vocação de cidade educadora que Viçosa adquiriu nas últimas décadas, com a presença no município de estabelecimentos de ensino, criados em sua maioria, na década de 1930, abrangendo todos os níveis, isto é, desde o ensino primário até o ensino superior. Os estabelecimentos de ensino apresentavam em 1960, cerca de 5.824 alunos matriculados, e assim distribuídos: Escola Agrícola Arthur Bernardes (Escola de Aprendizado Agrícola e Industrial) - 373 alunos; a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (Cursos primário, ginásial e Formação de normalistas) - 386 alunas; o Colégio de Viçosa (Cursos ginásial, comercial básico, científico, e Técnico de Contabilidade) – 446 alunos; a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - 652 alunos; e os estabelecimentos de ensino primário com 3.947 alunos.

Além deste panorama educacional, o jornal apresenta ao longo de suas páginas, levantamentos estatísticos do município, fornecido pelo IBGE. A partir disso, conseguimos assimilar aspectos quantitativos da população presente no município, que alcançou no ano de 1960, cerca de 26 mil habitantes, divididos entre Viçosa (21 mil) e Cajuri (5 mil). De acordo com o IBGE, o índice de crescimento populacional da região de Viçosa entre as décadas de 1940 e 1960 foi próximo de 17.5%.

¹¹⁴ Nascido em Viçosa, Aníbal José Alves Tôres, diplomou-se médico veterinário na ESAV, onde permaneceu como docente e chefe do departamento de veterinária.

¹¹⁵ TORRES, A. A. **Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Edição Comemorativa. 1961.

Enquanto isso no setor industrial, o município possuía em seu território, fábricas de calçados, produtos alimentícios, indústrias agrícolas e estabelecimentos para beneficiamento de arroz e café. O valor dos produtos manufaturados e beneficiados no município em 1960 foi de sessenta milhões de cruzeiros (60:000.000\$00), enquanto que o comércio em sua maioria era representado por estabelecimentos alimentícios (95), fazendas e armarinhos (27), bares, botequins e cafés (29), alfaiatarias (08) e açougues (08). Os valores de vendas, atacadista e varejista foi calculado em 1960 em cento e dez milhões de cruzeiros (110:000.000\$00). As propriedades agrícolas no município eram em sua maioria minifúndios, sendo reduzido o número de propriedades consideradas latifúndios¹¹⁶. O rendimento anual da agricultura na região de Viçosa foi calculado em setenta e cinco milhões de cruzeiros (75:000\$000.00).

A partir dessa edição comemorativa, o jornal encerra e inicia uma nova fase, alterando o nome para *A Cidade*, indicando a adoção de uma nova postura, se restringindo em noticiar os acontecimentos do dia a dia, deixando claro em suas páginas, que não haveria pretensões de se tornar novamente um órgão político. Por este motivo, o periódico pouco noticiou os eventos conflitantes do município, tendo ao longo de 33 edições, raras notícias envolvendo a administração local, concentrando em divulgar informações sobre esportes, lazer, além de reservar pelo menos ¼ do jornal para publicidade.

Porém, assim como as edições do periódico na década de 1930, temos na primeira página de cada edição, uma coluna intitulada “Até Quando?”, como um local destinado as manifestações dos leitores sobre desgostos da gestão municipal. Em sua maioria, as notas publicadas eram em relação à falta de opções de lazer na cidade, tendo Viçosa poucos clubes, praças de esportes, cinemas, demonstrando de certa maneira, um clima político mais ameno em relação as décadas de 1930 e 1940, onde os depoimentos populares eram de tendências oposicionistas e de ataques a polícia, com notas sobre desaparecimentos, violência e apreensões irregulares. Observa-se que o periódico *A Cidade*, tornou-se um órgão destinado as elites locais, tanto por meio dos assuntos debatidos, quanto pelo uso excessivo de termos sofisticados, nas matérias publicadas.

Em sua quarta edição do ano de 1961, o jornal aparenta preocupação com o aumento de repasses de verbas que ocorreria no ano seguinte, como consequência da aprovação de uma Emenda Constitucional sobre mudanças na discriminação de rendas entre a União, os Estados

¹¹⁶ Não se pode confundir pequenas propriedades com produção pequena. Com técnicas avançadas, alguns minifundiários geram bons lucros ao aproveitar ao máximo o espaço reduzido, por meio do plantio de hortaliças, apicultura, criação de aves, fruticultura e qualquer atividade que dependa de pouco espaço e muita mão-de-obra. No Brasil o minifúndio está atrelado principalmente à agropecuária de subsistência, geralmente familiar, com baixos conhecimentos e pouco ou nenhum acesso as tecnologias mais modernas de cultivo e criação.

e os Municípios¹¹⁷. Por esta Emenda, os impostos territoriais e de transmissão, pagos aos estados, seriam repassados para os municípios que, também passariam a participar de 15% sobre o imposto de renda, em vez de 10%, e ganhariam 10% sobre o imposto de consumo.

Assim, a partir da promulgação dessa Emenda, pelo menos metade dos 15% adquiridos pelo município, deveriam ser aplicados em benefícios de ordem rural, ou seja, em todo serviço que fosse instalado ou obra que fosse realizada com o objetivo de melhorar as condições econômicas, sociais, sanitárias ou culturais das populações das zonas rurais.

Entretanto, o jornal demonstrou desconfiança com essa nova receita, ressaltando que “havia um perigo sério que não poderia ser negligenciado. Alguns municípios contarão com substancial aumento em sua receita. Estarão eles preparados para isto? ¹¹⁸”. Por fim, a reportagem evidencia a chegada de novas eleições no próximo ano, assim como a importância da criação de um Plano Diretor por parte da Câmara e da Prefeitura, com o intuito de planejar o crescimento da cidade.

Como previsto, os municípios acabaram tendo um aumento em suas receitas, sendo que Viçosa recebeu em 1962, um aumento de aproximadamente 67% em relação ao seu orçamento de 1961. De acordo com o livro do poder executivo, o orçamento anual previsto para o exercício de 1961 havia sido de 8:200:000\$00, enquanto o cálculo de repasses para o ano de 1962 foi de 13:699:000\$00. Desses valores, foram destinados para o setor educacional cerca de 1.035:000\$00 em 1961(12.6%) e 2.866:700\$00 (20.7%) em 1962, sendo detalhados da seguinte maneira:

Tabela 4. Valores investidos no setor educacional no município de Viçosa em 1962.

Receita Total	13.699:820\$00
Valores investidos na instrução municipal	2.836:700\$00
Pagamento de Pessoal	
Chefe do Serviço de Educação e Assistência	270:156\$00
Professoras do Ensino Primário A	624:000\$00
Professoras do Ensino Primário B	132:000\$00
Professora do Ensino Primário C	42:000\$00
Adicionais a Professoras do ensino primário	163:440\$00
Gratificação por Quinquênio	85:104\$00
Substituições Regulamentares de Professoras	100:000\$00
Compra de Material Permanente:	
Aquisição de Mobiliário Escolar	250:000\$00
Compra de Material de Consumo:	
Material Didático	100:000\$00
Livros, Impressos e Material de Expediente	50:000\$00

¹¹⁷ Emenda constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961.

¹¹⁸ TORRES. A. A. **Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Ano I. nº 04. 26/11/1961, p. 4.

Outras Despesas:	
Conservação de móveis e utensílios	10:000\$00
Assinatura de Jornais e Revistas Técnicas	10:000\$00
Aluguel de Prédios Escolares	100:000\$00
Comemorações Cívicas	100:000\$00
Reconstrução de Prédios Escolares	800:000\$00

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro do poder executivo municipal**. Lei nº 388, de 21 de dezembro de 1961.

Entre os valores destinados ao pagamento de pessoal, localizamos o registro de 30 cadeiras docentes preenchidas, sendo 20 delas de categoria A (diplomadas), 09 de categoria B (possuindo o curso ginásial ou alguma especialização), e apenas 01 na categoria C (profissional não formada, porém com mais de 10 anos de serviços prestados). Ainda de acordo com a tabela 4, percebemos que o município aumentou as verbas destinadas a aquisição de imóveis e mobiliários, como também destinou cerca de 28%, para a reconstrução de prédios escolares. Em 1962, a prefeitura registrou 30 cadeiras docentes do ensino primário, responsáveis pela captação de 28% da renda deliberada à instrução pública.

Já o Estado se fazia presente no município mediante convênio com a Campanha de Reparo e Recuperação de Prédios Escolares do Estado (CARRPE)¹¹⁹ e a Prefeitura, com a finalidade de promover obras que transformaram a cadeia local em prédio escolar, situado na Avenida Santa Rita. A intenção da administração era que fosse instalado nesse espaço, o Grupo Escolar Edmundo Lins. Por intermédio dessa parceria, ocorreram também reparos e melhoramentos no edifício onde funcionava o Grupo Escolar Capitão Arnaldo Dias de Andrade em Cajuri e na área onde funcionavam as Escolas Reunidas de Cachoeirinha.

Na 14ª edição do jornal *A Cidade*, publicada no dia 15 de abril de 1962, chama atenção a matéria sobre o início de um movimento socio educacional, que se iniciava com a criação de Ginásios comunitários, voltados a instrução primária e secundária em municípios da região. Os docentes eram em sua maioria, alunos e professores da UREMG, “cidadãos idealistas”, enquanto os diretores eram párocos locais, encabeçados pelo padre Antônio Mendes, idealizador e fomentador dessa campanha. Segundo a matéria:

não teriam as famílias, possivelmente, dentro de dezenas de anos, esses recursos educativos para seus filhos, não fosse a dedicação corajosa de estudantes e professores de Viçosa. Em esplêndido exemplo a ser imitado, vão eles levando, a circunvizinhança, sua colaboração no ensino, noite a dentro, todos os dias úteis da semana. Coimbra e

¹¹⁹ A CARRPE atuou no Estado de Minas Gerais entre 1958 a 1967, tendo inicialmente um papel importante na manutenção e reforma predial dos grupos escolares. Segundo Silva (2016), logo o CARRPE extrapolou sua atribuição inicial e avançou na busca por alternativas de construção de escolas. Em seus 10 primeiros anos de atividade, foi responsável pela elaboração de aproximadamente 900 projetos em Minas Gerais, embora, em sua maioria, refiram-se a obras de reparos, ampliações e restaurações de edifícios existentes.

São Miguel do Anta foram as cidades aquinhoadas em primeiro lugar. Começo incerto, ceticismo, dificuldades de toda ordem: transporte, Ministério, professorado, instalações, estradas e tantas outras. Mas, a perseverança tem vencido tudo. Não há, com efeito, moeda mais generosa e mais forte que o ideal. Convencidos de que a tarefa número um do nosso país é proporcionar educação ao povo, os colaboradores dos ginásios, desta campanha admirável tem marcado, tudo fecundado pela generosidade de seu espírito de sacrifícios em favor do ensino, da cultura. Abre-se, o ginásio de Paula Cândido. As reações são mais ou menos as mesmas. As dúvidas medram, por algum tempo. Depois, a serenidade com que se entregam os jovens professores a sua bela tarefa consolida o entusiasmo dos que criam, inicialmente, na obra e desanuvia, em definitivo, a ansiedade dos descrentes. Cajuri incorpora-se à campanha, recentemente. Processo idêntico: um ano de curso de admissão, preparo dos papéis, autorização ministerial para funcionamento, exames de admissão e lá está, pujante a primeira série do Ginásio Santo Antônio, com mais de três dezenas de alunos. O exemplo está-se alastrando; Amparo do Serra quer seu ginásio também, sem falar de outros lugares em expectativa. Por último, os ginásios noturnos da campanha estão dando fruto; dentro da própria cidade de Viçosa, o Ginásio Raul de Leoni, querendo Deus, funcionará em 1963 para os que não possam pagar as taxas do ensino. Já agora em Viçosa, em seis salas diferentes, e com a dedicação de trinta e dois estudantes da Universidade Rural, transformados em professores secundários, mais de duas centenas de meninos e meninas, moços e moças, fazem com entusiasmo, o curso de admissão (TORRES, 1962, p. 03).

Acreditamos que essa ação encabeçada pela Igreja Católica, especificamente pelo Padre Antônio Mendes, carece de maior atenção dos pesquisadores/historiadores locais. Desse modo, por não encontrarmos mais estudos sobre esse movimento de criação de Ginásios comunitários durante a década de 1960, não foi possível uma exploração mais precisa do tema, compreendendo esse movimento socio-educacional, como uma das maneiras encontradas em oferecer uma educação que o Estado e os municípios ainda não ofereciam à classe popular, ao mesmo tempo, em que proporcionava-se oportunidades de trabalho aos estudantes da UREMG.

Já as próximas edições do jornal se preocuparam em divulgar apenas informações e discursos de políticos que pleiteavam assumir a prefeitura e a câmara municipal no ano de 1963. Por este motivo, o período de 1962 foi marcado pelas massivas campanhas eleitorais nas páginas do periódico, tendo ao seu fim, visto a coligação PSD-PTB, encabeçada por Moacyr Dias de Andrade e Cesar Sant'Ana Filho, desbancar o PR (Partido Republicano), após 14 anos no poder. Ao final de 1962, o distrito de Cajuri tornou-se município pela Lei Estadual 2.764, promulgada no dia 30 de dezembro. Pela mesma Lei Estadual, foram criados os distritos de Cachoeira de Santa Cruz e Silvestre, sendo anexados ao município de Viçosa.

Entre os anos de 1963 e 1964, os valores arrecadados anualmente pelo município continuaram crescendo, atingindo 20:347:000\$00 para o exercício de 1963 e 30:000:000\$00 em 1964, sendo destinados para a manutenção da educação primária, respectivamente 13% e 11% do orçamento total. Segundo os documentos oficiais do poder executivo, esses valores foram

utilizados para manter o funcionamento de 30 escolas públicas primárias rurais, existentes no município em 1964, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 18. Escola rurais primárias existentes no município de Viçosa em 1964.

Escolas	Docentes
Estação Velha	Maria Clara da Silva
Dr. José Teotônio Pacheco (Nobres)	Maria da Gloria Rodrigues
Heráclito da Costa Val	Luzia Fontes de Souza
Manoel Rodrigues Campos (Paraguai)	Maria Martins Campos
Juscelino Kubitschek	Maria Aparecida Arruda
Capitão Rafael Araújo (Palmital)	Maria da Conceição Aparecida Moreira
Nossa Senhora das Graças (Capivara)	Maria Auxiliadora
Nossa Senhora do Carmo (Córrego Fundo)	Nair dos Reis
Nossa Senhora de Fátima	Maria de Lourdes Silva Milagres
Santa Rita de Cássia	Aparecida da Silva
Santa Terezinha (Lemos)	Maria Auxiliadora Fernandes
22 de janeiro (Córrego São Benedito)	Adelina Saraiva de Freitas
25 de dezembro (Córrego Santo Antônio)	Inácia Dias de Carvalho
15 de agosto (Laje)	Teresa Borges Barroso
Dom Silvério	Rita Araújo Pereira
Minas Gerais	Maria Pompeia Fontes
Padre Francisco José da Silva (Retiro)	Ana Emiliana Rocha
Padre Álvaro Corrêa Borges	Maria de Almeida
Francisco Machado Magalhães (Silvestre)	Edelvina Lopes de Faria
Dr. Francisco da Costa Belém	Iracema Divina Soares
Presidente Arthur Bernardes	Raimunda da Silva
José da Costa Vaz de Melo (Vista Alegre)	Irene Aurea Arruda
Cônego Modesto de Paiva	Maria Moreira Guimarães
Joaquim de Oliveira Ribeiro (Paraguai)	Agostinha Cardoso de Resende
Governador Benedito Valadares (Pau de Cedro)	Helena Lopes Arcanjo
Arlindo de Paula Gonçalves (Boa Sorte)	Maria da Conceição Fialho
São Sebastião (Capivara)	Maria de Lourdes Resende
Doutor Raymundo Alves Torres (Cachoeirinha)	Eulália Cardoso
Doutor Juarez de Souza Carmo (Cachoeirinha)	Maria Imaculada Lopes
Benedito Valadares (Cachoeirinha)	Auialim Said Had

Fonte: VIÇOSA (MG). **Livro de portarias do executivo municipal**. 1947-1964.

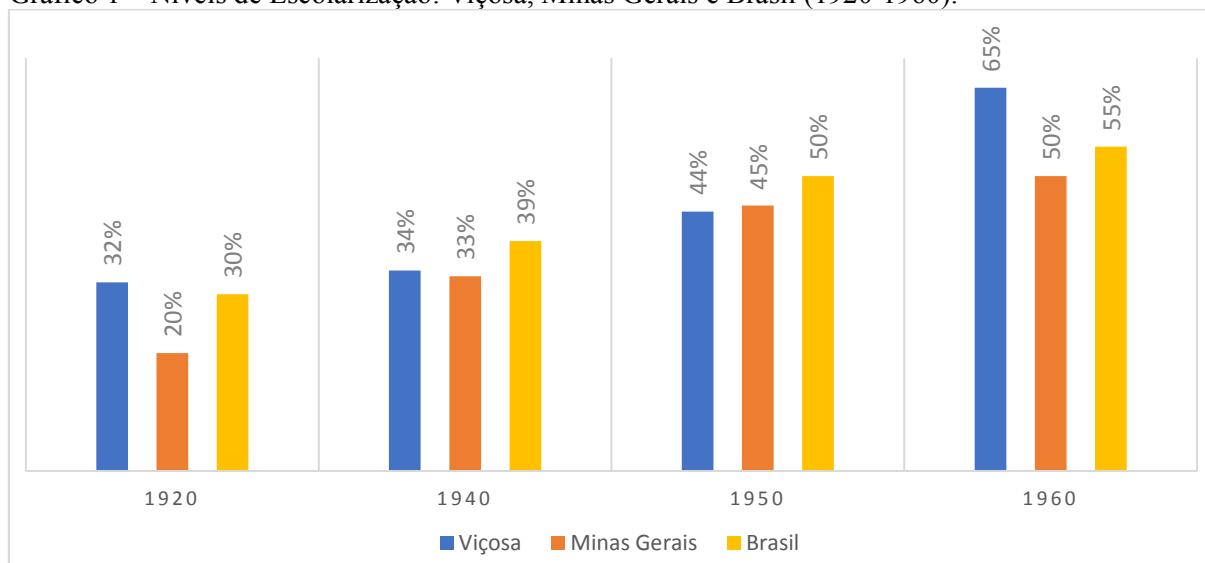
Assim, enquanto o governo local atuava na educação por meio da manutenção de escolas primárias localizadas em áreas rurais, os estabelecimentos particulares ao final de 1964, eram as mesmas instituições do início do século XX, representadas pelo Colégio Nossa Senhora do Carmo, que atendia cerca de 583 alunas, divididas entre o Curso de Formação de Professoras (153), Ginásial (350) e Primário (80), sob a direção da Madre Maria Natalina, enquanto o Colégio de Viçosa, era dirigido por Januário de Andrade Fontes, e contava com 451 matrículas. Sob a mesma direção, porém, com propósito diferente dos colégios, a Escola Técnica de Comércio, atendia cerca de 251 jovens e adultos, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho.

Já a presença do Estado, se efetivava por meio do funcionamento de 03 grupos escolares, em áreas centrais do município, sendo eles: o Grupo Escolar Edmundo Lins inaugurado em 1955, localizado na Avenida Santa Rita; o Grupo Escolar Presidente Bernardes instalado em 1959, e o Grupo Escolar Cel. Antônio da Silva Bernardes, mantido no município desde 1922¹²⁰.

O Estado também se fazia presente por meio do Centro de Treinamento para Professoras Rurais, dirigida pela Professora Maria Marta de Paiva Loureiro; a Escola Agrícola Arthur Bernardes sob responsabilidade da Professora Ana da Conceição Saraiva Brandi¹²¹, além da UREMG, instituição de nível superior, com cerca de 650 alunos matriculados em cursos para Engenheiros Agrônomos, Técnico em Agricultura, Bacharéis em Ciências Domésticas, Administração do Lar e Engenheiros Florestais¹²².

Com isso, constatamos que a década de 1960, demonstrou ter o maior índice de habitantes escolarizados no município, desde o primeiro registro, em 1925.

Gráfico 1 – Níveis de Escolarização: Viçosa, Minas Gerais e Brasil (1920-1960).



Fonte: IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Recenseamento Demográfico do Brasil (1920-1960).

De acordo com o Gráfico 1, constatamos que o percentual de alfabetizados na região de Viçosa em 1920, era superior (32%), aos níveis apresentados pelo estado de Minas Gerais (20%) e pela nação (30%), com cerca de 17 mil habitantes registrados como escolarizados, entre um total de 55 mil.

¹²⁰ Esses Grupos Escolares eram dirigidos respectivamente pelos(as) professores(as): Yedda Silva Mafia; Maroelita Lopes da Silva e Eltevína Brandão de Rezende e recebiam cerca de 1.500 matrículas anualmente.

¹²¹ O Centro de Treinamento para Professoras Rurais contava em 1962 com a matrícula de 30 alunas, enquanto a Escola Agrícola Arthur Bernardes recebia cerca de 450 alunos.

¹²² TORRES, A. A. **Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Ano II. nº 04. 30/09/1962, p. 4.

Na década de 1940, após o desmembramento territorial de 1938, Viçosa se equiparava a média estadual com 34% de sua população instruída, que nesse período se aproximava dos 39 mil moradores, mas, ainda abaixo da média nacional (39%). Movimento que se repetiu na década de 1950, após uma nova repartição territorial e administrativa em 1948, que resultou em um percentual de instrução próximo da média do estado (44%) contra (45%), e um pouco abaixo da média nacional (50%).

Por fim, após o seu último desmembramento em 1962, Viçosa superou a média estadual (50%) e a média nacional (55%), com cerca de 16 mil de seus 25 mil residentes escolarizados (65%). Assim, por esse último índice, intencionamos supor que os distritos anexados à cidade de Viçosa, contribuíram para o seu baixo percentual em relação a instrução ao longo das décadas em estudo, por conta das poucas e precárias escolas de nível primário existentes.

As demais localidades que pertenciam anteriormente a região administrativa de Viçosa, detinham na década de 1960, números de habitantes alfabetizados abaixo da média geral como Ervália (39%), Teixeiras (42%) e São Miguel do Anta (41%), sendo Coimbra, último distrito a se emancipar, o único que se aproximava da média de Viçosa, com cerca de 60% de sua população minimamente instruída.

Outro fator que não pode ser desconsiderado, é a relação de habitantes que deixaram a zona rural e foram para o espaço urbano ao longo de duas décadas. Em 1950, Viçosa detinha apenas 25% de sua população vivendo no espaço urbano, enquanto que na década de 1960, esse percentual se elevou para 66%¹²³.

¹²³ O cálculo feito é sobre a população absoluta presente no município em 1960, que foi contabilizada em 25.777 moradores, sendo que 16.997 viviam na área urbana e os demais 8.780, em zona rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que pudéssemos atingir o objetivo deste trabalho, que se propõe a mapear as trajetórias dos estabelecimentos escolares no município de Viçosa, estado de Minas Gerais, entre 1930 e 1964, tornou-se necessária a localização de nosso objeto de estudo em um cenário nacional, levando em consideração os aspectos legais sobre a educação no Brasil, em diferentes momentos e sua influência na dinâmica de criação e remanejamento de cadeiras de instrução pública neste território municipal e o seu custeio ao longo deste período delimitado.

Dito isto, o primeiro capítulo discorre sobre as primeiras ações no campo educacional, implementadas após a posse do Presidente da República Getúlio Vargas em 1930, e todas as mudanças políticas, econômicas, sociais, promovidas ao longo de seu governo. Desse modo, avistamos nos primeiros anos, medidas de caráter intervencionistas e normatizadoras, adotadas por Getúlio, motivadas por setores tenentistas, enquanto que no campo social, a união estendia suas ações, procurando ampliar o papel do Estado na área trabalhista e regulamentar o ensino público por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Na área econômica, o Brasil passou a transferir seus investimentos do setor agrário-exportador para o urbano industrial.

No mesmo período, a cidade de Viçosa sofreu com as intervenções do *Governo Provisório* (1930-1934), resultando em oscilações nos repasses financeiros da prefeitura à instrução pública. Após a promulgação da Constituição de 1934, a administração local passou a assumir de maneira compartilhada com o estado, a execução da educação primária, e contabilizou ao final de 1937, o funcionamento de 25 unidades escolares, distribuídas entre a cidade sede e seus 08 distritos¹²⁴.

No segundo capítulo, buscamos resgatar as medidas do governo federal, a partir da promulgação de uma nova *Carta Magna*, no dia 10 de novembro de 1937, de caráter autoritária e centralizadora, responsável por fechar o poder legislativo nos três níveis (federal, estadual e municipal) e subordinar o poder judiciário ao executivo, sob a alegação de que haviam planos para a implementação do comunismo no Brasil. Assim, mediante a Constituição de 1937, a educação deixou de ser encargo da união e dos estados, e tornou-se um complemento.

Ou seja, o ensino primário no país, responsável pela instrução da classe popular, ainda dependeria de recursos particulares para funcionar, por meio da caixa escolar, enquanto que o ensino secundário, caminho único para o ensino superior, era oferecido principalmente por

¹²⁴ O município tornou-se responsável pela abertura e funcionamento de escolas primárias em localidades afastadas do centro urbano, com capacidade para até 50 alunos, enquanto o estado de Minas Gerais, administrava os Grupos Escolares ou escolas reunidas em áreas urbanas, recebendo números maiores de alunos.

instituições privadas. Não obstante, por meio da centralizadora Constituição de 1937, o *Estado Novo*, instituiu também a legislação nacional do ensino primário, e profissionalizante, oficializando a dualidade do ensino, conforme a origem social da(o) estudante.

Diante desse cenário, observamos oscilações na organização do quadro escolar municipal, com a redução de 25 para 19 escolas de primeiras letras em 1938, e uma redução ainda maior em 1939, por conta do desmembramento territorial ocorrido na região, com a perda de 04 de seus 08 distritos, e 08 cadeiras docentes. A abertura de novas escolas é retomada a partir de 1939, sobretudo pela gradativa melhora nos valores arrecadados pela caixa escolar, que expandiu até 1946, em 116%, resultando na criação de 22 cadeiras docentes, além das 11 existentes, representando um crescimento de 200%, no mesmo período.

O retorno à ordem democrática materializou-se com a adoção de uma nova Constituição em 1946, que se distanciou da autoritária Constituição de 1937 e se aproximou da de 1934. Sob a tutela da nova Constituição, o Brasil experimentou viver novamente um regime político democrático. Assim, mediante uma carta constitucional mais descentralizadora, a educação passou a ser responsabilidade compartilhada entre união, estados e municípios, com investimentos anuais fixados em lei, e uma tentativa de elaborar normas para a aplicação desses recursos no desenvolvimento do sistema público de ensino.

Diante disso, verificamos ao longo do terceiro capítulo, uma melhor organização do ensino primário por parte do governo local, mediante um aumento dos repasses do orçamento anual municipal à educação, possibilitando ao longo da década de 1950 a criação do cargo de Orientador Técnico do Ensino Rural e Inspetor Municipal de Ensino, para atuarem entre a Secretaria de Educação e as escolas rurais de Viçosa. Já o estado de Minas Gerais, retomou sua função pedagógica com a abertura de dois novos grupos escolares em área central, e um Centro de Treinamento para Professoras Rurais, localizado na Colônia Vaz de Mello.

Verificou-se também, que as escolas isoladas presentes na região de Viçosa desde o Império, se transformaram em escolas pertencentes à um *sistema* de ensino, organizado pela Secretaria de Educação e administrado pela prefeitura, por meio da aquisição de prédios escolares, mobílias, materiais didáticos, além da oferta de cursos de aperfeiçoamento em parceria com o estado, para as professoras rurais. Isto é, observa-se que a mudança na maneira como o município passou a administrar a educação primária, não somente com a abertura de novas escolas, e sim, com o aperfeiçoamento de toda sua estrutura, teve como resultado, um crescimento nos índices de escolarização da população do município.

Diante disso, observamos ao final da pesquisa, a resolução de algumas indagações feitas na introdução desse trabalho, sendo possível demonstrar que houve uma expansão do ensino

primário público no município de Viçosa, mesmo após o desmembramento territorial da região em estudo. No ano de 1930, haviam 12 escolas primárias registradas nos documentos oficiais da prefeitura, funcionando na cidade e em seus 8 distritos. Ao final de 1964, contabilizamos o funcionamento de 30 escolas, apenas no município de Viçosa.

Também observamos que, quanto maior era o investimento na instrução pública, maior era o número de escolas abertas pela prefeitura, e quando não havia repasses suficientes, o município recorria ao caixa escolar. Essa prática ocorreu em quase todo o período investigado, mas, principalmente até 1945, quando não havia uma legislação nacional que regulamentasse os percentuais fixos para a instrução pública.

Por fim, compreendemos em vista do cenário histórico traçado, mediante a consulta de leis, decretos, portarias, publicações da imprensa local, e dos índices de escolarização disponíveis nos censos estatísticos, que o município de Viçosa agiu de maneira participava na promoção da educação pública, oportunizando à sua população, acesso aos primeiros níveis de ensino, e minimamente a entrada de seus jovens ao ensino médio e superior, com o auxílio de bolsas de estudo pagas pela prefeitura. Portanto, apreendemos que Viçosa atuou ao longo das décadas de 1930 e 1960, assumindo seu papel na oferta da instrução básica principalmente em localidades rurais, mediante a ausência de centralidade por parte da união e maior apoio do Estado de Minas Gerais, em organizar a instrução pública primária, profissional agrícola e do magistério rural e superior agrícola.

Contudo, essa oferta de educação escolar, proporcionado pelas instituições públicas, nunca foi garantia de uma formação completa por parte dos alunos, tendo visto que menos de 50% das crianças matriculadas no 1º ano do ensino primário no Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, por exemplo, no início da década de 1960, continuavam matriculadas ao final do ano, e menos de 25% chegaram a concluir o 4º ano, em 1964.

Em vista disso, o caráter pedagógico atrelado ao município com a criação, manutenção e melhoria de escolas, não impediu o caráter terminal da educação primária, para a maioria da população que não tinha acesso em sua grande parte, ao ensino ginasial e médio, oferecido pelas instituições particulares, ficando, portanto, excluídos do acesso ao nível superior. Esse movimento não foi único e exclusivo de Viçosa, e sim um processo recorrente em todo o país, onde a classe popular, não detinha de todas as possibilidades para prosseguir estudando, não fosse em cursos técnicos, voltados em atender o mercado de trabalho, abrindo espaço para que a elite ocupasse as vagas do ensino superior, ocasionando uma educação dual elitista e excludente entre diferentes classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

CARMO. Juarez de Souza. **Jornal Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol XLIV. 1935-1936. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LISBOA. João Carlos Bello. **Relatório apresentado à Junta Administrativa, pelo Diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: Instrução para empregador e seus filhos**. Viçosa, Minas Gerais. 1932-1934. Disponível em: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

MINAS GERAIS. **Recenseamento Geral de Viçosa**. Dados Estatísticos. Organização: Manoel de Bomfim Freire e José Pinto Coelho. 1948.

RESENDE. Emílio Jardim. **Jornal Cidade de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol XLI. 1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TORRES, Anibal Alves. **Jornal A Cidade**. Viçosa, Minas Gerais. Número 01. Ano I. 1961-1968. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 05 out. 2019.

VAL. João Braz da Costa. **Jornal Gazeta de Viçosa**. Viçosa, Minas Gerais. Vol. I. 1938. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 16 jan. 2019.

VIÇOSA (MG), Câmara Municipal de. **Atas de Reuniões da Câmara Municipal**. 1931-1964.

VIÇOSA (MG), Prefeitura Municipal de. **Livro de Resoluções do Poder Executivo Municipal**. 1930-1964.

Fontes Secundárias

ANDRADE, Therezinha; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Formação de Professores para a Escola Rural**. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino e História da Educação em Minas Gerais. São João Del Rei: UFSJ. 2005.

ANTIPOFF, Helena. Institutos de Organização Rural ou Centros de Urbanização dos Meios Rurais (1947). In: **Boletim do CDPHA**, Belo horizonte, Ano, 1986, n. 6, p. 59-92, 1986.

ALVES, Silvane Rodrigues Leite. **A instrução pública em Indaiatuba: 1854-1930. Contribuição para a história da educação brasileira**. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Denílson Santos de. **A República e a escolarização no município de Viçosa – MG (1890-1928)**. Relatório de Pós-doutorado, 2019.

AZEVEDO, Fernando. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 15, p. 8-28, jan/fev. 1958.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA, Barbosa Sobrinho. **Coleção Constituições brasileiras: 1946**. Vol. 5. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 88.

BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, José Marcondes.; SABIONI, Gustavo Soares.; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. Viçosa. Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Ronaldo Poletti. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Aliomar Baleeiro e Barbosa Lima Sobrinho. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 121 p.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB)**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961.

CALICCHIO, Vera. **Partido Republicano Mineiro (PRM)**. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). **Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 167-178, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109-143.

CARVALHO, Carlos Henrique. **A História Local e Regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais**. Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007.

CASTANHA, André Paulo. **O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo**. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, n. 41e, p. 309-331, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 1996.

FERNANDES FILHO, José Flores.; CAMPOS, Flávia. Resende. **A indústria rural no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural. Vol. 41, nº 04. Brasília. 2003.

FERREIRA, Jorge. **1946–1964: a experiência democrática no Brasil**. Apresentação. 2010, p 11-18.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. A repressão política e a corrupção policial: os "acertos" e demais achaques nas dependências do DEOPS/SP na Era Vargas. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 7, n. 20, p. 7-17, 2014.

FREIRE. Manoel de Bomfim; COELHO. José Pinto. **Recenseamento Geral de Viçosa**. Dados Estatísticos. Viçosa, Minas Gerais. 1948.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GIL, Natália de Lacerda. **Estatísticas e Educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento**. Florianópolis/Belo Horizonte, ano 05, vol. 05, n.2, jun-agos. 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise**. 1º ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GUIMARÃES, Sabrina Pierre Almeida. **Discussões Patrimoniais: a construção do Colégio de Viçosa como patrimônio**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília, Liber Livro, 2009.

HADDAD, Cristhyane Ramos-UTP; FRANCO, Adriana de Fátima-UEM; SILVA, Daniel Vieira da-UTP. **Os motivos da evasão escolar: uma análise programática**. In: Congresso nacional de educação – EDUCURE, 2011.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico de Minas Gerais**. Ano I. Vol. II. Belo Horizonte: IBGE, 1925. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 05 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico: população e habitação. Série Regional. Parte XIII. Vol. I Minas gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde: O ensino primário no Estado de Minas Gerais-1933**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico. Série Regional. Volume XXI. Vol I. Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 05 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. IBGE, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: jan/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico: população, famílias e domicílios. Série Regional. Parte IX. Vol. I Minas gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1965, p. 250-272.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2003.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**: Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

NEVES, Leonardo dos Santos; PINTO, Helder de Moraes. **Sentido novo da vida rural: Abgar Renault e a política educacional em Minas Gerais**. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerias. 2013.

OLIVEIRA, Maria. Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Educar e Regenerar: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, Sociedade Brasileira da Educação, Rio de Janeiro–RJ. 2000.

OLIVEIRA, Pâmela Faria; DE CARVALHO, Carlos Henrique. **Educação e modernização em Minas Gerais: propostas reformistas na ação conservadora (1926-1930)**. Revista História da Educação, v. 18, n. 42, p. 131-150, 2014.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. In: Simpósio Nacional de História. João Pessoa. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa: Mudanças socioculturais, evolução histórica e tendências**. 6. ed. Viçosa: Imprensa Universitária, 1990.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, Cézar Alencar. **Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação**. Interfaces Científicas – Educação, v. 2, n. 3, p. 257-267, 2014.

PATTO, Maria. **A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1996.

POLETTI, Ronaldo. **Coleção Constituições brasileiras: 1934**. Vol. 3. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

RIBEIRO FILHO, G. B.; ARANTES, P. T. L. **Estrutura Político Administrativa, Legislação Urbanística e Espaço Urbano**: Lições de Viçosa - Brasil e Halifax – Canadá. Viçosa, Relatório de Pesquisa, 1999.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil**: notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 4, p. 15-30, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SILVA, Geraldo. **A experiência da CARPE o campo ampliado da arquitetura escolar pública**. In: Anais do XI Seminário Nacional do DOCOMOMO. Recife. 2016.

SILVA, Roberta Aparecida da. **Tempos esquecidos, memórias recordáveis: histórias de um curso de formação para professores rurais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2016.

SILVA, Roberta Aparecida; SOUZA, Rita de Cássia. **A formação do professor rural em Minas Gerais: casos e (des)casos**. Revista Brasileira de Educação do Campo. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Plano nacional de educação**. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. RJ, n.8, out. 1962. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano1.html>

TORREÃO SÁ, Tânia Regina Braga. **Código de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de salvador**. Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura, n. 11, p. 281, 2010.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**. In: Congresso Internacional de História Econômica. 1990.

VIEGA, Juliana Goretti A. B. **A influência da implantação do Grupo Escolar no processo de constituição de representações para as escolas isoladas (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900-1920)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011.